



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
1º	Introdução à Economia	36 h/a

EMENTA:

Noções preliminares. Evolução da Ciência Econômica. Inter-relação entre a Economia e o Direito. Noções de Macroeconomia. Fundamentos sobre o funcionamento do Setor Externo. Noções sobre Inflação. Principais aspectos relacionados às Finanças Públicas. Noções sobre Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Noções de Microeconomia.

OBJETIVO:

O curso tem como objetivo propiciar a multidisciplinariedade entre o direito e a economia preparando os futuros bacharéis em direito para atuarem no mercado de trabalho, estando familiarizados com os termos e situações que inter-relacionam os dois ramos de conhecimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Noções Preliminares

Conceito de Economia; Objeto; Problemas Econômicos Básicos; Organização Econômica; Divisão Didática do Estudo da Ciência Econômica.

Evolução da Ciência Econômica

Precursores da Teoria Econômica

Antiguidade; Mercantilismo; Fisiocracia; Os Clássicos.

Teoria Neoclássica; A Era Keynesiana; O Período Recente; Os Críticos.

Interface entre Economia e Direito

Normas Jurídicas subjacentes à Teoria de Mercados; Aspectos Jurídicos das Políticas Econômicas; Atualização de Valores de Contratos ou Dívidas; O Efeito de Normas Jurídicas sobre o Comportamento dos Agentes Econômicos; O Estado propiciando Bem-estar à Sociedade

Noções de Macroeconomia

Introdução; Metas de Política Macroeconômica; Instrumentos de Política Macroeconômica; Estrutura de Análise Macroeconômica; Contabilidade Social;

Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Mercado de Bens e Serviços;

Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Lado Monetário.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

O Setor Externo

Introdução;

Fundamentos do Comércio Internacional: a Teoria das Vantagens Comparativas; Determinação da Taxa de Câmbio; Conceito; Inflação Interna e seus efeitos sobre a Taxa de Câmbio; Valorização Real e Valorização Nominal do Câmbio; Atuação Governamental no mercado de divisas: políticas externas; Fatores determinantes do comportamento das exportações e importações; A Estrutura do Balanço de Pagamentos; O Balanço de Pagamentos no Brasil; Organismos Internacionais.

Noções Sobre Inflação

Conceito de Inflação; Inflação de Demanda; Inflação de Custos; Efeitos provocados por taxas elevadas de inflação; A política econômica brasileira de combate à inflação.

Noções Sobre Finanças Públicas

Introdução; As Funções Econômicas do Setor Público; Estrutura Tributária; Princípios da Tributação; Os Tributos e sua Classificação; Efeitos sobre a Atividade Econômica; Déficit Público: Conceitos e Formas de Financiamento; Conceitos de Déficit Público; Financiamento do Déficit; Aspectos Institucionais do Orçamento Público. Princípios Orçamentários; Orçamento Público; Princípios Orçamentários; Orçamento Público no Brasil.

Crescimento e Desenvolvimento Econômico

Crescimento e Desenvolvimento; Fontes de Crescimento; Financiamento do Desenvolvimento Econômico; Modelo de Desenvolvimento Econômico de Harrod Domar; Estágios de Desenvolvimento; Estratégias de Desenvolvimento: da substituição de importações para a abertura comercial.

Noções de Microeconomia

Introdução; Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado; Demanda de Mercado; Oferta de Mercado; Equilíbrio de Mercado; Interferência do Governo no Equilíbrio de Mercado; Conceito de Elasticidade (elasticidade-preço da demanda; elasticidade-renda da demanda; elasticidade-preço da oferta); Determinação de Preço e Quantidade de Equilíbrio.

Produção e Custos: Teoria da Produção; Introdução; Conceitos básicos da Teoria da Produção; Análise de Curto Prazo; Análise de Longo Prazo.

Custos de Produção: Custos Totais de Produção; Diferença entre a visão econômica e a visão contábil-financeira dos custos de produção.

Maximização dos Lucros

Estruturas de Mercado: Concorrência pura ou perfeita; Monopólio; Oligopólio; Concorrência Monopolista.

Estruturas do Mercado de Fatores de Produção: Concorrência Perfeita no Mercado de fatores; Monopsônio; Monopólio Bilateral.

Ação Governamental e abusos de mercado;

Grau de Concentração Econômica no Brasil.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, Reinaldo et. al - **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
ROSSETTI, José Paschoal - **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2000.
VASCONCELLOS, Marco Antonio S. & **GARCIA**, Manuel - **Fundamentos da economia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Fernando N. da. **Economia em 10 lições**. São Paulo: Makron Books.
GASTALDI, J. Petrelli - **Elementos de economia política**. São Paulo: Vozes. 2000.
GONÇALVES, Reinaldo et. al - **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
HUNT, E. K. & **SHERMAN**, Howard J. – **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Vozes, 1998.
MONTELLA, Maura. - **Economia Passo a Passo**. Rio de Janeiro: Qualitymark.
MONTORO FILHO, A. F. et al. - **Manual de Economia**. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Atlas.
VASCONCELOS, Marco Sandoval de – **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1999.
VASCONCELOS, Marco Antônio S. - **Economia Básica**. São Paulo: Atlas.
VICECONTI, Paulo E. V & **NEVES**, Silvério das - **Introdução à economia**. São Paulo: Frase., 2001.
WESSELS, Walter J. - **Economia**. São Paulo: Saraiva.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
1º	Ciência Política I	36h/a

EMENTA:

Sociedade, Estado e Constituição, Ciência Política e pensamento, A autonomia da Ciência Política como ramo do saber especializado e, ao mesmo tempo, sintetizador, Métodos de estudo da Ciência Política, Metapolítica, Micropolítica.

OBJETIVOS:

Transmitir aos estudantes noções e conceitos fundamentais de Ciência Política a partir da discussão crítica de temas emergentes. Busca-se, assim, incorporar conhecimento teórico às suas experiências/vivências, de modo a aumentar sua capacidade de integração/interação sócio-política efetiva através do desenvolvimento/aprimoramento de sua criticidade científica. Possibilitar a adoção de um posicionamento ativo diante do “Poder” e da realidade social, estimulando o estudante a tornar-se “sujeito” de sua história, percebendo o relacionamento existente entre Direito e Política.

Fornecer subsídios teóricos suficientes e atualizados aos graduandos, de modo a sustentar sua produção de conhecimento individual, capacitando-os a realizar análises e críticas próprias e sob diversificadas abordagens, de modo que aos graduandos seja possível aplicar o fruto dos estudos realizados à realidade político-institucional brasileira, de modo a delinear o seu perfil jurídico, político e social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Sociedade, Estado e Constituição:

A sociedade: elementos caracterizadores: finalidade; manifestações de conjunto ordenadas; poder;

Sociedade, Política e Estado: do poder social ao poder estatal: os graus de juridicidade do poder;

A Constituição: formação, manutenção e extinção: conceituação;

Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado: as modificações constitucionais: possibilidades e limitações: as Emendas Constitucionais;

A supremacia constitucional e o sistema jurídico: a base de uma estrutura e o ápice de uma pirâmide hierárquica;

Ciência Política e pensamento: As idéias no campo da política: sua evolução vista através da mudança, historicamente perceptível, de conceitos básicos. A questão do “poder”;

A autonomia da Ciência Política como ramo do saber especializado e, ao mesmo tempo, sintetizador: A relação da CP com outras ciências, especialmente o Direito e ciências afins;

O objeto de estudo da CP: o “poder” em suas manifestações dinâmicas.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Métodos de estudo da CP: Método Sistêmico; Método Sócio-Funcional; Método Descritivo-Referencial e sua divisão didático-metodológica: Metapolítica; Micropolítica; Macropolítica e Nunciopolítica; Conceituação das áreas de estudo acima.

Metapolítica: Estudo das idéias politicamente relevantes. Leitura crítica do pensamento de autores clássicos e contemporâneos.

Micropolítica: Estudo das manifestações do fenômeno da liderança na sociedade: facções políticas; castas; estamentos; classes sociais; grupos de pressão e grupos de interesse; *lobbying*; elites; sindicalismo; lideranças religiosas e científicas; partidos políticos e sistemas partidários.

AVALIAÇÃO: Serão realizadas avaliações ao término de cada unidade estudada. Estas incluirão seminários, apresentações de trabalhos, provas e exercícios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. 13. ed, São Paulo: Globo, 2001.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política**. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADA, Bonifácio de. **Ciência Política: ciência do poder**. São Paulo: LTR, 1998
Direito Partidário. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1997.

Ciência Política e seus aspectos atuais: Engenharia Política e Politometria. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 2000.

BERLO, David K. **O Processo de Comunicação**. Brasil-Portugal: Ed. Fundo de Cultura, 1960.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra, PO: Almedina. s.d.

CHEVALLIER, Jean Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Ed. Universidade de Brasília, 1984.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 20. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1998.

O que é participação política. São Paulo: Abril Cultural; Ed. Brasiliense, 1984.
[Coleção Primeiros Passos]

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2001.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. 3. ed. rev. por Lúcia Hippolito. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
1º	Direito Civil I (Parte Geral)	72 h/a

EMENTA:

Das pessoas naturais, Das pessoas jurídicas, Do domicílio, Dos bens.

OBJETIVO:

Iniciar o aluno no estudo do Direito Civil, sendo que neste período será estudada a parte geral do Código até o artigo 103.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Livro I – Das Pessoas:

Título I – Das Pessoas Naturais:

Capítulo I – Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10);

Capítulo II – Dos Direitos da Personalidade (arts. 11 a 21);

Capítulo III – da Ausência (arts. 22 a 39);

Seção I – Da Curadoria dos bens do ausente (arts. 22 a 25);

Seção II – Da Sucessão provisória (arts. 26 a 36);

Seção III – Da Sucessão definitiva (arts. 37 a 39).

Título II – Das Pessoas Jurídicas:

Capítulo I – Disposições Gerais (arts. 40 a 52);

Capítulo II – Das Associações (arts. 53 a 61);

Capítulo III – Das Fundações (arts. 62 a 59).

Título III – Do Domicílio (arts. 70 a 78).

Livro II – Dos Bens:

Título Único – Das Diferentes Classes de Bens;

Capítulo I – Dos Bens Considerados em si mesmos (arts. 79 a 91);

Seção I – Dos Bens Imóveis (arts, 79 a 81);

Seção II – Dos Bens Móveis (arts, 82 a 84);

Seção III – Dos Bens Fungíveis e Consumíveis (arts. 85 e 86);

Seção IV – Dos Bens Divisíveis (arts. 87 e 88);

Seção V – Dos Bens Singulares e Coletivos (arts. 89 a 91);

Capítulo II – Dos Bens Reciprocamente Considerados (arts. 92 a 97);

Capítulo III – Dos Bens Públicos (arts. 98 a 103).



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas, conforme calendário da instituição e atividades em sala de aula (exercícios, seminários, etc).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Código civil. 54ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DINIZ, Maria Helena – Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

RODRIGUES, Silvio – Direito civil: parte geral. 33ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

VENOSA, Sílvio de Salvo – Direito civil: parte geral . 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Cássia Celina Paulo Moreira da – O novo código civil comparativo. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

DINIZ, Maria Helena – Código civil anotado. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FIUZA, Ricardo (Coordenador) – Novo código civil comentado. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GAGLIANO, Pablo Stolze & PAMPLONA FILHO, Rodolfo – Novo curso de direito civil: parte geral. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Novo Código civil brasileiro: lei 10.460, de 10 de janeiro de 2002: estudo comparativo com o código civil de 1916, constituição federal, legislação codificada e extravagante. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
1º	Filosofia Geral	36 h/a

EMENTA:

História da filosofia. A produção, evolução e aquisição do conhecimento. A lógica. O problema filosófico. As grandes correntes filosóficas. Os filósofos contemporâneos. A filosofia do século XXI: a consagração da declaração dos direitos humanos e o estabelecimento da declaração das obrigações humanas.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos acadêmicos de Direito uma visão crítico-filosófica do mundo que os circunda. Introduzir os alunos no universo conceitual da Filosofia. Demonstrar a estrutura de um argumento lógico e suas falhas mais comuns. Situar as principais correntes filosóficas e seus temas dentro de um contexto cronológico. Relacionar os avanços filosóficos com a produção dos direitos básicos da humanidade. Abordar o momento atual a partir de suas posturas filosóficas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Os temas gerais de Filosofia: Lógica e ontognoseologia; Ética; Axiologia; Metafísica e concepções de mundo.

A lógica e a questão do argumento: Tipos de argumentação e sua ligação com a atividade jurídica; O problema das falácias: como identificá-las e evitá-las; A lógica dialética.

Introdução à História da Filosofia: A antiguidade clássica e a Idade Média; Heráclito e Parmênides; Os sofistas; Sócrates e Platão; Aristóteles; O cristianismo na Patrística e na Escolástica.

As revoluções da modernidade: O racionalismo; O empirismo; O criticismo; O iluminismo e os direitos humanos.

A Filosofia pós-Kantiana: O positivismo; O idealismo; O materialismo.

A crise da razão: Kierkegaard e Nietzsche; A fenomenologia; O existencialismo; O novo iluminismo e a consagração dos direitos humanos.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Resenha crítica, prova escrita, participação nas aulas e nos debates.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & **MARTINS**, Maria Helena Pires. **Filosofando: uma introdução à Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

CHAU, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

REALE, Miguel. **Introdução à Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & **MARTINS**, Maria Helena Pires. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

BUZZI, A.R. **Filosofia para principiantes**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DELACAMPAGNE, Christian. **História da Filosofia do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

NAGEL, Thomas. **Uma breve introdução à Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NUNES, Benedito. **Filosofia contemporânea**. São Paulo: Ática, 1991.

Coleção Os pensadores. São Paulo. Abril Cultural / Nova Cultural.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
1º	Introdução ao Estudo do Direito I	72h/a

EMENTA:

O Estudo do Direito. A Dimensão Sociológica do Direito. A Noção do Direito. Fontes do Direito.

OBJETIVOS:

Fornecer ao aluno conhecimento acerca das noções básicas do mundo jurídico.

Habilitar o aluno a compreender os institutos, conceitos e distinções fundamentais do Direito, bem como as inter-relações do mesmo com as idéias de Ciência, Moral, Estado e Sociedade.

Traçar o panorama do Direito no mundo atual, tomando por base os grandes sistemas jurídicos.

Descrever o percurso da história do Direito, tendo inclusive uma ampla visão de todos os ramos do Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

O Estudo do Direito:
Sistema de Idéias Gerais do Direito; As disciplinas jurídicas.

A Dimensão Sociológica do Direito:
O Direito como Processo de Adaptação Social
Sociedade e Direito; Instrumentos de Controle Social; Fatores do Direito.

A Noção do Direito:
O Direito no Quadro do Universo; Definições e acepções da palavra Direito; Norma jurídica; A Divisão do Direito Positivo; Justiça e equidade; Segurança jurídica; Direito e Estado.

Fontes do Direito:
A lei; Direito Costumeiro; O desuso das leis; A jurisprudência; A doutrina jurídica;
Procedimento de integração: analogia legal; Procedimento de integração: Princípios Gerais do Direito; A codificação do Direito.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Saraiva. 2003.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. Belo Horizonte: Del Rey. 2003.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares do Direito**. São Paulo: Saraiva. 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BATALHA, Wilson de Souza. **Nova Introdução ao Direito**. São Paulo, Forense, 2000.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro, 1998, 26ª ed.

MACHADO, Hugo de Brito. **Uma Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo, Dialética, 2000.

MONTORO, André Franco. **Introdução à Ciência do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2003.

PAUPÉRIO, Artur Machado. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro, Forense, 1995. 3ª ed.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares do Direito**. São Paulo: Saraiva. 2003.

SOARES, Orlando. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro, Forense, 1991.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos da História do Direito**. Belo Horizonte, Del Rey, 2000.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
1º	Português Instrumental I	72 h/a

EMENTA:

Nível de linguagem, Qualidade e defeitos de um texto, Dificuldades mais freqüentes em língua portuguesa, Pontuação, Crase, Impessoalização do texto, Modalização do texto, Regência, Pronomes relativos, Coerência textual, O parágrafo.

OBJETIVOS:

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de recuperar-se de deficiências no conhecimento da língua padrão, ainda não superadas no segundo grau; expressar-se por escrito com clareza, coerência e correção; saber diferenciar e utilizar os variados níveis de linguagem e as diversas funções lingüísticas; saber aplicar os conhecimentos gramaticais à produção de textos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Níveis de linguagem: Linguagem coloquial, norma culta; Adequação da linguagem ao contexto.

Qualidade e defeitos de um texto: Concisão, clareza, correção, originalidade e elegância; Ambigüidade, obscuridade, pleonismo, eco e clichês.

Dificuldades mais freqüentes em língua portuguesa: Uso dos porquês; onde aonde e donde; mas e mais; mau e mal; ao encontro de e de encontro a; a e há; acerca de, a cerca de e há cerca de; a fim e afim; de mais e demais; senão e se não; na medida em que e à medida que; a par e ao par; para eu e para mim; entre mim e você; mais bem ou melhor; trás e traz; meio e meia; a princípio ou em princípio; haja vista; em vez de e ao invés de; tão pouco e tampouco; todo e todo o; haver e ter; a nível de.

Pontuação: Vírgula; Ponto-e-vírgula; Travessão; Dois-pontos; Parênteses; Aspas; Orações adjetivas e sentido

Crase: Conceito; casos obrigatórios, impossíveis e facultativos.

Impessoalização do texto: Voz passiva pronominal ou sintética; Voz passiva analítica

Modalização do texto: A modalização; Estratégias de modalização: auxiliares, predicados cristalizados, advérbios modalizadores, verbos de atitude proposicional.

Regência: Noções superficiais de verbos transitivos diretos e indiretos; Regência verbal

Pronomes relativos: Pronomes relativos variáveis e invariáveis; Uso de pronomes relativos com preposições; Coesão textual; Principais recursos de coesão: substituição,



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

pronome, elipse, referência; Subordinação enfadonha; Paralelismos; Organização do período e conjunções.

Coerência textual: Coerência narrativa, argumentativa, figurativa, temporal, espacial; Coerência no nível da linguagem.

O parágrafo: O parágrafo padrão; Sugestões de início de parágrafos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAMIÃO, Regina Toledo & **HENRIQUES**, Antonio – **Curso de português jurídico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HENRIQUES, Antonio – **Prática da linguagem jurídica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NASCIMENTO, Edmundo Dantes – **Linguagem forense: redação forense e a língua portuguesa aplicada à linguagem do foro**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, Antônio Suárez. **Curso de redação**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2001.

FARACO, Carlos Alberto & **TEZZA**, Cristovão. **Prática de texto para estudantes universitários**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 13 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

KOCH, Ingedore Grunfeld Viailaça. **A coesão textual**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

KOCH, I. G. V. & **TRAVAGLIA**, L. C. **A coerência textual**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1995.

MARTINS, D. Silveira, **ZILBERKNOP**, Lúbia Scliar. **Português instrumental**. 19. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1997.

MARTINS, Eduardo. **Manual de redação e estilo**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

MESQUITA, Roberto de Melo. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1999.

MORENO, Cláudio & **GUEDES**, Paulo Coimbra. **Curso básico de redação**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1994.

PLATÃO & FIORIN. **Lições de texto: leitura e redação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

PLATÃO & FIORIN. **Para entender o texto: leitura e redação**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2000.

TERRA, Ernani & **NICOLA**, José de. **Práticas de Linguagem**. São Paulo: Scipione, 2001.

TOLEDO, Marleine Paula Marcondes e Ferreira de & **NADÓLSKIS**, Hêndricas. **Comunicação jurídica**. 4 ed. São Paulo: Sugestões literárias, 2002.

VIANA, Antônio Carlos Manguiera (Org). **Roteiro de redação**. São Paulo: Scipione, 1998.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
1º	Sociologia Geral	36 h/a

EMENTA:

As bases da produção do conhecimento científico; perspectivas sociológicas; a origem da Sociologia; autores e proposições teóricas. Princípios constitutivos do conhecimento sociológico; instituições, socialização, cultura, estratificação social e classes sociais; estudos e pesquisas sociológicas. Discussões de temas sobre questões sociológicas; movimentos urbanos e rurais, questão racial, questão indígena e outros. As principais correntes sociológicas do mundo contemporâneo. A perspectiva sociológica do século XXI.

OBJETIVOS:

Disponibilizar aos acadêmicos do curso de Direito meios para interpretar as relações sociais e suas implicações jurídicas. Introduzir o aluno ao universo conceitual das ciências sociais. Identificar a relação entre diversidade cultural e conflitos grupais. Expor a qualidade coercitiva das instituições da vida social. Demonstrar como a sociedade capitalista do mundo moderno facilita à alienação. Indicar alguns dos fundamentos do espírito capitalista que domina o mundo moderno.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Introdução ao pensamento social: Introdução ao pensamento sociológico; O Homem na Sociedade – Berger; A Sociedade no Homem – Berger; A Sociedade como Drama – Berger.

O mundo moderno e as lutas de classes: Socialismo científico – Marx e Engles; Divisão de classes – Marx e Engles; A alienação – Marx e Engles.

A Sociologia clássica: O Positivismo – Comte e Durkheim; Fato Social – Durkheim; Consciência coletiva – Durkheim.

O desenvolvimento da Sociologia: Conceito-tipo – Weber; Ação Social – Weber; Espírito do capitalismo – Weber; Relativismo.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: Resenha crítica, prova escrita, participação nas aulas e nos debates, apresentação de seminário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2002.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 6. ed. São Paulo: Martins fontes, 2003.

BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas: Uma visão humanística. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOURDIEU, Pierre. A profissão de sociólogo: Preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTRO, Anna Maria de; DIAS, Edmundo F. Introdução ao pensamento sociológico. 6. ed. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1978.

COMTE, Auguste. Obras escolhidas. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).

DURKHEIM, Emile. Obras escolhidas. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).

_____. **Lições de Sociologia.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **O suicídio.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Sociologia e Filosofia.** São Paulo; Ícone, 1994.

_____. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Paulus, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. Lisboa: Avante, 1982. Volumes I, II e III.

MARX, Karl. Obras escolhidas. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

WEBER, Max. Obras escolhidas. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).

_____. **Ciência e Política: duas vocações.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Sobre a teoria das ciências sociais.** São Paulo: Moraes, 1991.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
2º	Ciência Política II (ênfase em TGE)	36h/a

EMENTA:

Macropolítica, Nunciopolítica, Abordagem sintetizadora e conclusiva do conteúdo dos dois períodos de Ciência Política.

OBJETIVOS GERAIS:

Transmitir aos estudantes noções e conceitos fundamentais de Ciência Política a partir da discussão crítica de temas emergentes. Busca-se, assim, incorporar conhecimento teórico às suas experiências/vivências, de modo a aumentar sua capacidade de integração/interação sócio-política efetiva através do desenvolvimento/aprimoramento de sua criticidade científica. Possibilitar a adoção de um posicionamento ativo diante do “Poder” e da realidade social, estimulando o estudante a tornar-se “sujeito” de sua história, percebendo o relacionamento existente entre Direito e Política.

Fornecer subsídios teóricos suficientes e atualizados aos graduandos, de modo a sustentar sua produção de conhecimento individual, capacitando-os a realizar análises e críticas próprias e sob diversificadas abordagens, de modo que aos graduandos seja possível aplicar o fruto dos estudos realizados à realidade político-institucional brasileira, de modo a delinear o seu perfil jurídico, político e social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Macropolítica: O estudo das Organizações Políticas Dominantes (OPD); Constituição e OPD: os Estados e os Grandes Blocos; O Estado: elementos constitutivos e formas de Estado; Funções estatais básicas; Formas e sistemas de Governo; Os Grandes Blocos: o Direito Internacional Público e seus desdobramentos; a União Européia.

Nunciopolítica: O estudo da comunicação política; Marketing político; Propaganda e publicidade políticas; Breves comentários sobre lógica, retórica, oratória e Teoria da Comunicação.

Abordagem sintetizadora e conclusiva do conteúdo dos dois períodos de CP: Aplicação do conhecimento produzido a casos concretos e contemporâneos.

AVALIAÇÃO:



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Serão realizadas avaliações ao término de cada unidade estudada. Estas incluirão seminários, apresentações de trabalhos, provas e exercícios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AZAMBUJA**, Darcy. **Teoria geral do estado**. 42. ed, São Paulo: Globo, 2001.
BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política**. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 1999.
MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ANDRADA**, Bonifácio de. **Ciência Política**: ciência do poder. São Paulo: LTR, 1998.
Direito Partidário. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1997.
Ciência Política e seus aspectos atuais: Engenharia Política e Politometria. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 2000.
BERLO, David K. **O Processo de Comunicação**. Brasil-Portugal: Ed. Fundo de Cultura, 1960.
CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra, PO: Almedina. s.d.
CHEVALLIER, Jean Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Ed. Universidade de Brasília, 1984.
DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 20. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1998.
O que é participação política. São Paulo: Abril Cultural; Ed. Brasiliense, 1984. [Coleção Primeiros Passos]
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2001.
RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. 3. ed. rev. por Lúcia Hippolito. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
2º	Direito Civil II (Parte Geral)	72 h/a

EMENTA:

Dos Fatos Jurídicos, Do Negócio Jurídico, Dos Atos Jurídicos Ilícitos, Da Prescrição e da Decadência, Da Prova.

OBJETIVO:

Dar continuidade ao estudo do Direito Civil, sendo que neste período será estudado até o artigo 232.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Livro III – Dos Fatos Jurídicos

Título I – Do Negócio Jurídico

Capítulo I – Disposições Gerais (arts. 104 a 114);

Capítulo II – Da Representação (arts. 115 a 120);

Capítulo III – Da condição, Do Termo e Do Encargo (arts. 121 a 137);

Capítulo IV – Dos Defeitos do Negócio Jurídico (arts. 138 a 165);

Seção I – Do erro ou Ignorância (arts. 138 a 144);

Seção II – Do Dolo (arts. 145 a 150);

Seção III – Da Coação (arts. 151 a 155);

Seção IV – Do Estado de Perigo (art. 156);

Seção V – Da Lesão (art. 157);

Seção VI – Da Fraude Contra Credores (arts. 158 a 165);

Capítulo V – Da Invalidade do Negócio Jurídico (arts. 166 a 184);

Título II Dos Atos Jurídicos Ilícitos (art. 185);

Título III – Dos Atos Ilícitos (arts. 186 a 188);

Título IV – Da Prescrição e da Decadência

Capítulo I – Da Prescrição (arts. 189 a 206);

Seção I – Disposições Gerais (arts. 189 a 196);

Seção II – Das Causas que impedem ou suspendem a prescrição (arts. 197 a 201);

Seção III – Das causas que interrompem a prescrição (arts. 202 a 204);

Seção IV – Dos prazos da prescrição (arts. 205 e 206);

Capítulo II – Da Decadência (arts 207 a 211);

Título V – Da Prova (arts 212 a 232).

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Provas, conforme calendário da instituição e atividades em sala de aula (exercícios, seminários, etc).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Código civil. 54ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DINIZ, Maria Helena – Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

RODRIGUES, Silvio – Direito civil: parte geral. 33ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

VENOSA, Sílvio de Salvo – Direito civil: parte geral . 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Cássia Celina Paulo Moreira da – O novo código civil comparativo. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

DINIZ, Maria Helena – Código civil anotado. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FIUZA, Ricardo (Coordenador) – Novo código civil comentado. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GAGLIANO, Pablo Stolze & PAMPLONA FILHO, Rodolfo – Novo curso de direito civil: parte geral. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Novo código civil brasileiro: lei 10.460, de 10 de janeiro de 2002: estudo comparativo com o código civil de 1916, constituição federal, legislação codificada e extravagante. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
2º	Filosofia do Direito	36 h/a

EMENTA:

Noções introdutórias. A Filosofia e o Direito. A utilização da Filosofia no estudo do Direito. As principais correntes do pensamento filosófico-jurídico. Valor jurídico nos filósofos ocidentais. O direito como ciência.

OBJETIVOS:

Demonstrar como a visão filosófica pode enriquecer as noções do Direito. Relacionar a conceituação clássica da Filosofia, trabalhada na disciplina Filosofia Geral, com o universo jurídico. Analisar a postura de alguns filósofos diante do Direito. Avaliar as principais formas de se relacionar verdade, justiça e Direito, com base no pensamento axiológico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Questões fundamentais de filosofia do direito: Histórico do posicionamento filosófico diante do direito; O problema ontológico – o ser do direito; O problema axiológico – o valor no direito; O problema epistemológico – o direito como ciência.

O pensamento filosófico-jurídico: Hegel e os princípios de filosofia do direito; Reale e a estrutura tridimensional; Kelsen e a relação entre direito e justiça.

Ética e direito: Perspectiva ética do mundo moderno; Kant e a restrição à verdade; Maquiavel e o direito à mentira; O sujeito e a norma diante deste cenário.

AVALIAÇÃO:

Resenha crítica, prova escrita, participação nas aulas e nos debates.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADAUTO, Novaes. **Ética**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BORGES, Arnaldo. **Origens da filosofia do direito**. Porto Alegre: S. Frabras, 1999.

CRETELLA JR, José. **Curso de filosofia do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

GIANNETTI, Eduardo. **Vícios privados, benefícios públicos?** São Paulo: Cia das Letras, 1993.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Filosofia do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Lisboa: edições 70, [19--].

LESSA, Pedro. **Estudos de filosofia do direito**. Campinas: Bookseller, 2000.

MENDONÇA, Jacy de Souza. **Curso de filosofia do direito do prof. Armando Cama**. São Paulo: S.A. Fabri, 1999.

MONTORO, André Franco. **Estudos de filosofia do direito**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

NADER, Paulo. **Filosofia do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SALDANHA, Nelson. **Filosofia do direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

VALLE, Gabriel. **Filosofia do direito**. Porto Alegre: Síntese, 1999.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
2º	Introdução ao Estudo do Direito II	72h/a

EMENTA:

Técnica Jurídica. Relações Jurídicas. Dos Fatos jurídicos. Enciclopédia Jurídica. Fundamentos do Direito. Ramos do Direito.

OBJETIVOS:

Fornecer ao aluno conhecimento acerca das noções básicas do mundo jurídico.

Habilitar o aluno a compreender os institutos, conceitos e distinções fundamentais do Direito, bem como as inter-relações do mesmo com as idéias de Ciência, Moral, Estado e Sociedade.

Traçar o panorama do Direito no mundo atual, tomando por base os grandes sistemas jurídicos.

Descrever o percurso da história do Direito, tendo inclusive uma ampla visão de todos os ramos do Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Técnica Jurídica: O elemento técnico do Direito; Técnica legislativa; A eficácia da lei no tempo e no espaço; Hermenêutica e interpretação do Direito; Elementos da interpretação do Direito; Métodos de interpretação do Direito.

Relações Jurídicas: Sujeitos do Direito: pessoa natural e pessoa jurídica; Relação jurídica: conceito, formação, elementos; Direito subjetivo; Dever jurídico.

Dos Fatos Jurídicos: Fato jurídico: conceito e classificação; Dos negócios; Ato ilícito.

Enciclopédia Jurídica: Ramos do Direito Público; Ramos do Direito Privado.

Fundamentos do Direito: A idéia do Direito Natural; O positivismo jurídico; O normativismo jurídico; A tridimensionalidade do Direito.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Ramos do Direito: Noções básicas de Direito Civil; Noções básicas de Direito Processual; Noções básicas de Direito Constitucional; Noções básicas de Direito Penal; Noções básicas de Direito do Trabalho; Noções básicas de Direito Administrativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Saraiva. 2003.

NADER, Paulo. *Introdução ao Estudo do Direito*. Belo Horizonte: Del Rey. 2003.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares do Direito*. São Paulo: Saraiva. 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BATALHA, Wilson de Souza. *Nova Introdução ao Direito*. São Paulo, Forense, 2000.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao Estudo do Direito*. Rio de Janeiro, 1998, 26ª ed.

MACHADO, Hugo de Brito. *Uma Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo, Dialética, 2000.

MONTORO, André Franco. *Introdução à Ciência do Direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2003.

PAUPÉRIO, Artur Machado. *Introdução ao Estudo do Direito*. Rio de Janeiro, Forense, 1995. 3ª ed.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares do Direito*. São Paulo: Saraiva. 2003.

SOARES, Orlando. *Introdução ao Estudo do Direito*. Rio de Janeiro, Forense, 1991.

WOLKMER, Antônio Carlos. *Fundamentos da História do Direito*. Belo Horizonte, Del Rey, 2000.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
2º	Metodologia de Pesquisa I	36 h/a

EMENTA:

Considerações Introdutórias, Metodologia nas Universidades, A Questão do Conhecimento, Investigação Científica e Cientificidade, Dos Trabalhos Acadêmicos, Considerações Preliminares Sobre a Normatização dos Trabalhos Acadêmicos em Geral, Elaboração de Referências Bibliográficas.

OBJETIVOS:

Através da participação ativa dos estudantes, fornecer subsídios lógicos e teóricos suficientes para a produção autônoma dos conhecimentos estratégicos necessários à compreensão e condução autônoma de pesquisas e estudos nos moldes científicos.

Abordar os principais tipos de trabalhos acadêmicos, traçando suas características gerais, delineando suas finalidades e aplicações.

Abordar em profundidade a elaboração de monografias, desde os passos iniciais, como detecção de situação-problema, escolha de literatura adequada e realização de leituras preliminares, até planejamento e execução de projeto.

Apresentar e trabalhar as técnicas normalizadas pela ABNT e indicar o seu uso.

METODOLOGIA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA:

Aulas interativas: exposição de problemas teóricos fundamentais a partir da realização de leituras de textos/trabalhos e abordagem do conteúdo teórico necessário ao seu deslinde. Realização de exercícios em sala de aula, visando aplicar e fixar os conhecimentos produzidos.

Estudo de casos concretos de pesquisa e/ou estudo.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Quadro e marcador.

Projetor de transparências.

Textos-base para discussão.

Internet e correspondência via *e-mail* ou conferência em tempo real.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Considerações introdutórias:

a metodologia nas universidades: uma disciplina essencial

universidade e pesquisa conhecimento científico: os sujeitos ativos de sua produção a metodologia

e conhecimento científico: prismas subjetivo e objetivo;

comunicação do conhecimento produzido: o papel das monografias a questão do

conhecimento das várias formas de conhecer: aspectos a considerar

comunicação do conhecimento e linguagem a importância de se desejar conhecer os caminhos

do conhecimento: falhas, acertos e provisoriedade investigação científica e cientificidade

considerações sobre o método

considerações sobre a metodologia científica cientificidade dos trabalhos acadêmicos

fichamento; resumo; resenha ou resenha; esquema; relatórios técnico-científicos,

ensaios teóricos; monografias; considerações gerais; conceito de monografia; características

da monografia; da relação “orientador \leftrightarrow orientando”; do cronograma de atividades;

do anteprojeto e do projeto de uma monografia; da área de concentração, do assunto, do tema

e de sua delimitação da problematização; da formulação de hipóteses e sua importância

marco teórico ou quadro referencial; objetivos: geral e específicos da revisão bibliográfica

da justificativa; roteiro de projeto de pesquisa [ou de plano de estudo];

considerações preliminares sobre a normalização técnica; a utilização das normas técnicas;

da normalização dos trabalhos acadêmicos em geral; elementos da forma de apresentação

citações; chamada ou indicação das citações; citações feitas em idiomas estrangeiros e citações feitas em

português a partir de tradução; notas de rodapé; estrutura básica dos trabalhos acadêmicos

elementos pré-textuais; elementos textuais; elementos pós-textuais; outros elementos;

elaboração de referências bibliográficas.



CENTRO DE ESCENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ
Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
2º	Português Instrumental II	36 h/a

EMENTA:

Produção de textos, Redação acadêmica, Redação técnica.

OBJETIVOS:

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de recuperar-se de deficiências no conhecimento da língua padrão, ainda não superadas no segundo grau; expressar-se por escrito com clareza, coerência e correção; saber diferenciar e utilizar os variados níveis de linguagem e as diversas funções lingüísticas; saber aplicar os conhecimentos gramaticais à produção de textos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Produção de textos: Textos narrativos e descritivos; A dissertação e a argumentação; Outros gêneros textuais.

Redação acadêmica: Fichamento; Resenha; Resumo.

Redação técnica: Características da redação técnica; Textos mais comuns: ata, declaração, atestado, certidão; A petição inicial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAMIÃO, Regina Toledo & **HENRIQUES**, Antonio – **Curso de português jurídico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HENRIQUES, Antonio – **Prática da linguagem jurídica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NASCIMENTO, Edmundo Dantes – **Linguagem forense: redação forense e a língua portuguesa aplicada à linguagem do foro**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, Antônio Suárez. **Curso de redação**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2001.

FARACO, Carlos Alberto & **TEZZA**, Cristovão. **Prática de texto para estudantes universitários**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.



CENTRO DE ESCENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ
Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. 13 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

KOCH, Ingedore Grunfeld Viillaça. A coesão textual. 7 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

KOCH, I. G. V. & TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1995.

MARTINS, D. Silveira, ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental. 19. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1997.

MARTINS, Eduardo. Manual de redação e estilo. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

MESQUITA, Roberto de Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

MORENO, Cláudio & GUEDES, Paulo Coimbra. Curso básico de redação. 9. ed. São Paulo: Ática, 1994.

PLATÃO & FIORIN. Lições de texto: leitura e redação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

PLATÃO & FIORIN. Para entender o texto: leitura e redação. 7 ed. São Paulo: Ática, 2000.

TERRA, Ernani & NICOLA, José de. Práticas de Linguagem. São Paulo: Scipione, 2001.

TOLEDO, Marleine Paula Marcondes e Ferreira de & NADÓLSKIS, Hêndricas. Comunicação jurídica. 4 ed. São Paulo: Sugestões literárias, 2002.

VIANA, Antônio Carlos Mangueira (Org). Roteiro de redação. São Paulo: Scipione, 1998.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
2º	Psicologia I	36 h/a

EMENTA:

Conceito de Psicologia Jurídica. Atuação do Psicólogo Jurídico em matéria Civil e Criminal. Criminologia. Psicologia Carcerária.

OBJETIVOS:

A disciplina tem como objetivo levar o aluno do curso de Direito a compreender os fatores psicológicos que influenciam os seres humanos em suas diversas formas de atuação na sociedade, e principalmente sua aplicabilidade junto ao Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Introdução ao estudo da Psicologia Jurídica: Conceito de Psicologia Jurídica; A Psicologia aplicada ao Direito; Direito: a nossa história através dos códigos; O elenco judicial; Perícia: alcance e limites; A Psicologia, o Judiciário e a busca do ideal de Justiça.

A atuação do psicólogo jurídico em matéria civil:

Vara de Família e sucessões: Separação conjugal: consensual e litigiosa; Divórcio; Anulação de casamento; Guarda de filhos/modificação de cláusula; Regulamentação de visitas; Pensão alimentícia; Reconhecimento de paternidade; Embasamento legal no Código Civil.

Vara de Infância e Juventude: Tutela.; Curatela; Guarda; Adoção/Internacional; Família Substituta; Abrigamento/Desabrigamento; Busca e Apreensão; Vitimização: Psicológica, física e sexual; Adolescente em conflito com a Lei; Medidas protetivas e sócio-educativas; Embasamento Legal nos Códigos Civil, Penal, Constituição Federal e Estatuto da Criança e Adolescente.

Criminologia: Teorias criminológicas; Como o Direito define e trabalha o crime; O crime como fenômeno social; O aspecto psicológico do crime; Tipos de crimes: Violência coletiva; Violência individual: homicídio/passional; Violência doméstica; Crimes sexuais; Embasamento legal no Código Penal.

Psicologia Carcerária: Funcionamento do Sistema Carcerário: Comum; APAC- Associação de Proteção e Assistência ao Condenado; 2-Perícia Psicológica - exames: criminológico, dependência toxicológica, sanidade mental e cessação de periculosidade; Progressão, Regressão e Conversão de regimes; Embasamento Legal no Código Penal- LEP.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

AVALIAÇÃO:

Qualitativa: Assiduidade; Interesse; Participação e integração dos alunos nas atividades realizadas extra-classe.

Quantitativa: Relatórios das visitas técnicas; Trabalhos; Avaliações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOCK, Ana Mercês Bahia & **FURTADO**, Odair & **TEIXEIRA**, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

HALL, Calvin S. & **LINDZEY**, Gardner & **CAMPBELL**, John B. **Teorias da personalidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GOODWIN, C. James. **História da psicologia moderna**. São Paulo: Cultrix, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRITO, Leila Maria Torraca. **Temas de psicologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

GONÇALVES, Hebe Signorini. **Psicologia jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: NAU, 2004.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
2º	Sociologia do Direito	36 h/a

EMENTA:

Conceitos e objetos da sociologia. Direito brasileiro: aspectos sociológicos. Sociologia jurídica. Fatos sociais pertinentes ao ordenamento jurídico. Fatores sociológicos envolvidos na formação e eficácia da norma jurídica. Aspectos evolutivos do direito. Princípios jurídicos.

OBJETIVOS:

Demonstrar a íntima união entre Direito e sociedade. Relacionar a conceituação clássica da Sociologia, trabalhada na disciplina Sociologia Geral, com o universo jurídico. Analisar os aspectos sociológicos da evolução do Direito brasileiro e do atual momento de nossa história.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Os problemas da Sociologia do Direito: Sociologia do Direito ou Jurídica; O Estado e os Direitos Naturais; Direito e os clássicos da Sociologia; Os temas modernos em Sociologia do Direito.

Aspectos sociológicos do Direito Brasileiro: A formação do Direito brasileiro a partir do lusitano; Independência e a primeira Constituição nacional; A evolução constitucional.

Sistema judiciário brasileiro: O campo de estudos da Sociologia do Direito no Brasil; Conflitos domésticos; Racismo.

AVALIAÇÃO:

Resenha crítica, prova escrita, participação nas aulas e nos debates.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

LOCHE, Adriana. et. al. Sociologia jurídica. Porto Alegre: Síntese, 1999.

MACHADO NETO, A. L. Sociologia jurídica. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

SALDANHA, Nelson. Sociologia do Direito. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar: 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 6. ed. São Paulo: Martins fontes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTRO, Anna Maria de & DIAS, Edmundo F. Introdução ao pensamento sociológico. 6. ed. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1978.

CASTRO, C. A. Pinheiro. Sociologia do direito. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Sociologia aplicada ao direito. São Paulo: Atlas, 2001.**

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de sociologia jurídica. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

EHRlich, Eugene. Fundamentos da sociologia do direito. Brasília: Ed. UnB, 1986.

FALCÃO, Joaquim; & SOUTO, Cláudio. Sociologia e direito. São Paulo, Pioneira, 2000.

LEVY-BRUHL, Henri. Sociologia do direito. 3.ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2000.

MORAES FILHO, Evaristo de. O problema de uma sociologia do direito. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

ROSA, F. A. Miranda. Sociologia do direito. 12. ed. São Paulo: J. Zahar: 1994.

SCURO NETO, Pedro. Manual de sociologia geral e jurídica. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
3º	Direito Civil III (Direito das Obrigações)	72 h/a

EMENTA:

Do Direito das obrigações, Das Obrigações de Dar, Das Obrigações de Fazer, Das Obrigações de Não Fazer, Das Obrigações Alternativas, Das Obrigações Divisíveis e Indivisíveis, Das Obrigações Solidárias, Da Transmissão das Obrigações, Do Adimplemento e Extinção das Obrigações.

OBJETIVO:

Dar continuidade ao estudo do Direito Civil, sendo que neste período será estudado até o artigo 303.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Parte Especial:

Livro I – Do Direito das Obrigações:

Capítulo I – Das Obrigações de Dar (arts. 233 a 246);

Seção I – Das Obrigações de dar coisa certa (arts. 233 a 242);

Seção II – Das Obrigações de dar coisa incerta (arts. 243 a 246);

Capítulo II – Das Obrigações de Fazer (arts. 247 a 249);

Capítulo III – Das Obrigações de Não Fazer (arts. 250 e 251);

Capítulo IV – Das Obrigações Alternativas (arts. 252 a 256);

Capítulo V – Das Obrigações Divisíveis e Indivisíveis (arts. 257 a 263);

Capítulo VI – Das Obrigações Solidárias (arts. 264 a 285);

Seção I – Disposições Gerais (arts. 264 a 285);

Seção II – Da Solidariedade ativa (arts. 267 a 274);

Seção III – Da Solidariedade passiva (arts. 275 a 285);

Título II – Da Transmissão das Obrigações:

Capítulo I – Da Cessão de Crédito (arts. 286 a 298);

Capítulo II – Da Assunção de Dívida (arts. 299 a 303).

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas, conforme calendário da instituição e atividades em sala de aula (exercícios, seminários, etc).



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Código civil. 54ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DINIZ, Maria Helena – Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

RODRIGUES, Silvio – Direito civil: parte geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo – Direito Civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos . 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Cássia Celina Paulo Moreira da – O novo código civil comparativo. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

DINIZ, Maria Helena – Código civil anotado. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FIUZA, Ricardo (Coordenador) – Novo código civil comentado. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GAGLIANO, Pablo Stolze & PAMPLONA FILHO, Rodolfo – Novo curso de direito civil: obrigações. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Novo código civil brasileiro: lei 10.460, de 10 de janeiro de 2002: estudo comparativo com o código civil de 1916, constituição federal, legislação codificada e extravagante. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
3º	Direito Constitucional I	36 h/a

EMENTA:

Sociedade, Estado e Constituição, Classificação das Constituições, Interpretação e Constituição, Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais, Controle de constitucionalidade, Princípios constitucionais fundamentais na CRFB/1988: abordagem ampla de seu conteúdo.

OBJETIVO:

Propiciar aos estudantes a compreensão do significado histórico-social e jurídico de uma constituição, especialmente da CRFB/1988.

Fornecer subsídios teóricos suficientes e atualizados aos graduandos, de modo a sustentar sua produção de conhecimento individual, capacitando-os a realizar análises e críticas próprias e sob diversificadas abordagens.

Permitir aos graduandos a aplicação do conhecimento produzido à realidade constitucional brasileira, de modo a delinear o perfil jurídico, político e social da CRFB/1988.

Realizar uma abordagem *lata* da CRFB/1988, de modo que seja possível explicitar sua base principiológica e sua estruturação fundamental.

Apresentar aos estudantes as formas de controle de constitucionalidade existentes, bem como a importância de se interpretar, de forma correta, a Constituição e a Legislação infraconstitucional (conforme a Constituição).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Sociedade, Estado e Constituição: A sociedade: elementos caracterizadores: finalidade; manifestações de conjunto ordenadas; poder; Sociedade, Política e Estado: do poder social ao poder estatal: os graus de juridicidade do poder; A Constituição: formação, manutenção e extinção: conceituação; Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado: as modificações constitucionais: possibilidades e limitações: as Emendas Constitucionais; A supremacia constitucional e o sistema jurídico: a base de uma estrutura e o ápice de uma pirâmide hierárquica.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Classificação das Constituições: Quanto ao conteúdo: materiais; formais; Quanto ao modo de elaboração: dogmáticas; históricas; Quanto à origem: outorgadas; promulgadas; Quanto à forma: escritas; não escritas; Quanto à extensão e finalidade: analíticas; sintéticas; Quanto à estabilidade: imutáveis; rígidas; flexíveis; semi-flexíveis ou semi-rígidas; Outras classificações.

Interpretação e Constituição: Sistema jurídico: princípios e regras: características e funções essenciais; Interpretação das normas constitucionais: a textura aberta do Direito (Herbert Hart) e a sociedade aberta dos intérpretes (Peter Häberle). Características essenciais: princípios e regras interpretativas; Interpretação de normas infraconstitucionais conforme a Constituição: com redução de texto; sem redução de texto (com fixação de determinado sentido para que haja constitucionalidade); sem redução de texto (com fixação de sentido que deve ser rechaçado para que a norma seja considerada constitucional). OBS.: declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto (técnica de decisão judicial); Espaço para discussões oriundas dos temas surgidos em aula.

Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais: Normas com eficácia plena (Silva); Normas com eficácia contida (Silva); Normas com eficácia limitada (Silva); Normas com eficácia absoluta (Diniz); Normas com eficácia plena (Diniz); Normas com eficácia relativa restringível (Diniz); Normas com eficácia relativa complementável ou dependentes de complementação (Diniz); Normas programáticas.

Controle de constitucionalidade: Conceituação; Função; Espécies: preventivo e repressivo; Controle de constitucionalidade preventivo; Controle de constitucionalidade repressivo: difuso ou aberto; concentrado ou fechado; Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN); Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão; Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADCON); Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF); Outras questões levantadas no curso das aulas.

Princípios constitucionais fundamentais na CRFB/1988: abordagem ampla de seu conteúdo.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Serão realizadas avaliações ao término de cada unidade estudada. Estas incluirão seminários, apresentações de trabalhos, provas e exercícios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Constituição da república Federativa do Brasil. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAPES, Fernando et. al. **Curso de direito constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2004.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 17. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ROSA, Antonio José Miguel F. **Direito constitucional.** São Paulo: Saraiva, 1998.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2001.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. As tendências do constitucionalismo brasileiro contemporâneo: as mudanças ocorridas na constituição de 1988. Coimbra, PO: Coimbra, 2000.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2001.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. Coimbra, PO: Almedina. s.d.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2001.

HÄBERLE, Peter. Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição. Porto Alegre, RS: Sergio Antonio Fabris, 1997.

MAGALHÃES FILHO, Glauco Barreira. Hermenêutica da unidade axiológica da constituição. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

SARMENTO, Daniel (Org.). O controle de constitucionalidade e a lei n 9.868/99. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2001.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A constituição e sua reserva de justiça: um ensaio sobre os limites materiais ao poder de reforma. São Paulo, SP: Malheiros, 1999.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
3º	Direito Eleitoral	36 h/a

EMENTA:

A Justiça Eleitoral, Alistamento Eleitoral, Partidos Políticos, Elegibilidade e Inelegibilidade, Sistema Eleitoral, Eleição, Crimes Eleitorais, Processos e Procedimentos.

OBJETIVO:

Dar ao aluno do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais um conhecimento geral sobre o Direito Eleitoral. A matéria, pouco lecionada, assume uma importância especial na medida em que os brasileiros, de um modo geral, desconhecem o que seja o Direito Eleitoral. É comum observarmos os advogados peticionarem perante a Justiça Eleitoral, sem o mínimo de conhecimento de Direito Eleitoral. Na escola da Magistratura e do Ministério Público também é raro uma abordagem do tema para os aprovados nos concursos de Juízes e Promotores.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

A Justiça Eleitoral: Histórico; Função; Composição (TSE, TER, Zonas Eleitorais); Competência; O Ministério Público.

Alistamento Eleitoral: Eleitor; Suspensão e Cassação de Direitos Políticos.

Partidos Políticos – 1ª Parte: Histórico, Programa e Natureza Jurídica; Criação, Fusão e Extinção; Funcionamento; Finanças e Contabilidade

Partidos Políticos – 2ª Parte: Filiação e Desfiliação; Fidelidade Partidária; Propaganda Eleitoral dos Partidos.

Elegibilidade e Inelegibilidade: Elegibilidade; Inelegibilidade; Reelegibilidade.

Sistema Eleitoral: Voto; Eleição por Voto Majoritário; Eleição por Voto Proporcional.

Eleição: Organização; Candidaturas; Coligações; Registro de Candidaturas; Impugnação de Candidaturas; Campanha eleitoral; Propaganda; Recursos Financeiros; Pesquisas Eleitorais; Prestação de Contas; Apuração; Diplomação dos Eleitos; Posse dos Eleitos.

Crimes Eleitorais.

Processos e Procedimentos: Criminais; Reclamação Eleitoral; Direito de Resposta; Impugnação; Recursos.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas bimestrais e avaliações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Código Eleitoral e legislação esparsa

BARRETO, Lauro. *Investigação Judicial Eleitoral*, Ed. Edipro

CASTRO, José Nilo de. *Direito Municipal Positivo*, Ed. Del Rey

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MACIEL, Adhemar Ferreira. **Dimensões do direito público**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

KIRSTEN, José Tiacci (Coordenador). **Eleições municipais: como vencê-las e realizar uma boa gestão**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

SANTANA, Jair Eduardo & GUIMARÃES, Fábio. **Direito eleitoral resumido**. Belo Horizonte: Inédita, 2000.

COSTA, Adriano Soares da. **Instituições de direito eleitoral: teoria da inelegibilidade - direito processual eleitoral comentários à lei eleitoral**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

PELLEGRINO, Carlos Roberto. **Estruturas constitucionais do município: na interpretação dos tribunais superiores**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

PIERONI, Nareizo. **Os segredos da vitória nas urnas: como os candidatos atacam e como os eleitores devem se defender**. Araras/SP: Bestbook, 2000.

CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. **Direito eleitoral brasileiro: o ministério público eleitoral, as eleições em face da lei 9.504/97**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
3º	Direito Penal (Parte Geral)	72 h/a

EMENTA:

Introdução ao Direito Penal, Teoria da norma penal, Norma Penal, Interpretação da Norma penal, Princípio da Reserva Legal, Norma Penal no Tempo e no Espaço, Princípios Constitucionais Penais, Teoria Geral do Crime, Teoria do Crime, Teoria da Ação, Teoria do Tipo, Estrutura do Tipo nos Crimes Dolosos e nos Crimes Culposos, Erro de Tipo, Da Tentativa, Ilicitude (Antijuridicidade) e as Causas de sua Exclusão.

OBJETIVO GERAIS:

Proporcionar ao aluno uma visão geral sobre Direito Penal (Parte Geral), desde os princípios fundamentais do Direito Penal e da Norma Penal, bem como toda sua Estruturação e Funcionamento, criando no aluno uma visão crítica e racional do Direito Penal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Transmitir ao futuro operador do direito conhecimentos, para que o aluno ao longo do curso esteja devidamente habilitado a compreender a disciplina e sua aplicação à realidade e conseqüentemente capacitado para o aprofundamento no estudo do Direito Penal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Conceito de direito penal: Denominação; definição; caracteres; Direito Penal objetivo e subjetivo; importância do Direito Penal no aspecto social; Direito Penal fundamental e Direito Penal Especial; Infração penal: crime ou delito e contravenção penal.

Princípios fundamentais e garantistas do direito penal: Princípio da Anterioridade, da legalidade ou da Reserva Legal; Princípio da Irretroatividade da Lei Penal; Princípio da Intervenção Mínima; Princípio da Fragmentariedade; Princípio da Proteção dos bens jurídicos Fundamentais; Princípio da Lesividade; Princípio da Insignificância; Princípio da Adequação Social; Princípio da Culpabilidade; Princípio da Proporcionalidade da Pena; Princípio da Individualização da Pena; Princípio da Pessoalidade da Pena; Princípio da Humanidade.

Relação do direito penal com outras disciplinas e ciências: Com ciências jurídicas fundamentais e outros ramos jurídicos; Criminologia, Política Criminal, Direito Processual Penal, Direito Penitenciário, Medicina Legal, Criminalística.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Evolução histórica das idéias penais: Tempos primitivos, Vingança privada, Vingança divina, Vingança pública, Período humanitário, período criminológico; Escolas Penais.

História do direito penal brasileiro: O Brasil Colonial, Brasil Império e Brasil República, A codificação penal do Brasil: as Ordenações do Reino; O Código Criminal do Império, O Código Republicano de 1890, A Consolidação das Leis Penais de 1932, O Código Penal de 1940; O Código penal de 1969, A Reforma Penal de 1984 (Nova Parte Geral), Os Anteprojetos das partes especiais do Código Penal.

As fontes do direito penal: Materiais e formais; Fonte imediata: A lei penal e a norma penal, Classificação e caracteres da norma penal, Norma Penal em Branco; Fontes Mediatas: O costume, a equidade, os princípios gerais de direito, a analogia, a doutrina, a jurisprudência, os tratados e convenções.

Anterioridade da lei penal: Direito Penal Liberal, evolução histórica do princípio, reação ao princípio, Conseqüências e funções do princípio; Interpretação da Lei Penal: quanto ao sujeito, os meios, os resultados; Analogia "*in bonam partem*".

A lei penal no tempo: Irretroatividade da lei Penal, retroatividade benéfica, a lei mais benígna, ultratividade da lei penal; Tempo do Crime, Teoria da atividade.

A lei penal no espaço e em relação às pessoas: Direito Penal Internacional; Princípio da Territorialidade e Extraterritorialidade: princípios que regem a aplicação da lei penal no espaço. Conceito de território. Lugar do Crime; A lei penal em relação às pessoas e suas funções. Extradicação.

A teoria do crime: Conceito formal e material de crime; conceito analítico; conduta (ação e omissão), tipicidade, ilicitude e culpabilidade; A punibilidade; pressupostos do crime e condições objetivas da punibilidade.

As teorias da ação e a relação de causalidade: Conceito e estrutura da ação; a relação de causalidade e as diversas teorias; a omissão; o resultado; Teoria Causalista ou Causal da ação; Teoria Finalista: Origens filosóficas do finalismo, a estrutura finalista da ação e do delito, conseqüências do finalismo; Teoria Social da Ação.; Iter Criminis; Tentativa: espécies de tentativa. Desistência voluntária e Arrependimento eficaz. Crime Impossível.

O tipo penal e a tipicidade: Tipo Penal e Tipicidade: A estrutura do tipo penal; elementos do tipo penal: subjetivos e objetivos (descritivos e normativos); teorias do tipo penal; teoria dos elementos negativos; classificação dos tipos penais: tipo penal básico, qualificado e privilegiado; tipos dolosos e tipos culposos; tipos de dano e de perigo; tipos comissivos e tipos omissivos; tipos formais e de resultado. Ausência de tipicidade. O erro sobre os elementos constitutivos do tipo penal (Erro de Tipo).



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

A ilicitude (antijuridicidade) e as causas de sua exclusão: Conceito; relação entre tipicidade e ilicitude; Estado de Necessidade; Legítima Defesa; Estrito Cumprimento do Dever Legal e Exercício Regular de Direito; Causas supralegais da exclusão da ilicitude.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Avaliação Bimestral; Avaliação Bimestral; Prova Final (para alunos que não obtiverem média).
Trabalhos Individuais e em Grupo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GREGO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral. 5.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.

MIRABETE, Júlio Fabrini.. Manual de direito penal: parte geral arts 1º a 120 do CP . 22. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao direito penal brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. Direito Penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. Tratado Direito Penal: parte geral. 6. ed. São Paulo: Saraiva. 2000.

COSTA JUNIOR, Paulo José da Costa – Direito penal: curso completo. 8.ed. São Paulo: Saraiva. 2000.

DELMATO, Celso; Roberto & DELMATO JUNIOR, Roberto. Código penal comentado. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar. 2002.

JESUS, Damásio Evangelista. Manual de Direito Penal - parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MIRABETE, Julio Fabrini – Código penal: interpretado. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
3º	Direito Previdenciário I	36 h/a

EMENTA:

Introdução ao Estudo do Direito Previdenciário; Evolução da Previdência Social no Brasil; Regimes de Previdência Social no Brasil; Beneficiários; Prestações.

OBJETIVO:

Conhecer a história e desenvolver as noções estruturais do Direito Previdenciário como ciência, bem como dos seus institutos jurídicos.

Estudar as origens, a evolução, os regimes, a composição e o campo de abrangência da moderna Previdência Social Brasileira.

Adquirir uma visão global da estrutura e das condições de cobertura do sistema previdenciário no Brasil.

MÉTODOS DIDÁTICOS:

Aulas expositivas pelo professor, com vistas ao aprofundamento, pelos alunos, dos tópicos de estudo da disciplina.

Repasse de Textos Especiais para leitura, síntese comentada e exposição/debate em sala de aula, objetivando a participação e engajamento dos alunos na seqüência do curso.

Simulação de Teorias e Críticas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

A seguridade social: conceito, origem e histórico: A Origem da Proteção Social; Conceito de Seguridade Social; Formas de Amparo: a saúde, a assistência e a previdência social; A Previdência Social: Regimes Previdenciários, Regimes de Financiamento e Equilíbrio Financeiro e Atuarial; Evolução Histórica e Legislativa no Brasil; Organização e Princípios Constitucionais.

A constituição e a seguridade social - principais dispositivos: Previsão Constitucional; financiamento da Seguridade Social;- As Contribuições Sociais - Competência, Natureza Jurídica e Previsão Constitucional; Criação de Novas Contribuições Sociais; O *Vacatio Legis* das Contribuições Sociais; O Pequeno Produtor Rural e o Pescador Artesanal; Imunidade das Entidades Beneficentes de Assistência Social; Alíquotas e Base de Cálculo Diferenciadas; Remissão e Anistia de Contribuições Sociais; Orçamento da Seguridade Social; Contratação com o Poder Público; Aumento e Criação de Benefícios Previdenciários; Requisitos Diferenciados para a Aposentadoria; A Garantia do Salário Mínimo; A Habitualidade dos ganhos e sua repercussão no Benefício; Destinação Exclusiva das Contribuições Previdenciárias; Competência da Justiça do Trabalho para a cobrança de contribuição.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Legislação previdenciária: Conceito; Fontes da Legislação Previdenciária; Autonomia do Direito Previdenciário; Aplicação das Normas Previdenciárias: Vigência, Hierarquia, Interpretação e integração.

Regimes: geral de previdência social e facultativo complementar: Plano de Seguridade Social do Servidor Público (Regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal); Princípio da Universalidade; Relações Jurídicas de Amparo e Cobertura.

Beneficiários: Segurado: Conceito, *Status*, Inscrição, Filiação, Prova, Persistência, Manutenção Voluntária, Perda da vinculação e seus efeitos; Segurados Obrigatórios, Segurados Facultativos e Dependentes: Conceito e Classificação; O Conceito Previdenciário de Empresa e de Empregador Doméstico.

Prestações: Conceituação: Função Econômica, Natureza Jurídica, Tempo e Local; Prestações no Regime Geral de Previdência Social: Espécies; Prazo de Carência e Prazo de Graça; Salário-de-Benefício; Valor dos Benefícios; Auxílio-Doença; Aposentadorias; Contagem recíproca do Tempo de Serviço; Auxílios Acidente e Auxílio-Reclusão; Salário-família; Salário-Maternidade; Pecúlio; Pensões; Seguro Desemprego.

Principais regras de transição: Introdução; Regras Transitórias Definidas pela Emenda Constitucional nº 2, de 15/12/98; Regra Transitória para a Aposentadoria por Tempo de Contribuição Integral; Regra Transitória para a Aposentadoria por Tempo de Contribuição Proporcional; Regras Transitórias definidas pela Lei nº 9.876/99.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: Obediência às normas constantes do Regimento Interno.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HORVATH JUNIOR, Miguel - **Direito Previdenciário**. São Paulo: Quartier Latin, 2002.

GONÇALES, Odonel Urbano. **Direito Previdenciário para concursos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINEZ, Wladimir Novaes - **Temas atuais de previdência social**. São Paulo: LTR, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARDONE, Marly A. **Advocacia trabalhista: direito processual, direito individual, direito coletivo, direito previdenciário**. São Paulo: Saraiva, 1994.

CESAR, Afonso. **A previdência social nas constituições**. São Paulo: Edições Trabalhistas, 1995.

COIMBRA, José dos Reis Feijó. **Direito previdenciário brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 2001.

FELIPE, Jorge Franklin Alves. **Previdência social: das escolas aos tribunais**. Esdeva, 1979.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

FELIPE, Jorge Franklin Alves. **Previdência social na prática forense**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

GONÇALVES, Emílio. **Carteira de trabalho e previdência social**. São Paulo: LTr, 1992.

MARTINEZ, Wladmir Novaes. **O salário-de-contribuição na lei básica da previdência social**. São Paulo: LTr, 1992.

MARTINEZ, Wladmir Novaes. **Subsídios para um modelo de previdência social**. São Paulo: LTr, 1992.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual prático de seguridade social: planos de custeio e de benefícios**. São Paulo: Altas, 1993.

OLIVEIRA, Moacyr Velloso Cardoso de. **Previdência social do advogado**. CAA, 1978.

SOUZA, Leny Xavier de Brito e. **Previdência social: benefícios e cálculos de benefícios: benefícios previdenciários e acidentários**. São Paulo LTr, 1995.

STEPHANES, Reinhold. **Previdência social: uma solução gerencial e estrutural**. Síntese, 1993.

TORRES, Luís Cláudio Alves. **Direito previdenciário militar**. São Paulo: Edições Trabalhistas, 1990.

VELERIANO, Sebastião Saulo. **Previdência social**. Campinas/SP: Bookseller. 2002.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
3º	Direito Processual Civil I	72 h/a

EMENTA:

Da jurisdição; Da ação; Das partes e dos procuradores; Da capacidade processual; Dos deveres das partes e dos seus procuradores; Dos procuradores; Da substituição das partes e dos procuradores; Do litisconsórcio e da assistência; Da intervenção de terceiros; Do Ministério Público; Dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça; Da competência; Da competência internacional; Da competência interna; Do juiz; Dos auxiliares da justiça.

OBJETIVO:

Iniciar o aluno no estudo do Direito Processual Civil, sendo que neste período será estudada a parte geral do Código até o artigo 153, dando assim ao aluno uma visão do Processo de Conhecimento, sendo-lhe apresentado conceitos basilares do processo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

PROCESSO CIVIL I – 3º PERÍODO – CPC/2015:

1. Teoria geral do Direito Processual Civil
 - 1.1 - conceitos, História e Fontes do Direito Processual Civil
 - 1.1.1 – Direito Processual Civil
 - 1.1.2 – História do Direito Processual Civil
 - 1.1.3 – Fontes do Direito Processual Civil
 - 1.1.4 – Princípios informativos do Direito Processual Civil
 2. Jurisdição, Processo e Ação
 - 2.1 – Jurisdição
 - 2.2 – Processo
 - 2.3 – Ação
 3. Elementos e efeitos do Processo
 - 3.1 – Elementos do processo
- Das Normas Fundamentais do Processo Civil – arts. 1.º a 12
- 3.2 – Efeitos da Relação processual
- Da Aplicação das Normas Processuais – arts. 13 a 15
4. Competência



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

4.1 – Limites da Jurisdição Nacional

Da Jurisdição e da Ação – arts. 16 a 20

Dos Limites da Jurisdição Nacional – arts. 21 a 25

4.2 – Competência internacional

4.3 – Cooperação internacional

Disposições Gerais – arts. 26 e 27

Do Auxílio Direto – arts. 28 a 34

Da Carta Rogatória – arts. 35 e 36

Disposições Comuns – arts. 37 a 41

4.4 – Competência interna

Disposições Gerais – arts. 42 a 53

4.5 – Critérios de Determinação da Competência Interna

4.6 – Competência em razão do valor da causa e em razão da matéria

4.7 – competência funcional

4.8 – Competência territorial

4.9 – Modificações da Competência

Da Modificação da Competência – arts. 54 a 63

4.10 – Declaração de incompetência

Da Incompetência – arts. 64 a 66

4.11 – Conflito de Competência

4.12 – Cooperação nacional

Da Cooperação Nacional – arts. 67 a 69

5. Sujeitos do processo

5.1 – Partes e Procuradores

5.1.1 – Partes

Da Capacidade Processual – arts. 70 a 76

5.1.2 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores

Dos Deveres – arts. 77 e 78

Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual – arts. 79 a 81

5.1.3 – Despesas e multas

Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas – arts. 82 a 97

Da Gratuidade da Justiça – arts. 98 a 102

5.1.4 – Advogados



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Dos Procuradores – arts. 103 a 107

5.1.5 – Sucessão das Partes e dos Procuradores

Da Sucessão das Partes e dos Procuradores – arts. 108 a 112

5.2 – Pluralidade de Partes

5.2.1 – Litisconsórcio

Do Litisconsórcio – arts. 113 a 118

5.2.2 – Intervenção de Terceiros

5.2.2.1 – Assistência

Disposições Comuns – arts. 119 e 120

Da Assistência Simples – arts. 121 a 123

Da Assistência Litisconsorcial – art. 124

5.2.2.2 – Denúnciação da Lide

Da Denúnciação da Lide – arts. 125 a 129

5.2.2.3 – Chamamento ao processo

Do Chamamento ao Processo – arts. 130 a 132

5.2.3 – Incidente de descon sideração da personalidade jurídica

Do Incidente de Descon sideração da Personalidade Jurídica – arts. 133 a 137

5.2.4 – Amicus Curiae

Do Amicus Curiae – art. 138

Em decorrência de ampliação da ênfase dada à Teoria Geral do Processo – TGP, o conteúdo referente ao Juiz, auxiliares de justiça e Ministério Público, bem como os novos conteúdos, Advocacia Pública e Defensoria Pública, não foram contemplados pelo conteúdo programático do DPC I.

Considerando que o estudo do Direito Processual Civil se inicia no 3º período, não há necessidade de adequação de conteúdo para a turma que iniciará estudos no 1º semestre de 2017.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: Provas, conforme calendário da instituição e atividades em sala de aula (exercícios, seminários, etc).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

Código de processo civil. 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

WAMBIER, Luiz Rodrigues (Coordenador). Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 7. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, Arruda. Tratado de direito processual civil: arts 7º ao 45. 2. ed. São Paulo: Revistas do Tribunais, 1996.

CALAMANDREI, Piero. Direito processual civil. Campinas: Bookseller, 1999.

CARNELUTTI, Francesco. Instituições do processo civil. São Paulo: Classic Book, 2000.

CARNELUTTI, Francesco. Sistema de direito processual civil. São Paulo: Classic Book, 2000.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo et. al. Teoria geral do processo. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

FREIDE, Reis. Comentários ao código de processo civil: arts 1º ao 80. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: teoria geral do processo e auxiliares da justiça. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

MARCATO, Antonio Carlos (Coordenador). Código de processo civil interpretado. São Paulo: Atlas, 2004.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Temas de direito processual. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

SILVA, Ovídio A. Baptista da & GOMES, Fábio. Teoria geral do processo civil. 2. ed.
São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

VECHIATO JÚNIOR, Walter. Comentário de processo civil: processo de conhecimento: arts.1º a 565. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
3º	Psicologia II	36 h/a

EMENTA:

Psiquiatria e Psicologia Forense. Transtorno de Personalidade e Comportamento. Transtornos decorrentes de substâncias psicoativas. Transtornos neuróticos. Transtornos psicóticos. As psicopatologias e os crimes. Capacidade Civil e responsabilidade penal dos doentes mentais.

OBJETIVOS:

A disciplina tem como objetivo levar o aluno do curso de Direito a compreender e distinguir os transtornos neuróticos e psicóticos que ocorrem em nossa população, e principalmente as implicações forenses que irão acarretar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Psiquiatria e Psicologia Forense: Conceito; Imputabilidade/inimputabilidade; Conceito de Capacidade Civil; Conceito de Responsabilidade; Critérios de Avaliação da Responsabilidade; Quesitos sobre a Responsabilidade Penal; Nexos entre doença mental e ato delituoso; Medidas de segurança.

Transtorno de Personalidade e Comportamento: Conceito; Transtorno de identidade e sexual; Transtorno de hábitos e impulsos; Aplicações forenses.

Transtornos decorrentes de substâncias psicoativas: Conceito; Tipos de drogas: lícitas/ilícitas; Aplicações forenses.

Transtornos neuróticos: Conceito; Tipos de Neuroses; Aplicações forenses.

Transtornos psicóticos: Conceito; Tipos de Psicoses; Aplicações Forenses.

As psicopatologias e os crimes: O adoecer, o sofrimento psíquico e o crime; Como o neurótico, o psicótico, o perverso e o psicopata praticam o crime; Aplicação forense.

AValiação:



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Qualitativa: Assiduidade; Interesse; Participação e integração dos alunos nas atividades realizadas extra-classe.

Quantitativa: Relatórios das visitas técnicas; Trabalhos; Avaliações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOCK, Ana Mercês Bahia & **FURTADO**, Odair & **TEIXEIRA**, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

HALL, Calvin S. & **LINDZEY**, Gardner & **CAMPBELL**, John B. **Teorias da personalidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GOODWIN, C. James. **História da psicologia moderna**. São Paulo: Cultrix, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DALGALORRONGO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

JASPERS, Karl. **Psicopatologia geral**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2000.

PAÍN, Isaias. **Curso de Psicopatologia**. São Paulo: EPU, 1999.

POSTERLI, Renato. **Temas de Criminologia**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
4º	Direito Civil IV (Direito das Obrigações)	72 h/a

EMENTA:

Do Adimplemento e Extinção das Obrigações, Do Pagamento, Do Pagamento em Consignação, Do Pagamento em Consignação, Do pagamento com Sub-rogação, Da Imputação do Pagamento, Da Dação em Pagamento, Da Novação, Da compensação, Da Confusão, Da Remissão das Dívidas, Do Inadimplemento das obrigações, Disposições Gerais, Da Mora, Das Perdas e Danos, Dos Juros Legais, Da Cláusula Penal, Das Arras ou Sinal.

OBJETIVO:

Dar continuidade ao estudo do Direito Civil, sendo que neste período será estudado até o artigo 420.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Título III – Do Adimplemento e Extinção das obrigações
Capítulo I – Do Pagamento (arts. 304 a 333)
Seção I – De quem deve pagar (arts. 304 a 307)
Seção II – Daqueles a quem se deve pagar (arts. 308 a 312)
Seção III – Do objetivo do pagamento e sua prova (arts. 313 a 326)
Seção IV – Do lugar do pagamento (arts. 327 a 330)
Seção V – do tempo do pagamento (arts. 331 a 333)
Capítulo II – Do Pagamento em Consignação (arts. 334 a 345)
Capítulo III – Do Pagamento com Sub-rogação (arts. 346 a 351)
Capítulo IV – Da Imputação do Pagamento (arts. 352 a 355)
Capítulo V – Da Dação em Pagamento (arts. 356 a 359)
Capítulo VI – Da Novação (arts. 360 a 367)
Capítulo VII – Da Compensação (arts. 368 a 380)
Capítulo VIII – Da Confusão (arts. 381 a 384)
Capítulo IX – Da Remissão das Dívidas (arts. 385 a 388)
Título IV – Do Inadimplemento das Obrigações
Capítulo I – Disposições Gerais (arts. 389 a 393)
Capítulo II – Da Mora (arts. 394 a 401)
Capítulo III – Das Perdas e Danos (arts. 402 a 405)
Capítulo IV – Dos Juros Legais (arts. 406 e 407)
Capítulo V – Da Cláusula Penal (arts. 408 a 416)
Capítulo VI – Das Arras ou Sinal (arts. 417 a 420)



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas, conforme calendário da instituição e atividades em sala de aula (exercícios, seminários, etc).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Código civil. 54ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DINIZ, Maria Helena – Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

RODRIGUES, Silvio – Direito civil: parte geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo – Direito Civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos . 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Cássia Celina Paulo Moreira da – O novo código civil comparativo. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

DINIZ, Maria Helena – Código civil anotado. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FIUZA, Ricardo (Coordenador) – Novo código civil comentado. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GAGLIANO, Pablo Stolze & PAMPLONA FILHO, Rodolfo – Novo curso de direito civil: obrigações. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Novo código civil brasileiro: lei 10.460, de 10 de janeiro de 2002: estudo comparativo com o código civil de 1916, constituição federal, legislação codificada e extravagante. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
4º	Direito Constitucional II	36 h/a

EMENTA:

Princípios Fundamentais; Direitos e Garantias Fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; tutela constitucional das liberdades; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos e partidos políticos (aspectos constitucionais, considerando o conhecimento prévio já adquirido pelos graduandos, uma vez que quando do curso do 3º período acadêmico foi-lhes ministrada a disciplina “Direito Eleitoral”); Organização do Estado: federação; organização político-administrativa da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios; Territórios; Intervenção; Administração Pública: princípios, generalidades e aspectos constitucionais (esse tópico será ministrado de modo a preparar os alunos para o curso de “Direito Administrativo” a ser ministrado no próximo período acadêmico); Organização dos Poderes: Poder Legislativo, processo legislativo (emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções), controle da administração pública pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas (aspectos exclusivamente constitucionais), Poder Executivo, Poder Judiciário (órgãos do Poder Judiciário, competências, estrutura, garantias, composição dos Tribunais); Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: estado de defesa, estado de sítio, segurança pública; Ordem econômica e financeira (aspectos exclusivamente constitucionais) e ordem social.

OBJETIVO E METODOS:

Aos graduandos será apresentada uma visão geral do contexto constitucional brasileiro de modo que compreendam, num primeiro momento, o significado e, principalmente, a importância da Carta da República e, posteriormente, apreendam seus valores principiológicos, normativos e gerais.

Para tanto a explanação teórica verbal consistirá no meio mais freqüente para que os alunos alcancem o conteúdo da disciplina, sendo certo que outros meios áudio-visuais poderão, no decorrer do exercício dos trabalhos, ser utilizados.

A indicação de uma obra jurídica e a exigência do acompanhamento das aulas pelos graduandos com o texto constitucional atualizado em mãos serão essenciais para que os destinatários se conscientizem que a interpretação do que se lê é imprescindível para a compreensão real da ciência jurídica como um todo sistêmico, especialmente em se tratando do mais importante texto jurídico brasileiro: a Constituição Federal.

Diante do exposto, o manuseio constante da Constituição Federal por cada aluno será exigido e, na esteira dessa conduta, textos diversos a respeito dos assuntos tratados e julgamentos dos Tribunais de Justiça dos Estados (especialmente do Estado de Minas Gerais), Superior Tribunal de Justiça e, mais ainda, do Supremo Tribunal Federal



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

consistirão em meios práticos para se alcançar a interpretação e compreensão plena de cada tema estudado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Princípios Fundamentais;

Direitos e Garantias Fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; tutela constitucional das liberdades; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos e partidos políticos (aspectos constitucionais, considerando o conhecimento prévio já adquirido pelos graduandos, uma vez que quando do curso do 3º período acadêmico foi-lhes ministrada a disciplina “Direito Eleitoral”);

Organização do Estado: federação; organização político-administrativa da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios; Territórios; Intervenção;

Administração Pública: princípios, generalidades e aspectos constitucionais (esse tópico será ministrado de modo a preparar os alunos para o curso de “Direito Administrativo” a ser ministrado no próximo período acadêmico);

Organização dos Poderes: Poder Legislativo, processo legislativo (emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções), controle da administração pública pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas (aspectos exclusivamente constitucionais), Poder Executivo, Poder Judiciário (órgãos do Poder Judiciário, competências, estrutura, garantias, composição dos Tribunais);

Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: estado de defesa, estado de sítio, segurança pública;

7. Ordem econômica e financeira (aspectos exclusivamente constitucionais) e ordem social.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

A idéia inicial é avaliar os graduandos duas vezes por meio de prova mista, ou seja, uma primeira parte formada por questões objetivas e a parte final contendo uma ou duas questões subjetivas que exigirão, exclusivamente, o exercício da atividade interpretativa fomentada durante as aulas.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Textos de acórdãos e jurisprudências serão entregues aos alunos para interpretação de acordo com os temas já estudados e, certamente, serão avaliados, juntamente com exercícios de fixação que, preferencialmente, não serão resolvidos na sala de aula.

Trabalhos acadêmicos também serão solicitados aos alunos, de modo que sua capacidade interpretativa aumente a cada dia, já que se mostra essencial ao profissional do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Constituição da república Federativa do Brasil. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAPES, Fernando et. al. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2004.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ROSA, Antonio José Miguel F. Direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 1998.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2001.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. As tendências do constitucionalismo brasileiro contemporâneo: as mudanças ocorridas na constituição de 1988. Coimbra, PO: Coimbra, 2000.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2001.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. Coimbra, PO: Almedina. s.d.

CARVALHO, Kildare Gonçalves de. Direito constitucional: teoria do estado e da constituição e direito constitucional positivo. 10. ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2004.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

CRETELLA JÚNIOR, José. Elementos de direito constitucional. 3.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

DOUGLAS, Willian & MOTTA, Sylvio. Direito constitucional: teoria e 950 questões. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2002.

DOUGLAS, Willian & MOTTA, Sylvio. Controle de constitucionalidade: teoria, jurisprudência e questões. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2001.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2001.

HÄBERLE, Peter. Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição. Porto Alegre, RS: Sergio Antonio Fabris, 1997.

HORTA, Raul Machado. Direito constitucional. 4. ed. Belo Horizonte. Editora Del Rey, 2003.

MAGALHÃES FILHO, Glauco Barreira. Hermenêutica da unidade axiológica da constituição. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

SARMENTO, Daniel (Org.). O controle de constitucionalidade e a lei n 9.868/99. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2001.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A constituição e sua reserva de justiça: um ensaio sobre os limites materiais ao poder de reforma. São Paulo, SP: Malheiros, 1999.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
4º	Direito Penal II	72 h/a

EMENTA:

Culpabilidade, Erro de Proibição, Coação Moral Irresistível, Condições de Punibilidade, Inimputabilidade, Concurso de Pessoas, Das Penas, Penas Privativas de Liberdade, Pena Restritivas de Direito, Multa, Medidas de Segurança, Aplicação da Pena, Sursis, Livramento Condicional, Ação Penal, Extinção de Punibilidade e Prescrição.

OBJETIVO GERAIS:

Proporcionar ao aluno uma visão geral sobre Direito Penal (Parte Geral), iniciando pela Culpabilidade e toda a estrutura subsequente, bem como a qualificação legal e doutrinária dos Crimes, as Penas e sua Aplicação, criando no aluno uma visão crítica e racional do Direito Penal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Transmitir ao futuro operador do direito conhecimentos, para que o aluno ao longo do curso esteja devidamente habilitado a compreender a disciplina e sua aplicação à realidade e conseqüentemente capacitado para o aprofundamento no estudo do Direito Penal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

A culpabilidade e a punibilidade:

Noção e evolução da idéia de culpabilidade. Teorias ou Concepções sobre a culpabilidade: Concepção psicológica da culpabilidade; concepção psicológica normativa da culpabilidade; concepção normativa pura ou finalista da culpabilidade. Principais tendências acerca da culpabilidade. Pressupostos e elementos da culpabilidade.

Causas de exclusão da culpabilidade: imputabilidade penal e inimputabilidade (doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado, a emoção e a paixão; a embriaguez); a inexigibilidade de conduta diversa; a consciência potencial da ilicitude e o erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição; a coação irresistível e a obediência hierárquica).

As descriminantes putativas e as principais teorias.

Concurso de pessoas: Conceito e requisitos; Teorias: Monista, Dualista e Pluralista.

Conceito de Autor: Conceito restritivo (formal-objetivo); extensivo e o conceito do domínio final do fato (conceito finalista de autor).

Autoria e Participação. Formas de Participação: Instigação, Determinação e Cumplicidade.

Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis.

Punibilidade no concurso de pessoas.

Das penas: Conceito; Origem das Penas e Sistema Penitenciário; Penas Privativas de Liberdade, Restritivas de Direitos e Multa, Circunstâncias atenuantes e agravantes; Concurso de Crimes; Sursis e Livramento Condicional; Reabilitação e Medidas de Segurança.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Ação penal: Conceito e Classificação; Ação Penal Pública e Privada.

Extinção de punibilidade: Conceito, Condições e Causas Extintivasp’~; “Abolitio Criminis”; Perdão Judicial; Morte do Agente; Anistia, Graça e Indulto; Renúncia e Perdão; Decadência e Perempção; Retratação do Agente; Casamento Subseqüente; Prescrição.

ATIVIDADES DIDÁTICAS:

Através de exposição interativa, bem como a realização de estudos de casos, utilização de textos complementares e ilustrativos, Seminários, Debates e Discussões em Grupo, para propiciar que ocorra uma interação do aluno à matéria de Direito Penal.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Avaliação Bimestral; Avaliação Bimestral; Prova Final (para alunos que não obtiverem média).

Trabalhos Individuais e em Grupo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GREGO, Rogério. **Curso de direito penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.

MIRABETE, Júlio Fabrini. **Manual de direito penal**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao direito penal brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Direito penal geral**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado direito penal: parte geral**. 6. ed. São Paulo: Saraiva. 2000.

COSTA JUNIOR, Paulo José da Costa – **Direito penal: curso completo**. 8.ed. São Paulo: Saraiva. 2000.

DELMATO, Celso Roberto & **DELMATO JUNIOR**, Roberto. **Código penal comentado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar. 2002.

JESUS, Damásio Evangelista. **Manual de Direito Penal**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MIRABETE, Julio Fabrini – **Código penal: interpretado**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
4º	Direito Previdenciário II	36 h/a

EMENTA:

Custeio da Seguridade Social e Financiamento da Previdência Social, Obrigações previdenciárias e Seguro de Acidentes do Trabalho.

OBJETIVO:

Desenvolver as noções estruturais do Direito Previdenciário como ciência, bem como dos seus institutos jurídicos.

Estudar o financiamento da Seguridade Social e, em particular da Previdência Social, visando a dar ao aluno a compreensão da importância da Previdência Social como instrumento de construção de uma sociedade brasileira livre e mais justa.

Adquirir uma visão global da estrutura e das condições de cobertura do sistema previdenciário no Brasil.

MÉTODOS DIDÁTICOS:

Aulas expositivas pelo professor, com vistas ao aprofundamento, pelos alunos, dos tópicos de estudo da disciplina.

Repassa de Textos Especiais para leitura, síntese comentada e exposição/debate em sala de aula, objetivando a participação e engajamento dos alunos na seqüência do curso.

Exercícios práticos voltados para o cotidiano do aluno.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Custeio da seguridade social: Relações Jurídicas: Custeio da Seguridade Social; Contribuição Previdenciária. Fontes de Receita: Conceito; Participantes; Receitas/Contribuições; Proposta orçamentária da Seguridade Social. Salário-de-Contribuição: Conceito; Proporcionalidade; Limites; Parcelas especiais. Arrecadação e Recolhimentos das Contribuições Previdenciárias: Obrigações da empresa; Responsabilidade solidária; Competência Arrecadora/ Fiscalizadora Obrigações principais e acessórias; Responsabilidade de terceiros; Prescrição e Cobrança de créditos.

Seguro de acidente do trabalho: Campo de atuação da lei: Riscos e Prevenção de acidentes; Beneficiários. Acidentes e Doença do trabalho: - Conceito; Peculiaridades. Prestações: Espécies; Valor – cálculo e alíquotas; Carência.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Obediência às normas constantes do Regimento Interno.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HORVATH JUNIOR, Miguel - **Direito Previdenciário**. São Paulo: Quartier Latin, 2002.

GONÇALES, Odonel Urbano. **Direito Previdenciário para concursos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINEZ, Wladimir Novaes - **Temas atuais de previdência social**. São Paulo: LTR, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARDONE, Marly A. **Advocacia trabalhista: direito processual, direito individual, direito coletivo, direito previdenciário**. São Paulo: Saraiva, 1994.

CESAR, Afonso. **A previdência social nas constituições**. São Paulo: Edições Trabalhistas, 1995.

COIMBRA, José dos Reis Feijó. **Direito previdenciário brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 2001.

FELIPE, Jorge Franklin Alves. **Previdência social: das escolas aos tribunais**. Esdeva, 1979.

FELIPE, Jorge Franklin Alves. **Previdência social na prática forense**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

GONÇALVES, Emílio. **Carteira de trabalho e previdência social**. São Paulo: LTr, 1992.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **O salário-de-contribuição na lei básica da previdência social**. São Paulo: LTr, 1992.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Subsídios para um modelo de previdência social**. São Paulo: LTr, 1992.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

OLIVEIRA, Aristeu de. Manual prático de seguridade social: planos de custeio e de benefícios. São Paulo: Altas, 1993.

OLIVEIRA, Moacyr Velloso Cardoso de. Previdência social do advogado. CAA, 1978.

SOUZA, Leny Xavier de Brito e. Previdência social: benefícios e cálculos de benefícios: benefícios previdenciários e acidentários. São Paulo LTr, 1995.

STEPHANES, Reinhold. Previdência social: uma solução gerencial e estrutural. Síntese, 1993.

TORRES, Luís Cláudio Alves. Direito previdenciário militar. São Paulo: Edições Trabalhistas, 1990.

VELERIANO, Sebastião Saulo. Previdência social. Campinas/SP: Bookseller. 2002.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
4º	Direito Processual Civil II	72 h/a

EMENTA:

Dos atos processuais; Da forma dos atos processuais; Do tempo e do lugar dos atos processuais; Dos prazos; Das comunicações dos atos; Das nulidades; De outros atos processuais; Da formação, da suspensão e da extinção do processo.

OBJETIVO:

Dar continuidade ao estudo do Direito Processual Civil, sendo que neste período será estudado até o artigo 269, onde os alunos terão a oportunidade de conhecerem os atos processuais e toda a sua aplicabilidade dentro do processo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

PROCESSO CIVIL II – 4º PERÍODO – CPC/2015:

1. Sujeitos do Processo (continuação)

1.1 – Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça

Dos Poderes, dos Deveres e da Responsabilidade do Juiz – arts. 139 a 143

Dos Impedimentos e da Suspeição – arts. 144 a 148

1.1.1 – Organização Judiciária

1.1.2 – Órgãos Judiciários

1.1.3 – Auxiliares da Justiça

Dos Auxiliares da Justiça – art. 149

Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça – arts. 150 a 155

1.2 – Sujeitos especiais do Processo

Do Perito – arts. 156 a 158

Do Depositário e do Administrador – arts. 159 a 161

Do Intérprete e do Tradutor – arts. 162 a 164

Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais – arts. 165 a 175

1.2.1 – O Ministério Público

Do Ministério Público – arts. 176 a 181

1.2.2 – Da Advocacia Pública

Da Advocacia Pública – arts. 182 a 184

1.2.3 – Da Defensoria Pública

Da Defensoria Pública – arts. 185 a 187

2 – Atos Processuais



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

- 2.1 – Fatos Jurídicos Processuais
 - 2.1.1 – Atos processuais
 - Dos Atos em Geral – arts. 188 a 192
 - Da Prática Eletrônica de Atos Processuais – arts. 193 a 199
 - 2.1.2 – Atos da Parte
 - Dos Atos das Partes – arts. 200 a 202
 - 2.1.3 – Atos do Juiz
 - Dos Pronunciamentos do Juiz – arts. 203 a 205
 - 2.1.4 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria
 - Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria – arts. 206 a 211
- 2.2 – O ato Processual no tempo e no Espaço
 - 2.2.1 – O tempo e o lugar dos atos processuais
 - Do Tempo – arts. 212 a 216
 - Do Lugar – art. 217
 - 2.2.2 – Prazos
 - Disposições Gerais – arts. 218 a 232
 - Da Verificação dos Prazos e das Penalidades – arts. 233 a 235
- 2.3 – O Intercâmbio Processual
 - 2.3.1 – Atos de comunicação processual
 - Disposições Gerais – arts. 236 e 237
 - 2.3.2 – Citação
 - Da Citação – arts. 238 a 259
 - 2.3.3 – Atos fora da circunscrição territorial do juízo
 - Das Cartas – arts. 260 a 268
 - 2.3.4 – Intimações
 - Das Intimações – arts. 269 a 275
- 2.4 – Nulidades e espécies de vícios do ato processual
 - Das Nulidades – arts. 276 a 283
- 3. Outros Atos Processuais
 - 3.1 – Registro, Distribuição e Valor da Causa
 - Da Distribuição e do Registro – arts. 284 a 290
 - Do Valor da Causa – arts. 291 a 293

O conteúdo referente ao Juiz, auxiliares de justiça e Ministério Público, bem como os novos conteúdos, Advocacia Pública e Defensoria Pública, artigos 139 a 187 NCPC.

Formação, suspensão e extinção do processo – artigos 262 a 269 CPC/1973 – que eram estudados no DPC II passam a integrar o conteúdo programático do DPC III, 5º período.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Atual 4º período, não necessita se adequar ao conteúdo novo, vez que não alcançou o tema “juiz e auxiliares” e posteriores, de maneira que a disciplina já será lecionada a partir deste ponto.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: Provas, conforme calendário da instituição e atividades em sala de aula (exercícios, seminários, etc).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.
Código de processo civil. 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
WAMBIER, Luiz Rodrigues (Coordenador). **Curso avançado de processo civil**. 7. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, Arruda. **Tratado de direito processual civil**. 2. ed. São Paulo: Revistas do Tribunais, 1996.
CALAMANDREI, Piero. **Direito processual civil**. Campinas: Bookseller, 1999.
CARNELUTTI, Francesco. **Instituições do processo civil**. São Paulo: Classic Book, 2000.
CARNELUTTI, Francesco. **Sistema de direito processual civil**. São Paulo: Classic Book, 2000.
CINTRA, Antônio Carlos de Araújo et. al. **Teoria geral do processo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro: teoria geral do processo a auxiliares da justiça**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
MARCATO, Antonio Carlos (Coordenador). **Código de processo civil interpretado**. São Paulo: Atlas, 2004.
MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de direito processual**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
SILVA, Ovídio A. Baptista da & **GOMES**, Fábio. **Teoria geral do processo civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
4º	Direito do Trabalho I	72 h/a

EMENTA:

Evolução histórica do direito do trabalho e a OIT. Direito do Trabalho: conceito, divisão, fontes e princípios. Direito Individual: contrato de trabalho, conceito, requisitos, características, espécies de contratos de trabalho. Sujeitos do contrato de trabalho. Poderes do empregador. Remuneração. Equiparação Salarial. Alteração do contrato de trabalho. Suspensão e interrupção. Cessação do contrato de trabalho: dispensa arbitrária; dispensa sem justa causa; dispensa com justa causa; pedido de demissão. Aviso prévio. Férias. Estabilidade. Indenização. FGTS.

OBJETIVO:

Iniciar o aluno no estudo do Direito do Trabalho, sendo que neste período será estudado desde a formação do contrato individual de trabalho até a sua cessação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

História do direito do trabalho: Evolução do direito do trabalho mundial; Evolução do direito do trabalho no Brasil: Denominações do direito do trabalho; Conceito de direito do trabalho; Autonomia do direito do trabalho; Teorias acerca da posição enciclopédica do direito do trabalho; Relações do direito do trabalho com os demais ramos do direito; Fontes do direito do trabalho; Organização Internacional do trabalho; Princípios aplicáveis ao direito do trabalho.

Direito Individual do trabalho: Conceito; Contrato de trabalho; Requisitos necessários   formação do contrato individual de trabalho; Onerosidade; Continuidade; Subordinação; Pessoaalidade; Alteridade; Características e condições do contrato de trabalho; Espécies de contrato de trabalho; Sujeitos do contrato individual de trabalho; Empregado; Empregador; Poderes de direção do empregador; Espécies de remuneração; Equiparação salarial; Alteração do contrato de trabalho; Suspensão e interrupção do contrato de trabalho; Cessação do contrato de trabalho; Cessação por decisão do empregador; Cessação por decisão do empregado; Cessação por desaparecimento de uma das partes; Cessação por mútuo acordo; Cessação por advento de termo; Aviso Prévio; Estabilidade; Indenização; Fundo de garantia por tempo de serviço.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: Provas, conforme calendário da instituição e atividades em sala de aula (exercícios, seminários, etc).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2005.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 21. ed. São Paulo. Atlas, 2005.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DELGADO, Maurício Godinho. **Contrato de trabalho: caracterização, distinções e efeitos**. São Paulo: LTr, 1999.

GOMES, Orlando & **GOTTSCHALK**, Elson. **Curso de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Manual de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINS, Sérgio Pinto. **A Continuidade do contrato de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2000.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 1999.

NORRIS, Roberto. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Curso de direito individual do trabalho e noções fundamentais de direito do trabalho, sujeitos e institutos do direito individual**. São Paulo: LTr, 2000.

RODRIGUEZ, Américo Plá (Coordenador). **Estudos sobre as fontes de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

RUSSOMANO, Mozart Victor & **RUSSOMANO JÚNIOR**, Victor & **ALVES**, Geraldo Magela. **Consolidação das leis do trabalho anotada**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
5º	Direito Administrativo I	72 h/a

EMENTA:

Do Estado, Função Administrativa e Direito Administrativo, Do Regime Jurídico Administrativo, Da Administração Pública, Dos Servidores Públicos, Do Ato Administrativo, Do Processo (ou Procedimento) Administrativo, Da Licitação, Do Contrato Administrativo.

OBJETIVO:

Estudar a função administrativa, organização e atuação administrativas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Estado, função administrativa e direito administrativo: Noção de Estado; Função Administrativa; Conceito de função administrativa; Competências públicas; Direito Administrativo.

Regime jurídico administrativo: Conceito; Princípios; Legalidade; Supremacia do interesse público sobre o privado; Indisponibilidade do interesse público; Isonomia; Razoabilidade ou Proporcionalidade; Motivação; Boa-fé; Moralidade Administrativa; Publicidade; Impessoalidade; Eficiência; Controle jurisdicional; Responsabilidade do Estado pelos atos administrativos; Ampla defesa e contraditório; Segurança jurídica.

Administração pública: Organização administrativa; Administração Direta e Administração Indireta; Entes, órgãos e agentes; Figuras da Administração Indireta; Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Estatais; Figuras introduzidas pela Reforma Administrativa; Agências reguladoras; Agências Executivas; Terceiro Setor; Organizações Sociais; Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; Serviços Sociais Autônomos.

Servidores públicos: Classificação; Cargo, Emprego e Função; Regime Jurídico Estatutário; Acesso e Provimento; Estabilidade; Contenção de Despesas de Pessoal; Disponibilidade; Remuneração; Associação Sindical e Greve; Aposentadoria; Deveres e Responsabilidade; Militares; Limites Constitucionais ao Poder de Emenda

Ato administrativo: Introdução; Conceito; Requisitos; 1 Sujeito; Objeto/Conteúdo; Forma/Formalização; Pertinência; Motivo; Finalidade; Requisitos Procedimentais; Silêncio no Direito Administrativo; Atributos dos Atos Administrativos; Vinculação e Discricionariedade; Classificação; Atos *in espécie*; Extinção dos Atos Administrativos; Coisa Julgada Administrativa.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Contrato Administrativo: Introdução; Conceito; Legislação e Interpretação; Características; Quanto à posição do Contratante Público; Alteração Unilateral do Contrato; Rescisão.

Unilateral do Contrato; Controle e Fiscalização da Execução; Quanto à posição do Contratado Privado; Quanto a prazos e prorrogações; Quanto ao pagamento; Formalização do Contrato; Recebimento do Objeto do Contrato; Extinção dos Contratos; Por conclusão do objeto; Por expiração do prazo do contrato; Por invalidação; Por rescisão.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Duas provas escritas e trabalhos em classe.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- MELLO**, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- MEDAUAR**, Odete. **Direito Administrativo moderno**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- MEIRELLES**, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 30. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- Coletânea de Legislação Administrativa / Constituição Federal**, Organizadora Odete Medauar, Editora Revista dos Tribunais, 4ª edição, 2004.
- CRETELLA JÚNIOR**, José. **Das licitações públicas**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- DI PIETRO**, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública**. São Paulo: Atlas Jurídico, 2002.
- FIGUEIREDO**, Lúcia Valle. **Curso de direito administrativo**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- GASPARINI**, Diógenes. **Direito administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- JUSTEN FILHO**, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. Dialética, 2003.
- JUSTEN FILHO**, Marçal. **O direito das agências reguladoras independentes**. Dialética, 2003.
- MEDAUAR**, Odete. **O direito administrativo em evolução**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
5º	Direito Civil V (Família)	72 h/a

EMENTA:

Do Direito Pessoal, Do Casamento, Da Capacidade para o Casamento, Dos Impedimentos, Das Causas Suspensivas, Do Processo de Habilitação para o Casamento, Da Celebração do Casamento, Das Provas do Casamento, Da Invalidade do Casamento, Da Eficácia do Casamento, Da Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugal, Da Proteção da Pessoa dos Filhos, Das Relações de Parentesco, Da Filiação, Do Reconhecimento dos Filhos, Da Adoção, Do Poder Familiar.

OBJETIVO:

Dar continuidade ao estudo do Direito Civil, sendo que neste período será estudado do artigo 1511 ao artigo 1638.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Livro IV – Do Direito de Família

Título I – Do Direito Pessoal

Subtítulo I – Do Casamento

Capítulo I – Disposições Gerais – arts. 1511 a 1516

Capítulo II – Da Capacidade para o Casamento – 1517 a 1520

Capítulo III – Dos Impedimentos – arts. 1521 a 1522

Capítulo IV – Das Causas Suspensivas – arts. 1523 a 1524

Capítulo V – Do Processo de Habilitação para o Casamento – arts. 1525 a 1532

Capítulo VI – Da Celebração do Casamento – arts. 1533 a 1542

Capítulo VII – Das Provas do Casamento – arts. 1543 a 1547

Capítulo VIII – Da Invalidade do Casamento – arts. 1548 a 1564

Capítulo IX – Da Eficácia do Casamento – arts. 1565 a 1570

Capítulo X – Da Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugal – arts. 1571 a 1582

Capítulo XI – Da Proteção da Pessoa dos Filhos – arts. 1583 a 1590

Subtítulo II – Das Relações de Parentesco

Capítulo I – Disposições Gerais – arts. 1591 a 1595

Capítulo II – Da Filiação – arts. 1596 a 1606

Capítulo III – Do Reconhecimento dos Filhos – arts. 1607 a 1617

Capítulo IV – Da Adoção – arts. 1618 a 1629

Capítulo V – Do Poder Familiar – arts. 1630 a 1638

Seção I – Disposições Gerais – arts. 1630 a 1633

Seção II – Do Exercício do Poder Familiar – art. 1634

Seção III – Da Suspensão e Extinção do Poder Familiar – arts. 1635 a 1638



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas, conforme calendário da instituição e atividades em sala de aula (exercícios, seminários, etc).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Código civil. 54ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DINIZ, Maria Helena – Curso de direito civil brasileiro: direito de família. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Volume V

Fiúza, César – Direito civil: curso completo. 8ª Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

GONÇALVES, Carlos Roberto – Direito civil brasileiro: direito de família. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Volume VI

VENOSA, Sílvio de Salvo – Direito Civil: direito de família. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005. Volume VI

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Cássia Celina Paulo Moreira da – O novo código civil comparativo. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

DINIZ, Maria Helena – Código civil anotado. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FIUZA, Ricardo (Coordenador) – Novo código civil comentado. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa (Org.) – Código civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 2ª Ed.. Barueri/SP: Manole, 2009.

Novo código civil brasileiro: lei 10.460, de 10 de janeiro de 2002: estudo comparativo com o código civil de 1916, constituição federal, legislação codificada e extravagante. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
5º	Direito Penal III	72 h/a

EMENTA:

Introdução a Teoria Geral da Parte Especial. Reformas e Projeto de Parte Especial de 1998. Estrutura do tipo penal. Crimes em espécie. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio.

OBJETIVO GERAIS:

Proporcionar ao aluno uma visão geral sobre a parte especial do Código Penal, iniciando pela reflexão acerca de uma Teoria Geral da Parte Especial, buscando ainda identificar os elementos estruturais do tipo penal e apresentar os crimes em espécies, ensejando um estudo crítico e racional do Direito Penal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Transmitir ao futuro operador do direito conhecimentos, para que o aluno ao longo do curso esteja devidamente habilitado a compreender a disciplina e sua aplicação à realidade e conseqüentemente capacitado para o aprofundamento no estudo do Direito Penal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Parte especial do código penal: considerações gerais: importância da parte especial; identificação da topologia da parte especial e seus critérios; reflexões sobre a reforma da parte especial; a estrutura do tipo penal: objeto jurídico, objeto material, ação típica, sujeitos ativo e passivo, resultado, circunstâncias.

Dos crimes contra a vida: homicídio; induzimento, instigação e auxílio ao suicídio; infanticídio; aborto.

Das lesões corporais: espécies; lesões corporais seguida de morte.

Da periclitación da vida e da saúde: conceito e classificação dos crimes de perigo abstrato e concreto; perigo de contágio venéreo e de moléstia grave; abandono de incapaz; exposição ou abandono de recém-nascido; omissão de socorro; maus tratos.

Da rixa: rixa simples; rixa qualificada.

Dos crimes contra a honra; calúnia; difamação; injúria. injúria real; ação penal. excludentes de ilicitude.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Dos crimes contra a liberdade individual: crimes contra a liberdade pessoal; crimes contra a inviolabilidade do domicílio; crimes contra a inviolabilidade da correspondência; crimes contra a inviolabilidade dos segredos.

Dos Crimes contra o Patrimônio: Furto; Roubo; Extorsão. Extorsão Indireta; Usurpação; Dano; Apropriação Indébita. Apropriação Indébita Previdenciária; Estelionato; Receptação.

ATIVIDADES DIDÁTICAS:

Através de exposição interativa, bem como a realização de estudos de casos, utilização de textos complementares e ilustrativos, Seminários, Debates e Discussões em Grupo, para propiciar que ocorra uma interação do aluno à matéria de Direito Penal.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Avaliação Bimestral; Avaliação Bimestral; Prova Final (para alunos que não obtiverem média).

Trabalhos Individuais e em Grupo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Volume 2.

GREGO, Rogério. **Curso de direito penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005. Volume 2.

MIRABETE, Júlio Fabrini. **Manual de direito penal**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2005. Volume 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao direito penal brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Direito Penal: parte geral**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado Direito Penal: parte geral**. 6. ed. São Paulo: Saraiva. 2000.

COSTA JUNIOR, Paulo José da Costa – **Direito penal: curso completo**. 8.ed. São Paulo: Saraiva. 2000.

DELMATO, Celso Roberto & **DELMATO JUNIOR**, Roberto. **Código penal comentado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar. 2002.

JESUS, Damásio Evangelista. **Manual de Direito Penal**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MIRABETE, Julio Fabrini – **Código penal: interpretado**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
5º	Direito Processual Civil III	72 h/a

EMENTA:

Do processo e do procedimento. Do procedimento ordinário.

OBJETIVO:

Dar continuidade ao estudo do Direito Processual Civil, sendo que neste período será estudado do artigo 270 ao 475, onde o aluno terá uma visão ampla do procedimento ordinário bem como toda sua aplicabilidade processual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

PROCESSO CIVIL III – 5º PERÍODO – CPC/2015:

1 – Instauração, crise e Fim do Processo

Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo

Da Formação do Processo – art. 312

Da Suspensão do Processo – arts. 313 a 315

Da Extinção do Processo – arts. 316 e 317

2. Processo e Procedimento

3. Procedimento Comum

Disposições Gerais – art. 318

Da Petição Inicial

Dos Requisitos da Petição Inicial – arts. 319 a 321

Do Pedido – arts. 322 a 329

Do Indeferimento da Petição Inicial – arts. 330 e 331

Improcedência Liminar do Pedido – art. 332

Da Conversão da Ação Individual em Ação Coletiva – art. 333

Da Audiência de Conciliação ou de Mediação – art. 334

Da Contestação – arts. 335 a 342

Da Reconvenção – art. 343

Da Revelia – arts. 344 a 346

Das Providências Preliminares e do Saneamento – art. 347

Da Não Incidência dos Efeitos da Revelia – arts. 348 e 349

Do Fato Impeditivo, Modificativo ou Extintivo do Direito do Autor – art. 350



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Das Alegações do Réu – arts. 351 a 353

Do Julgamento Conforme o Estado do Processo

Da Extinção do Processo – art. 354

Do Julgamento Antecipado do Mérito – art. 355

Do Julgamento Antecipado Parcial do Mérito – art. 356

Do Saneamento e da Organização do Processo – art. 357

Da Audiência de Instrução e Julgamento – arts. 358 a 368

Das Provas

Disposições Gerais – arts. 369 a 380

Da Produção Antecipada da Prova – arts. 381 a 383

Da Ata Notarial – art. 384

Do Depoimento Pessoal – arts. 385 a 388

Da Confissão – arts. 389 a 395

Da Exibição de Documento ou Coisa – arts. 396 a 404

Da força probante dos documentos – arts. 405 a 429

Da arguição de falsidade – arts. 430 a 433

Da produção da prova documental – arts. 434 a 438

Dos Documentos Eletrônicos – arts. 439 a 441

Da Prova Testemunhal

Da admissibilidade e do valor da prova testemunhal – arts. 442 a 449

Da produção da prova testemunhal – arts. 450 a 463

Da Prova Pericial – arts. 464 a 480

Da Inspeção Judicial – arts. 481 a 484

O conteúdo “formação, suspensão e extinção do processo” que era trabalhado no 4º período passa a integrar o conteúdo programático do 5º período, DPC III, abrindo a disciplina lecionada no período.

O conteúdo “sentença e coisa julgada”, artigos 458 a 475 CPC/1973, migra para o 6º período, DPC IV.

Tendo-se em vista que os atuais 5º períodos – inclusive a turma da manhã – já iniciaram o curso de Processo Civil sob a vigência do Novo Código, não há necessidade de complementação de conteúdo, sendo possível iniciar o semestre a partir do Procedimento Comum – art. 318 e ss **NCPC**.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Provas a serem marcadas conforme calendário da instituição, e avaliações em sala de aula (exercícios, seminários, etc).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

Código de processo civil. 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

WAMBIER, Luiz Rodrigues (Coordenador). **Curso avançado de processo civil**. 7. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, Arruda. **Tratado de direito processual civil**. 2. ed. São Paulo: Revistas do Tribunais, 1996.

CALAMANDREI, Piero. **Direito processual civil**. Campinas: Bookseller, 1999.

CARNELUTTI, Francesco. **Instituições do processo civil**. São Paulo: Classic Book, 2000.

CARNELUTTI, Francesco. **Sistema de direito processual civil**. São Paulo: Classic Book, 2000.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo et. al. **Teoria geral do processo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro: teoria geral do processo a auxiliares da justiça**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

MARCATO, Antonio Carlos (Coordenador). **Código de processo civil interpretado**. São Paulo: Atlas, 2004.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de direito processual**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SILVA, Ovídio A. Baptista da & **GOMES**, Fábio. **Teoria geral do processo civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
5º	Direito Trabalho II	72 h/a

EMENTA:

Prescrição e decadência. Direito tutelar do trabalho. Jornada de Trabalho: horas extras, horas em sobreaviso e horas *in itinere*. Intervalos para descanso. Repouso semanal remunerado. Trabalho da mulher, da criança e do adolescente. Segurança e medicina do trabalho; fiscalização; assistência na rescisão do contrato de trabalho. Direito coletivo: liberdade sindical; organização sindical. Conflitos coletivos e suas formas de composição; Comissão de Conciliação Prévia e negociação coletiva. Contrato coletivo. Convenções e acordos coletivos. A aplicação de normas internacionais no direito do trabalho e a OIT.

OBJETIVO:

Dar continuidade aos estudos iniciados em direito do trabalho I, sendo que neste período serão abordados conteúdos de direito tutelar, coletivo além da aplicação de normas de direito internacional do trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Direito tutelar do trabalho: Conceitos; Registro profissional; Critérios de não discriminação no trabalho; Trabalhadores urbanos e rurais; Trabalho com vínculo permanente e avulso; Proteção ao mercado de trabalho da mulher; Aspectos gerais acerca de discriminações; Jornada de trabalho; Proteção; Jornada móvel; Horas extraordinárias; Acordos relativos às horas extraordinárias; Flexibilização da jornada de trabalho; Turnos; Horas *in itiner*; Sobreaviso; Trabalho noturno; Cálculo do adicional; Intervalos para descanso; Repouso semanal remunerado; Férias; Período concessivo; Período aquisitivo; Trabalho da mulher; Trabalho da criança e do adolescente; Segurança e medicina do trabalho; SESM; CIPA; Insalubridade; Periculosidade; Assistência na rescisão do contrato de trabalho.

Direito coletivo do trabalho: Conceito e histórico; Liberdade e autonomia sindical; Organização sindical; Classificação; Unicidade; Criação e registro de sindicatos; Categoria; Categoria diferenciada; Órgãos do sindicato; Entidades sindicais de grau superior (federações, confederações e centrais sindicais); Proteção à sindicalização; Direitos dos associados; Funções do sindicato; Receitas do sindicato; Representação dos trabalhadores nas empresa; Conflitos coletivo; Formas de solução; Autonomia privada coletiva; Negociação coletiva; Contrato coletivo de trabalho; Convenções e acordos coletivos de trabalho; Greve.

Normas de direito internacional do trabalho: OIT; Nacionalização do direito do trabalho; Solução de conflitos de competência.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas, conforme calendário da instituição e atividades em sala de aula (exercícios, seminários, etc).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2005.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 21. ed. São Paulo. Atlas, 2005.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DELGADO, Maurício Godinho. **Contrato de trabalho: caracterização, distinções e efeitos**. São Paulo: LTr, 1999.

GOMES, Orlando & **GOTTSCHALK**, Elson. **Curso de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Manual de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINS, Sérgio Pinto. **A Continuidade do contrato de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2000.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 1999.

NORRIS, Roberto. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Curso de direito individual do trabalho e noções fundamentais de direito do trabalho, sujeitos e institutos do direito individual**. São Paulo: LTr, 2000.

RODRIGUEZ, Américo Plá (Coordenador). **Estudos sobre as fontes de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

RUSSOMANO, Mozart Victor & **RUSSOMANO JÚNIOR**, Victor & **ALVES**, Geraldo Magela. **Consolidação das leis do trabalho anotada**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
6º	Direito Administrativo II	72 h/a

EMENTA:

Das Licitações, Dos Serviços Públicos e Intervenção no Domínio Econômico, Dos Poderes da Administração, Dos Bens Públicos, Da Responsabilidade do Estado, Do Controle da Administração Pública, Da Prescrição.

OBJETIVO:

Estudar a atuação administrativa, seus Poderes, Bens e Responsabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Licitação: Conceito; Objetivos; Legislação; Princípios; Pessoas obrigadas a licitar; Pressupostos; Objeto licitável; Exclusão da obrigação de licitar; Dispensa; Inexigibilidade; Modalidades; Concorrência; Tomada de preços; Convite; Concurso; Leilão; Pregão; Consulta; Registro de preços; Comissão de Licitação; Registro Cadastral; Fases da Licitação; Abertura; Habilitação; Julgamento; Homologação; Adjudicação; Audiência Pública; Cooperativas; Obrigação de contratar – Revogação e Invalidação da Licitação; Controle da Licitação.

Serviço Público e Intervenção no Domínio Econômico: Conceito de Serviço Público; Regime Jurídico dos Serviços Públicos; Titularidade; Serviços Públicos Típicos; Outras atividades estatais; Intervenção no domínio econômico: Formas de intervenção: Concessão de Serviços Públicos; Conceito e Histórico; Regime Jurídico; Serviços Passíveis de Concessão; Natureza Jurídica; Finalidade; Condições da Concessão; Encargos e Prerrogativas do Concedente; Encargos e Direitos do Concessionário; Direitos dos Usuários; Extinção da Concessão; Reversão de Bens; Responsabilidade Civil; Permissão de Serviço Público; Conceito; Desvirtuamento; Outras Modalidades de Outorga de Serviço Público; Autorização; Arrendamento; Franquia.

Poderes da Administração: Poder Regulamentar; Conceito; Titular; Natureza jurídica; Limites; Objeto; Regulamento autônomo.

Poder de Polícia: Conceito; Características; Atos de Polícia Administrativa; Competência para o exercício do Poder de Polícia.

Poder Disciplinar e Processo Administrativo: Infração e Sanção Administrativa; Finalidade da Sanção Administrativa; Natureza Jurídica; Sujeito infrator e Responsável subsidiário;



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Elemento Subjetivo; Causas Excludentes; Medidas Acautelatórias ou Cautelares; Regime Jurídico; Espécies de sanções; Processo Administrativo.

Poder Expropriatório (ou Desapropriação): Conceito; Natureza Jurídica; Hipóteses que autorizam desapropriação; Competência; Objeto; Beneficiários; Procedimento Expropriatório; Consumação e Desistência; Espécies; Justa Indenização; Controle Jurisdicional; Retrocessão; Outras formas de intervenção em direitos particulares; Requisição; Servidão Administrativa.

Gestão dos Bens Públicos: Conceito de Bem Público; Classificação; Regime Jurídico; Bens públicos *in specie*; Aquisição e Alienação de Bens Públicos; Utilização dos Bens Públicos pelos Administrados; Bens de uso comum; Bens de uso especial; Bens dominiais.

Responsabilidade do Estado: Introdução; Conceito; Evolução; Irresponsabilidade do Estado; Responsabilidade Subjetiva do Estado; Responsabilidade Objetiva do Estado; Características; Sujeitos cujo comportamento comprometem o Estado; Conduta Lesiva; Conduta Comissiva do Estado; Conduta Omissiva do Estado; Situação produzida pelo Estado; Dano Ressarcível; Excludentes de Responsabilidade; Direito regressivo contra o agente; Histórico da Responsabilidade do Estado no Brasil.

Controle da Administração Pública: Controle interno; Controle Parlamentar direto; Controle Parlamentar pela fiscalização do Tribunal de Contas; Controle Jurisdicional – Vinculação e Discricionariedade; Ações Constitucionais e Defesa de Direitos (Ação Civil Pública, Ação Popular, Improbidade Administrativa e Mandado de Segurança).

Prescrição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo moderno**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 30. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Coletânea de Legislação Administrativa / Constituição Federal, Organizadora Odete Medauar, Editora Revista dos Tribunais, 4ª edição, 2004.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Das licitações públicas**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública**. São Paulo: Atlas Jurídico, 2002.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Curso de direito administrativo**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. Dialética, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. **O direito das agências reguladoras independentes**. Dialética, 2003.

MEDAUAR, Odete. **O direito administrativo em evolução**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
6º	Direito Civil VI (Sucessões)	72 h/a

EMENTA:

Direito das Sucessões, Direito das Sucessões em Geral, Da sucessão legítima, Da Sucessão Testamentária, Do Testamento em geral, Das Disposições Testamentárias, Dos Legados, Das Substituições, Do inventario e da Partilha.

OBJETIVO:

Dar continuidade ao estudo do Direito Civil, sendo que neste período será estudado do artigo 1784 ao artigo 2027.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Livro VI – Direito das Sucessões
Título I – Direito das Sucessões em Geral
Capítulo I – Disposições Gerais – arts. 1784 a 1790
Capítulo II – Da Herança e de sua administração – arts. 1791 a 1797
Capítulo III – Da Vocação hereditária – arts. 1768 a 1803
Capítulo IV – Da Aceita o e Renúncia da herança – arts. 1804 a 1813
Capítulo V – Dos Excluídos de Sucessão – arts. 1814 a 1818
Capítulo VI – Da herança jacente – arts. 1815 a 1823
Capítulo VII – Da Peti o de Herança – arts. 1824 a 1828
Título II – Da sucessão legítima
Capítulo I – Da ordem da Voca o Hereditária – arts. 1829 a 1844
Capítulo II – Dos Herdeiros necessários – arts. 1845 a 1850
Capítulo III – Do Direito de Representa o – arts. 1851 a 1856
Título III – Da Sucessão Testamentária
Capítulo I – Do Testamento Geral – arts. 1857 a 1859
Capítulo II – Da Capacidade de Testar – arts. 1860 a 1861
Capítulo III – Das Formas Ordinária do Testamento – arts. 1862 a 1863
Se o II – Do Testamento Público – arts. 1864 a 1867
Se o III – Do Testamento cerrado – arts. 1868 1875
Se o IV – Do Testamento Particular – arts . 1876 a 1880
Capítulo IV – Dos Codicilos – arts. 1881 a 1885
Capítulo V – Dos Testamentos Especiais
Se o I – Disposi es Gerais – arts. 1886 a 1887
Se o II – Do Testamento marítimo e do testamento aeronáutico – arts. 1888 a 1892



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Seção III – Do Testamento Militar – arts. 1893 a 1896
Capítulo VI - Das Disposições Testamentárias – arts. 1897 a 1911
Capítulo VII - Dos Legados
Seção I – Disposições Gerais – arts. 1912 a 1922
Seção II – Dos Efeitos do Legado e do seu pagamento – arts. 1923 a 1938
Seção III – Da Caducidade dos legados – arts. 1939 a 1940
Capítulo VIII – Do Direito de acrescer entre herdeiros e legatários – arts. 1941 a 1946
Capítulo IX – Das Substituições
Seção I – da substituição vulgar e da recíproca – arts. 1947 a 1950
Seção II – De substituição fideicomissária – arts. 1951 a 1960
Capítulo X – Da deserdação – arts. 1961 a 1965
Capítulo XI – Da redução das disposições testamentárias – arts. 1966 a 1968
Capítulo XII – Da Revogação do Testamento – arts. 1969 a 1972
Capítulo XII – Do Rompimento do testamento – arts 1973 a 1975
Capítulo XIII – Do Testamenteiro – arts 1976 a 1990
Título IV – Do inventario e da Partilha
Capítulo I – Do Inventario – arts. 1991
Capítulo II – Dos Sonogados – arts. 1992 a 1996
Capítulo III – Do pagamento das Dividas – arts. 1997 a 2001
Capítulo IV – Da Colaço – arts. 2002 a 2012
Capítulo V – Da Partilha – arts. 2013 a 2022
Capítulo VI – Da garantia dos quinhões hereditários – arts. 2023 a 2026
Capítulo VII – Da Anulação da Partilha – arts. 2027

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas, conforme calendário da instituição e atividades em sala de aula (exercícios, seminários, etc).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Código civil. 54^a ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DINIZ, Maria Helena – Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 20^a ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

RODRIGUES, Silvio – Direito civil: parte geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo – Direito Civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos . 3^a ed. São Paulo: Atlas, 2003.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Cássia Celina Paulo Moreira da – O novo código civil comparativo. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

DINIZ, Maria Helena – Código civil anotado. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FIUZA, Ricardo (Coordenador) – Novo código civil comentado. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GAGLIANO, Pablo Stolze & PAMPLONA FILHO, Rodolfo – Novo curso de direito civil: obrigações. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Novo código civil brasileiro: lei 10.460, de 10 de janeiro de 2002: estudo comparativo com o código civil de 1916, constituição federal, legislação codificada e extravagante. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
6º	Direito Penal IV	72 h/a

EMENTA:

Parte Especial do Código Penal: continuação. Dos crimes em espécies. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Legislações extravagantes. Críticas e reflexões.

OBJETIVO GERAIS:

Proporcionar ao aluno a compreensão sobre a importância do estudo da parte especial do Código Penal, iniciando uma reflexão crítica acerca da tutela penal e a sua aplicação ideológica, examinando ainda a produção legislativa do país e sua subordinação a grupos sociais dominantes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Transmitir ao futuro operador do direito conhecimentos, para que o aluno ao longo do curso esteja devidamente habilitado a compreender a disciplina e sua aplicação à realidade e conseqüentemente capacitado para o aprofundamento no estudo do Direito Penal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Dos crimes contra a organização do trabalho: Atentado contra a liberdade de trabalho; Atentado contra a liberdade de trabalho e boicotagem violenta; Atentado contra a liberdade de trabalho de associação; Paralisação de trabalho seguida de violência ou perturbação da ordem; Paralisação de trabalho de interesse coletivo; Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem; Frustração de direito assegurado por Lei trabalhista; Frustração de lei sobre nacionalização do trabalho; Exercício de atividade com infração de decisão administrativa; Aliciamento para fins de emigração; Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.

Dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos: Crimes contra o sentimento religioso; Crimes contra o respeito aos mortos

Dos crimes contra os costumes: Crimes contra a liberdade sexual; Sedução e corrupção de menores; Do Rapto; Lenocínio e Tráfico de mulheres; Ultraje público ao pudor



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Dos crimes contra a família: Crimes contra o Casamento; Crimes contra o estado de filiação; Crimes contra a assistência familiar; Crimes contra o pátrio poder, tutela e curatela.

Dos crimes contra a incolumidade pública: Crimes de perigo comum; Crimes contra a segurança dos meios de transporte e comunicação e outros serviços públicos; Crimes contra a saúde pública.

Dos crimes contra a paz pública: Objeto da tutela penal; Incitação ao crime e apologia de crime ou criminoso; Quadrilha ou bando.

Dos crimes contra a fé pública: Objeto da tutela penal: controvérsia doutrinária; Visão geral; Alguns crimes em espécie: Moeda falsa, Petrechos para falsificação de moeda, Falsidade de documento público, Falsidade de documento particular, Falsidade ideológica, Uso de documento falso.

Dos crimes contra a administração pública: Objeto da tutela Penal; Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; Crimes praticados por particular contra a administração em geral; Crimes contra a administração da justiça

Legislação especial: Crimes de Tóxicos; Crimes Hediondos; Crimes Ambientais; Crimes de Trânsito.

ATIVIDADES DIDÁTICAS:

Através de exposição interativa, bem como a realização de estudos de casos, utilização de textos complementares e ilustrativos, Seminários, Debates e Discussões em Grupo, para propiciar que ocorra uma interação do aluno à matéria de Direito Penal.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Avaliação Bimestral; Avaliação Bimestral; Prova Final (para alunos que não obtiverem média).

Trabalhos Individuais e em Grupo.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Volume 3.

GREGO, Rogério. Curso de direito penal. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.
Volume 2.

MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de direito penal. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
Volume 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao direito penal brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. Direito Penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. Tratado Direito Penal: parte geral. 6. ed. São Paulo: Saraiva. 2000.

COSTA JUNIOR, Paulo José da Costa – Direito penal: curso completo. 8.ed. São Paulo: Saraiva. 2000.

DELMATO, Celso Roberto & DELMATO JUNIOR, Roberto. Código penal comentado. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar. 2002.

JESUS, Damásio Evangelista. Manual de Direito Penal. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MIRABETE, Julio Fabrini – Código penal: interpretado. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
6º	Direito Processual Civil IV	72 h/a

EMENTA:

Sistema Recursal do Processo Civil. Do processo nos Tribunais.

OBJETIVO:

Dar continuidade ao estudo do Direito Processual Civil, sendo que neste período será estudado do artigo 476 ao 565, onde o aluno terá uma visão ampla dos recursos no processo civil, assim como do processo nos tribunais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

PROCESSO CIVIL IV – 6º PERÍODO – CPC/2015:

1. Tutela Provisória

Disposições Gerais – arts. 294 a 299

1.1 – Da Tutela de Urgência

Disposições Gerais – arts. 300 a 302

1.2 – Do Procedimento da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente – arts. 303 e 304

1.3 – Do Procedimento da Tutela Cautelar Requerida em Caráter Antecedente – arts. 305 a 310

1.4 – Da Tutela da Evidência – art. 311

2. Fase decisória (até coisa julgada)

Da Sentença e da Coisa Julgada

Disposições Gerais – arts. 485 a 488

Dos Elementos e dos Efeitos da Sentença – arts. 489 a 495

Da Remessa Necessária – art. 496

Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa – arts. 497 a 501

Da Coisa Julgada – arts. 502 a 508

3. Liquidação de sentença

Da Liquidação de Sentença – arts. 509 a 512



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

4. Cumprimento de Sentença

Do Cumprimento da Sentença

Disposições Gerais – arts. 513 a 519

5. Execução forçada

Do Cumprimento Provisório da Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa – arts. 520 a 522

Do Cumprimento Definitivo da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa – arts. 523 a 527

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Prestar Alimentos – arts. 528 a 533

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa pela Fazenda Pública – arts. 534 e 535

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer, de Não Fazer ou de Entregar Coisa

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de Não Fazer – arts. 536 e 537

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Entregar Coisa – art. 538

O DPC IV sofre robustas alterações. Tutela provisória e tutela de evidência – novidades trazidas pelo NCPC, em especial a tutela de evidência – passam a integrar o conteúdo do 6º período.

O conteúdo “fase decisória e coisa julgada”, tradicionalmente abordado no 5º período – DPC III – passa a integrar o conteúdo do DPC IV.

Liquidação e cumprimento de sentença que inauguravam o conteúdo do DPC IV, 6º período, continuam neste período, porém ganham maior sistematização, exigindo maior número de aulas para sua completa apresentação e compreensão.

Contudo, a principal mudança se opera no que tange aos recursos, que deixam de integrar o 6º período, migrando integralmente para o 7º período.

Não há necessidade de adequação de conteúdo, visto que não contaremos com 6º período neste 1º Semestre de 2016.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Provas a serem marcadas conforme calendário da instituição, e avaliações em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

Código de processo civil. 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

WAMBIER, Luiz Rodrigues (Coordenador). **Curso avançado de processo civil**. 7. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, Arruda. **Tratado de direito processual civil**. 2. ed. São Paulo: Revistas do Tribunais, 1996.

CALAMANDREI, Piero. **Direito processual civil**. Campinas: Bookseller, 1999.

CARNELUTTI, Francesco. **Instituições do processo civil**. São Paulo: Classic Book, 2000.

CARNELUTTI, Francesco. **Sistema de direito processual civil**. São Paulo: Classic Book, 2000.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo et. al. **Teoria geral do processo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro: teoria geral do processo a auxiliares da justiça**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

MARCATO, Antonio Carlos (Coordenador). **Código de processo civil interpretado**. São Paulo: Atlas, 2004.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de direito processual**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SILVA, Ovídio A. Baptista da & **GOMES**, Fábio. **Teoria geral do processo civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
6º	Direito Processual Penal I	72 h/a

EMENTA:

Princípios básicos do processo penal, inquérito policial, ação penal, adiantamento no processo penal, jurisdição.

OBJETIVO:

Proporcionar uma visão do processo penal ao aluno de forma que ele esteja capacitado a situar a disciplina dentro dos ramos do direito e esteja capacitado a se aprofundar no estudo da matéria.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

O aluno deverá Ter uma visão prática da disciplina, de forma a que esteja capacitado para os diversos desafios que enfrentará quando ingressar no mercado de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Princípios básicos do processo penal: devido processo legal; verdade processual (real); publicidade dos atos processuais; contraditório; imparcialidade do juiz; presunção de inocência; princípio do favor rei; promotor natural.

Inquérito policial: noções; conceito; natureza jurídica; características; prazos; inquérito policial e a lei 9099/95; arquivamento do inquérito; desarquivamento do inquérito; generalidades.

Ação penal: noções gerais; fundamento do direito de ação; natureza jurídica do direito de ação; conceito e características do direito de ação; natureza jurídica da norma que regula o direito de ação; ação penal pública; ação penal de iniciativa privada; ação penal de iniciativa privada personalíssima; condições para o regular exercício do direito de ação; ação penal e a proposta do art. 76 da lei 9099/95; ação penal pública condicionada a representação; ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública

Aditamento no processo penal: fundamento e princípios; conceito; tipos; prescrição; recurso; conseqüências.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Jurisdição: noções; princípios; competência; conexão e continência; infrações penais de menor potencial ofensivo; tribunal do júri e desclassificação; conexão e continência e competência recursal; conflitos de competência e de atribuição.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

1º Avaliação bimestral; 2º Avaliação bimestral; Prova Final (para os alunos que não obtiverem média). Trabalhos individuais e em grupo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Código de processo penal. 42.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo penal. 17.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 9. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processual penal. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOAS, Alberto Vilas. Código de processo penal anotado e interpretado. Belo Horizonte: Del Rey, s/d.

JESUS, Damásio E. de. Código de processo penal anotado. 21. ed. São Paulo: Saraiva, s/d.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código de processo penal. 9. ed. São Paulo: Atlas.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processual penal comentado: arts. 394 a 811 e legislação complementar. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processual penal comentado: arts. 1 a 394. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
7º	Direito Civil VII (Contratos)	72 h/a

EMENTA:

Teoria geral dos contratos. Compra e venda; permuta; promessa de compra e venda. Doação. Locação de coisas. Prestação de serviços. Empreitada. Comodato e mútuo. Depósito. Mandato.

OBJETIVO

Criar no aluno uma mentalidade jurídica, proporcionando-lhe uma bagagem cultural apta à compreensão dos dispositivos civis vigentes;
Apreciar problemas jurídicos voltados para a realidade, procurando despertar o espírito crítico e o entusiasmo pela pesquisa;
Estimular o raciocínio dentro das questões civis, interpretando-as dentro da legislação em vigor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Teoria Geral do Direito Contratual: Noção e definição de Contrato, Raízes Históricas, Funções dos Contratos.

Requisitos Subjetivos, Objetivos e Formais de Existência e de Validade Contratual. Causa, Motivo e Fim dos Contratos. Princípios Informadores. Principiologia clássica do Direito Contratual, princípio da autonomia da vontade, da obrigatoriedade contratual do consensualismo. Nova principiologia do Direito Contratual.

Dirigismo Contratual, fundamentos da intervenção do Estado, esferas de intervenção, revisão dos contratos. Cláusulas abusivas. Interpretação dos Contratos. Formação dos Contratos: negociações preliminares, proposta, aceitação. Contrato Preliminar. Cláusula Penal. Arras. Vícios Redibitórios. Evicção. Estipulação em Favor de Terceiro. Promessa de Fato de terceiro.

Classificação dos Contratos: quanto à tipificação legal, quanto às características ontológicas, quanto à forma, quanto à reciprocidade das prestações, quanto ao momento da execução, quanto à amplitude do vínculo, quanto à negociabilidade, quanto ao conteúdo fiduciário, quanto ao grau de interdependência. Extinção dos Contratos.

Contratos tipificados no Código Civil: Contrato de Compra e Venda – definição, partes, efeitos, caracteres jurídicos, elementos, requisitos subjetivos, objetivos e formais, obrigações do vendedor e do comprador, cláusulas especiais. Contrato de Troca – definição e observações gerais. Contrato Estimatório – definição, partes, caracteres jurídicos, requisitos subjetivos, objetivos e formais, prazo obrigações do consignatário e do consignante.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Contrato de Doação – definição, partes, natureza jurídica, caracteres jurídicos, elementos, requisitos subjetivos, e objetivos, requisitos subjetivos, objetivos e formais, classificação, promessa de doação, revogação da doação. Contrato de Locação – locação de coisas. Empréstimo, Comodato e Mútuo.

Contrato de prestação de Serviço – definição, partes, caracteres jurídicos, requisitos subjetivos, objetivos e formais, elementos, preço, prazo, obrigações do prestador e do tomador, Extinção do contrato.

Contrato de Depósito, definição, partes, caracteres jurídicos, requisitos subjetivos, objetivos e formais, prazo, espécies, depósito de mercadorias em armazéns-gerais, obrigações do depositante e do depositário, riscos, extinção do contrato, depósito necessário.

Mandato – generalidades, definição, partes, caracteres jurídicos, requisitos subjetivos, objetivos e formais, aceitação, classificação, obrigações do mandatário e do mandante, extinção do mandato, mandato judicial. Contrato de Comissão – definição, partes, caracteres jurídicos, requisitos de validade, obrigações das partes.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Prova Individual = 80% e Trabalhos = 20%

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Código civil. 54^a ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DINIZ, Maria Helena – Curso de direito civil brasileiro. 20^a ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

RODRIGUES, Silvio – Direito civil. São Paulo: Saraiva, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo – Direito Civil: . 3^a ed. São Paulo: Atlas, 2003. Volume 2.

VENOSA, Sílvio de Salvo – Direito Civil: . 3^a ed. São Paulo: Atlas, 2003. Volume 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Cássia Celina Paulo Moreira da – O novo código civil comparativo. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

AZEVEDO, Álvaro Villaça & TUCCI, Rogério Lauria. Tratado da locação predial urbana. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

DINIZ, Maria Helena – Código civil anotado. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FIUZA, Ricardo (Coordenador) – Novo código civil comentado. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GAGLIANO, Pablo Stolze & PAMPLONA FILHO, Rodolfo – Novo curso de direito civil São Paulo: Saraiva, 2004.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. São Paulo: Saraiva, 2005.

Novo código civil brasileiro: lei 10.460, de 10 de janeiro de 2002: estudo comparativo com o código civil de 1916, constituição federal, legislação codificada e extravagante. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2004

RODRIGUES, Sílvio. Curso de direito civil: contratos. São Paulo: Saraiva, 2005.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
7º	Direito Processual Civil V	72 h/a

EMENTA:

Do processo de execução.

OBJETIVO:

Dar continuidade ao estudo do Direito Processual Civil, sendo que neste período será estudado do artigo 566 ao 795, onde o aluno terá uma visão ampla do processo de execução, como um todo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

PROCESSO CIVIL V – 7º PERÍODO – CPC/2015:

1. Recursos

Dos Processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões Judiciais

Da Ordem dos Processos e dos Processos de Competência Originária dos Tribunais

Disposições Gerais – arts. 926 a 928

Da Ordem dos Processos no Tribunal – arts. 929 a 946

Do Incidente de Assunção de Competência – art. 947

Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade – arts. 948 a 950

Do Conflito de Competência – arts. 951 a 959

Da Homologação de Decisão Estrangeira e da Concessão do Exequatur à Carta Rogatória – arts. 960 a 965

Da Ação Rescisória – arts. 966 a 975

Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – arts. 976 a 987

Da Reclamação – arts. 988 a 993

Título II - Dos Recursos

Capítulo I - Disposições Gerais – arts. 994 a 1.008

Capítulo II - Da Apelação – arts. 1.009 a 1.014

Capítulo III - Do Agravo de Instrumento – arts. 1.015 a 1.020

Capítulo IV - Do Agravo Interno – art. 1.021

Capítulo V - Dos Embargos de Declaração – arts. 1.022 a 1.026



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Capítulo VI - Dos Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça

Seção I - Do Recurso Ordinário – arts. 1.027 e 1.028

Seção II - Do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial

Subseção I - Disposições gerais – arts. 1.029 a 1.035

Subseção II - Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos – arts. 1.036 a 1.041

Seção III - Do Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário – art. 1.042

Seção IV - Dos Embargos de Divergência – arts. 1.043 e 1.044

O DPC V também sofre robustas alterações. Todo o conteúdo referente a execução de títulos extrajudiciais e todos os demais temas relacionados à execução – execução contra a Fazenda Pública, embargos e execução, dentre outros – deixam de compor o conteúdo programático deste semestre, migrando para o DPC VI – 8º período.

Todo o conteúdo relativo aos recursos, meios de impugnação de decisões judiciais e processos nos Tribunais será objeto de estudo do DPC VI.

Quanto a adequação de conteúdos, tendo-se em vista que as turmas que se encontram atualmente no 7º Período já foram adaptadas ao NCPC a partir do 5º Período, não há necessidade de novas alterações.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas a serem marcadas conforme calendário da instituição, e avaliações em sala de aula e trabalhos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

Código de processo civil. 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

WAMBIER, Luiz Rodrigues (Coordenador). **Curso avançado de processo civil**. 7. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, Arruda. **Tratado de direito processual civil**. 2. ed. São Paulo: Revistas do Tribunais, 1996.

CALAMANDREI, Piero. **Direito processual civil**. Campinas: Bookseller, 1999.

CARNELUTTI, Francesco. **Instituições do processo civil**. São Paulo: Classic Book, 2000.

CARNELUTTI, Francesco. **Sistema de direito processual civil**. São Paulo: Classic Book, 2000.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo et. al. **Teoria geral do processo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro: teoria geral do processo a auxiliares da justiça**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

MARCATO, Antonio Carlos (Coordenador). **Código de processo civil interpretado**. São Paulo: Atlas, 2004.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de direito processual**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SILVA, Ovídio A. Baptista da & **GOMES**, Fábio. **Teoria geral do processo civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
7º	Direito Processual Penal II	72 h/a

EMENTA:

Da Jurisdição e da Competência. Da prisão e da liberdade provisória. Das citações e intimações. Das nulidades e dos recursos em geral. Da execução penal. Dos recursos cabíveis na execução penal.

OBJETIVO:

Adequada compreensão do sistema penal, da estrutura dos Poder Judiciário, da repartição de competências estabelecidas pela Constituição Federal e regulamentadas pelo Código de Processo Penal, bem como dos procedimentos penal comum (ordinário, sumário e tribunal do júri) com a identificação do Juízo Competente e utilização dos meios processuais adequados para sanar irregularidades durante a instrução criminal, com a utilização dos meios de provas adequados e os incidentes dentro da instrução criminal. Capacitação para uma atuação eficaz nos diversos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

O aluno deverá Ter uma visão prática da disciplina, de forma a que esteja capacitado para os diversos desafios que enfrentará quando ingressar no mercado de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Da Jurisdição e Competência: Jurisdição Penal. Conceito. Classificação. Limites da Jurisdição Penal Brasileira. Princípios sobre a jurisdição. Órgãos do Poder Judiciário;

Competência. Conceito. Fontes Normativas de Competência. A distribuição da competência na Constituição Federal. Competência absoluta. Competência Relativa. Competência da Justiça Federal e da Justiça Ordinária Estadual. Competência da Justiça Militar. Competência da Justiça Eleitoral;

Competência: a) pelo lugar da infração; b) pelo domicílio ou residência do réu; c) pela natureza da infração penal; d) pela distribuição; e) por conexão ou continência; f) por prevenção; g) por prerrogativa de função; h) Desaformante; i) fixação do foro prevalente; j) Separação obrigatória das causas conexas e continentes; k) *Perpetuatio jurisdictiones*;



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Competência em razão dos recursos. Competência recursal do Juizado Especial Criminal. Competência recursal dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça. Competência recursal dos Tribunais Superiores. Conflito de competência e seu procedimento;

Questões Prejudiciais obrigatórias e facultativas. Procedimento. Suspensão do prazo prescricional. Força vinculante da decisão do juízo cível;

Das exceções. Exceções dilatórias e peremptórias. Prazo. Reconhecimento de ofício. Suspensão da ação penal. Procedimento (autos apartados). Arguição de mais de uma suspeição. Exceção de suspeição. Suspeição do Ministério Público, peritos, intérpretes, serventuários da justiça e da Autoridade Policial. Suspeição de jurados. Exceção de incompetência do Juízo. Exceção de litispendência. Exceção de ilegitimidade de parte. Exceção de coisa julgada. Incompatibilidades e impedimentos;

Conflito de jurisdição. Causas geradoras. Titularidade para suscitar o conflito. Formas de arguição. Competência para conhecer do conflito. Procedimento e julgamento do conflito de jurisdição. Advocatária do Supremo Tribunal Federal;

Restituição das coisas apreendidas. Coisas que não podem ser restituídas. Restituição pela Autoridade Policial e pelo Juiz. Procedimento. Decisão. Recurso cabível. Coisas facilmente deterioráveis. Remessa das partes ao Juízo Cível. Destino dos instrumentos do crime;

Das medidas assecuratórias. Sequestro. Hipoteca legal;

Do incidente de falsidade. Considerações sobre documento. Arguição de falsidade e seu procedimento. Verificação da falsidade de ofício. Efeitos da decisão;

Incidente de insanidade mental do acusado. Legitimidade. Durante o inquérito policial, a ação penal e no curso da execução penal. Efeitos. Absolvição imprópria. Recurso. Nomeação de curador. Suspensão do processo. Internação. Superveniência da incapacidade após a prática da infração penal. Processamento do incidente.

Da prova: Conceito, objeto e finalidade. Princípios sobre a prova. Classificação da Prova. Meios de prova. Fatos que independem de prova. Proibição de prova. Limitação da prova. Interceptação telefônica. Gravação clandestina. Sujeitos da prova. Avaliação da prova;

Estudo das Provas em Espécie: a) Do exame de corpo de delito e das perícias em geral. Perito. Quesitos. Laudo pericial. Divergência entre peritos. Autópsia. Exumação.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Conservação do lugar do crime. Exame grafotécnico, mecanográfico e residográfico; b) Do interrogatório do acusado. Natureza jurídica: Meio de prova e meio de defesa; c) Confissão. Confissão qualificada. Retratabilidade; d) Das perguntas ao ofendido; e) Das testemunhas. Classificação. Capacidade para ser testemunha. Pessoas proibidas de depor; f) Do reconhecimento de pessoas e coisas; g) Da acareação. Pressupostos para realização da acareação. Procedimento; h) Prova documental. Noções de documento. Cartas particulares. Restituição de documentos juntados aos autos; i) Prova indiciária. Índícios e presunções e seu valor probante; j) Da busca e apreensão. Busca pessoal e busca domiciliar. Busca em mulher. Definição de casa.

Processo e Procedimento: Processo. Considerações. Sujeitos do Processo. Juiz Penal. O acusado e seu defensor. Ministério Público. Querelante. Assistente da acusação. Atos processuais. Forma dos atos processuais e sua classificação. Atos jurisdicionais e das partes. Atos instrutórios. Nulidade dos atos processuais e momento para sua argüição. Prazos para a prática dos atos processuais. Conceito e espécies de prazo. Contagem do prazo processual. Individualização dos prazos para o Juiz, escrivão, ministério público, peritos, acusado, ofendido, autoridade policial. Comunicação dos atos processuais. Citação, intimação e notificação;

Procedimento. Diferença entre processo e procedimento. Classificação do procedimento. Procedimento Ordinário. Oferecimento da denúncia ou queixa. Citação. Interrogatório. Defesa Prévia. Oitiva das testemunhas da acusação. Oitiva das testemunhas da defesa. Substituição de testemunha não encontrada. Prazo para oitiva das testemunhas. Requerimento de diligências. Saneamento das nulidades e diligências de ofício (juiz inquisidor). Alegações finais. Sentença;

Procedimento Sumário. Procedimento sumaríssimo nos juizados especiais criminais. Procedimento nos crimes de entorpecentes (Lei 10.409/2002);

Procedimento do Júri. Sumário de culpa. Atos processuais no sumário de culpa. Decisões do sumário de culpa (Pronúncia, Impronúncia, Desclassificação, Absolvição sumária). Libelo-crime acusatório. Requisitos. Prazo para oferecimento. Vícios. Nos crimes conexos. Libelos distintos. Rol de testemunhas. Notificação e contrariedade do libelo. Desaforamento. Sorteio dos jurados e convocação. Atos da sessão de julgamento. Ausência das partes. Ausência dos jurados e sorteio dos suplentes. Ausência de testemunhas. Formação do conselho de sentença. Suspeição, incompatibilidade e impedimento dos jurados. Recusa peremptória e recusa motivada. Compromisso dos jurados. Instrução probatória. Interrogatório do réu. Relatório do processo. Testemunhas arroladas pelas partes



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

e de ofício. Dispensa de testemunhas. Ordem e modo de inquirição das testemunhas. Debates em plenário. Apartes. Necessidade da leitura do libelo-crime acusatório. O assistente da acusação. Promoção da defesa. Leitura de documentos em plenário. Apartes. Pedido de informações pelos jurados. Encerramento dos debates e pedido de esclarecimento. Réplica e Tréplica. Formulação de quesitos. Quesitos sobre fato principal. Quesitos sobre a defesa. Quesitos sobre qualificadora, causa de aumento de pena, circunstância atenuante e agravante. Quesitos no concurso de pessoas e de crimes. Votação dos Quesitos. Sentença. Ata do julgamento.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Avaliação permanente e contínua durante o semestre, com ênfase para as provas escritas e orais sobre a matéria teórica e solução de casos práticos ocorridos na sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Código de processo penal. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo penal. 17.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 9. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processual penal. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOAS, Alberto Vilas. Código de processo penal anotado e interpretado. Belo Horizonte: Del Rey, s/d.

JESUS, Damásio E. de. Código de processo penal anotado. 21. ed. São Paulo: Saraiva, s/d.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código de processo penal. 9. ed. São Paulo: Atlas.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processual penal comentado: arts. 394 a 811 e legislação complementar. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processual penal comentado: arts. 1 a 394. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
7º	Direito Societário I	72 h/a

EMENTA:

Conceito e evolução do Direito Empresarial; Empresários; Empresas; Nome Empresarial; Sociedades Empresárias; conceito e classificação; Sócios; Administração Irregular; Teoria da Desconsideração; Tipos Societários.

OBJETIVO:

Estudar o Direito Empresarial como o ramo autônomo do direito privado que regula a atividade do antigo comerciante e do moderno empresário, bem como as relações jurídicas firmadas durante o exercício profissional das atividades mercantis e empresariais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Teoria geral do direito comercial: do direito comercial: evolução; bases históricas; conceito; autonomia; conteúdo e objeto; fontes.

Do regime jurídico da livre iniciativa: pressupostos constitucionais do regime jurídico-comercial; proteção da ordem econômica e da concorrência; proibidos de exercer empresa; microempresa e empresa de pequeno porte.

Do registro de empresa: órgãos do registro de empresa; atos do registro de empresa; inatividade da empresa; empresário irregular.

Do empresário: conceito; sociedade empresária; registro de empresas; escrituração; demonstração contábil periódica.

Do estabelecimento empresarial: conceito, natureza e elementos do estabelecimento empresarial; proteção do ponto: locação empresarial; alienação do estabelecimento empresarial; proteção ao título de estabelecimento

Do nome empresarial: natureza e espécie; formação e registro do nome empresarial; alteração do nome empresarial; proteção ao nome empresarial.

Da propriedade industrial: introdução; qualidade do produto ou serviço; proteção contratual; publicidade.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Teoria geral do direito societário: do direito societário: conceito, personificação e classificação da sociedade empresária; sociedade irregular; desconsideração da pessoa jurídica.

Constituição das sociedades contratuais: natureza do ato constitutivo da sociedade contratual;
requisitos de validade do contrato social; cláusulas contratuais; forma do contrato social
alteração do contrato social.

Sócio da sociedade contratual: regime jurídico do sócio da sociedade contratual; exclusão de sócio.

Sociedades contratuais menores: generalidades; sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade em conta de participação.

Sociedade limitada: legislação aplicável; responsabilidade dos sócios; deliberação dos sócios;

Administração e Conselho Fiscal; Regime de Regência Supletiva

Dissolução de sociedade contratual: espécies de dissolução; causas de dissolução parcial e total; liquidação e apuração de haveres; dissolução de fato.

Sociedades por ações: características, classificação e constituição; valores mobiliários; ações e os acionistas; capital social; administração da sociedade, acordo de acionistas, poder de controle; demonstrações financeiras – lucros, reservas e dividendos; dissolução e liquidação; transformação, incorporação, fusão e cisão; sociedade de economia mista; sociedade em comandita por ações.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Será feita através de 02 provas e 03 trabalhos, podendo ser alterada, a forma de avaliação, conforme necessidade das turmas.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Código comercial. São Paulo: Saraiva, 2002.

COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de direito comercial. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMPINHO, Sérgio. Direito de Empresa à Luz do Novo Código Civil. Renovar.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Atlas.

FRANCO, Vera Helena de Mello. Manual de direito comercial: o comerciante e seus auxiliares, o estabelecimento comercial, as sociedades comerciais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

GUSMÃO, Mônica. Direito Empresarial Impetus.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial. 2.ed. Campinas: Bookseller, 2001.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
7º	Direito Tributário I	72 h/a

EMENTA:

O módulo direito tributário I abordará o direito tributário tendo como base, primeiramente, o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts. 145 a 162.

Os princípios gerais do direito tributário, bem como os principais conceitos que norteiam a disciplina serão expostos aos graduandos antes da abordagem direta dos temas específicos, justamente para que assimilem mais facilmente a matéria.

OBJETIVO E MÉTODOS:

Aos graduandos será apresentada uma visão geral do sistema tributário brasileiro de modo que o compreendam, num primeiro momento, de acordo com o dispositivo constitucional e, posteriormente, no plano da legislação tributária.

Para tanto a explanação teórica verbal consistirá no meio mais freqüente para que os alunos alcancem o conteúdo da disciplina, sendo que outros meios áudios-visuais poderão, no decorrer do exercício dos trabalhos, ser utilizados.

A indicação de uma obra jurídica e a exigência do acompanhamento das aulas pelos graduandos com o texto constitucional e a legislação tributária atualizados em mãos serão essenciais para que os destinatários se conscientizem que a interpretação do que se lê é imprescindível para a compreensão real da ciência jurídica como um todo sistêmico.

Diante do exposto, o manuseio constante da Constituição Federal, do Código Tributário e da legislação tributária por cada aluno será exigido e, na esteira dessa conduta, textos diversos a respeito dos assuntos tratados e julgados dos tribunais de justiça dos estados (especialmente do Estado de Minas Gerais), Superior Tribunal de Justiça e, mais ainda, do Supremo Tribunal Federal consistirão em meios práticos para se alcançar a interpretação e compreensão plena de cada tema estudado

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

O estado e o poder de tributar: atividade financeira do estado, poder e competência, atribuição de competência e distribuição de receita;

Princípios jurídicos da tributação: legalidade, anterioridade, igualdade, competência, capacidade contributiva, vedação do confisco e liberdade de tráfego;

Tributo: conceito, espécies, classificação e função;

Legislação Tributária: lei e legislação, lei ordinária e lei complementar, princípios da legalidade, medidas provisórias, tratados e convenções internacionais, decretos e regulamentos e normas complementares, vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço; princípios; aplicação imediata e aplicação retroativa; interpretação e integração da legislação tributária.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

O direito tributário na Constituição Federal: arts. 145 a 162;
Obrigação Tributária: conceito e espécies, natureza jurídica, fato gerador, sujeitos ativo e passivo, responsabilidade tributária;
Crédito Tributário: conceito,. Constituição, suspensão, extinção, exclusão, garantias e privilégios do crédito tributário.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

A idéia inicial é avaliar os graduandos duas vezes por meio de prova mista, ou seja, uma primeira parte formada por questões objetivas e a parte final contendo uma ou duas questões subjetivas que exigirão, exclusivamente, o exercício da atividade interpretativa fomentada durante as aulas.

Textos de acórdãos e jurisprudências serão entregues aos alunos para interpretação de acordo com os temas já estudados e, certamente, serão avaliados, juntamente com exercícios de fixação que, preferencialmente, não serão resolvidos na sala de aula.

Trabalhos acadêmicos também poderão ser solicitados aos alunos, de modo que sua capacidade interpretativa aumente a cada dia, já que se mostra essencial ao profissional do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Os graduandos terão conhecimento da bibliografia antes disposta, que lhes será sugerida. Entretanto, consoante antes já mencionado, o acompanhamento das aulas munidos do texto constitucional completo e da legislação tributária atualizados será essencial para o desenvolvimento dos trabalhos.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito financeiro e de direito tributário**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Curso de direito tributário**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional tributário**. 16.ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Direito tributário**. 15. ed. São Paulo: DPJ, 2004.

SPAGNOL, Werther Botelho. **Curso de direito tributário**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
7º	Prática em Direito Civil e Processo Civil	75 h/a

EMENTA:

Procuração. Petição inicial. Contestação. Reconvenção. Ações executivas. Embargos do devedor e Impugnação ao cumprimento de sentença. Procedimentos Especiais. Recursos

OBJETIVO

O objetivo desta disciplina é oferecer ao alunado uma visão da prática do Direito Civil e Processo Civil, a fim de prepará-los para a advocacia, privada ou pública.

Será desenvolvida nos alunos a habilidade de identificação e elaboração de peças processuais por meio da análise e síntese do conhecimento apreendido nas disciplinas da grade curricular, já ministradas no curso da graduação. Dessa forma, o aluno estará capacitado a: 1) identificar o problema jurídico (caso concreto); 2) identificar o instrumento jurídico-processual adequado para lidar com a questão em discussão; 3) redigir a peça processual cabível; 4) consultar a legislação pertinente ao caso e argumentar juridicamente com apoio na aludida legislação; 5) consultar e selecionar a jurisprudência relativa ao problema proposto; 6) redigir um texto que mostre o conhecimento da técnica profissional e a capacidade de interpretação e de exposição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Petição inicial. 2. Formas de citação. 3. Resposta do réu: exceção, contestação e reconvenção 3.1. Impugnação ao valor dado à causa. 3.2. Impugnação ao benefício da assistência judiciária gratuita. 4. Declaratória incidental. 5. Litisconsórcio. 6. Intervenção de terceiros: assistência, oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide, chamamento ao processo. 7. Memoriais. 8. Despacho, decisão e sentença. 9. Juizados Especiais Cíveis - Lei 9.099 de 26-9-1995. Dinâmica. 10. Processo cautelar 10.1. Procedimentos. 10.2. Decisão liminar. 10.3. Sentença e seus efeitos. 11. Processo de execução 11.1. Procedimentos. 11.2. Tipos de execução. 11.2.1. Execução por quantia certa contra devedor solvente. 11.2.2. Execução para entrega de coisa certa. 11.2.3. Execução para entrega de coisa incerta. 11.2.4. Execução de obrigação de fazer. 11.3. Embargos do devedor nas modalidades de execução. 11.3.1 Embargos de terceiro prejudicado. 14. Recursos 14.1. Espécies. 14.2. Prazos e procedimentos. 14.3. Recurso adesivo. 14.4. Recurso especial e extraordinário. 15. Procuração

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

ARAÚJO JUNIOR, Gediel Claudino de. Prática no Processo Civil. São Paulo: Atlas.
DELLORE, Luiz; MARIN, Marco Aurélio; TARTUCE, Fernanda. Manual de Prática Civil.
São Paulo: Método. DONOSO, Denis; SERAU JR., Marco Aurélio. Manual dos recursos
cíveis: teoria e prática. Salvador: JusPodium.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIRRE, JOAO. MONTANS, RENATO. Prática Civil. São Paulo: Método. São Paulo:
Saraiva. DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Jus Podivm.
MELO, Nehemias Domingos de. Manual de Prática Jurídica Civil para graduação e exame da
OAB. São Paulo: Atlas. GIANCOLI, Bruno Pandori et al. Prática Civil. São Paulo: Revista
dos Tribunais. SCARPINELLA BUENO, Cassio. Novo Código de Processo Civil Anotado.
São Paulo: Saraiva.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
8º	Direito Civil VIII (Contratos)	36 h/a

EMENTA:

Gestão de negócios. Edição e representação dramática. Sociedade. Contratos agrários. Constituição de renda. Seguro. Jogo e aposta. Fiança. Contratos inominados. Declarações unilaterais de vontade: títulos ao portador e promessa de recompensa.

OBJETIVO

Criar no aluno uma mentalidade jurídica, proporcionando-lhe uma bagagem cultural apta à compreensão dos dispositivos civis vigentes;
Apreciar problemas jurídicos voltados para a realidade, procurando despertar o espírito crítico e o entusiasmo pela pesquisa;
Estimular o raciocínio dentro das questões civis, interpretando-as dentro da legislação em vigor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Contrato de Agência e Distribuição – definição, partes, caracteres jurídicos, requisitos de validade, obrigações do agente e do proponente, extinção do contrato. Contrato de Corretagem – definição, partes, espécies, caracteres jurídicos, requisitos de validade, obrigações do corretor e do comitente, extinção do contrato.

Contrato de Transporte – definição, partes, objetivo, caracteres jurídicos, requisitos de validade, espécies, transporte de pessoas e de coisas. Contrato de Seguro – definição, caracteres jurídicos, requisitos subjetivos, objetivos e formais, obrigações do segurado e do segurador, acumulação de seguros e seguro cumulativo, espécies de seguro. Contrato de Constituição de Renda – definição, partes, caracteres jurídicos, sujeitos, prestações, extinção do contrato. Jogo e Aposta – definições, espécies, efeitos civis do jogo tolerado e proibido.

Contrato de Fiança – definição, caracteres jurídicos, requisitos subjetivos, objetivos e formais, regras especiais, efeitos, extinção da fiança, diferença entre fiança e aval. Transação – definição, características, natureza jurídica, requisitos e efeitos. Compromisso – definição, espécies e requisitos de validade.

Contrato de Sociedade – definição, natureza jurídica, diferenças entre sociedade e condomínio, elementos do contrato de sociedade, requisitos de validade contratual, conteúdo do contrato social, classificação, sócios, gerência, prazo, cessão de quotas e associação de terceiros, extinção, tipos, diferenças terminológicas.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Contratos não tipificados no Código Civil - Contrato de Parceria Rural – definição, caracteres jurídicos, pontos comuns com outros contratos, partes, espécies. Edição – definição, tutela legal, partes, caracteres jurídicos, outras características, requisitos subjetivos, objetivos e formais, obrigações do autor e do editor, extinção. Representação Dramática – definição, partes, tutela legal, caracteres jurídicos, requisitos subjetivos, objetivos e formais, obrigações do autor e do empresário, regra especial, extinção.

Contrato de Franquia – definição, partes, caracteres jurídicos, formação e extinção.

Contrato de Concessão Mercantil – definição, partes, caracteres jurídicos, requisitos de validade, prazo, direitos e deveres do concedente e do concessionário, extinção do contrato.

Contratos Fiduciários – introdução, contratos fiduciários em espécie, contratos fiduciários de garantia e de administração.

Conta Corrente – definição, partes, caracteres jurídicos, requisitos de validade, efeitos da conta corrente, extinção. Contratos Bancários – generalidades, operações passivas e ativas, outras operações bancárias.

Contrato de Capitalização – definição, partes, tutela legal, natureza jurídica, relações com outros contratos, caracteres jurídicos, sociedades de capitalização, título de capitalização. *Joint Venture*.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Prova Individual = 80% e Trabalhos = 20%

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Código civil. 54^a ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DINIZ, Maria Helena – Curso de direito civil brasileiro. 20^a ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

RODRIGUES, Silvio – Direito civil. São Paulo: Saraiva, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo – Direito Civil: . 3^a ed. São Paulo: Atlas, 2003. Volume 2.

VENOSA, Sílvio de Salvo – Direito Civil: . 3^a ed. São Paulo: Atlas, 2003. Volume 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

COSTA, Cássia Celina Paulo Moreira da – O novo código civil comparativo. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

AZEVEDO, Álvaro Villaça & TUCCI, Rogério Lauria. Tratado da locação predial urbana. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

DINIZ, Maria Helena – Código civil anotado. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FIUZA, Ricardo (Coordenador) – Novo código civil comentado. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GAGLIANO, Pablo Stolze & PAMPLONA FILHO, Rodolfo – Novo curso de direito civil São Paulo: Saraiva, 2004.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. São Paulo: Saraiva, 2005.

Novo código civil brasileiro: lei 10.460, de 10 de janeiro de 2002: estudo comparativo com o código civil de 1916, constituição federal, legislação codificada e extravagante. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2004

RODRIGUES, Sílvio. Curso de direito civil: contratos. São Paulo: Saraiva, 2005.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
8º	Direito Processual Civil VI	72 h/a

EMENTA:

Do Processo Cautelar. Das Medidas Cautelares.

OBJETIVO:

Dar continuidade ao estudo do Direito Processual Civil, sendo que neste período será estudado do artigo 796 ao 889, onde o aluno terá uma visão ampla e profunda do processo cautelar, no que afeta aos procedimentos típicos e atípicos, além de todas as outras medidas provisionais estabelecidas no referido Estatuto Processual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

PROCESSO CIVIL VI – 8º PERÍODO – CPC/2015:

1. Título Judicial Ilíquido

LIVRO II - Do Processo de Execução

Título I - Da Execução em Geral

Capítulo I - Disposições Gerais – arts. 771 a 777

Capítulo II - Das Partes – arts. 778 a 780

Capítulo III - Da Competência – arts. 781 e 782

Capítulo IV - Dos Requisitos Necessários para Realizar Qualquer Execução

Seção I - Do Título Executivo – arts. 783 a 785

Seção II - Da Exigibilidade da Obrigação – arts. 786 a 788

Capítulo V - Da Responsabilidade Patrimonial – arts. 789 a 796

Título II - Das Diversas Espécies de Execução

Capítulo I - Disposições Gerais – arts. 797 a 805

Capítulo II - Da Execução para a Entrega de Coisa

Seção I - Da Entrega de Coisa Certa – arts. 806 a 810

Seção II - Da Entrega de Coisa Incerta – arts. 811 a 813

Capítulo III - Da Execução das Obrigações de Fazer ou de Não Fazer

Seção I - Disposições Comuns – art. 814

Seção II - Da Obrigação de Fazer – arts. 815 a 821

Seção III - Da Obrigação de Não Fazer – arts. 822 e 823

Capítulo IV - Da Execução por Quantia Certa

Seção I - Disposições Gerais – arts. 824 a 826



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

- Seção II - Da Citação do Devedor e do Arresto – arts. 827 a 830
Seção III - Da Penhora, do Depósito e da Avaliação
Subseção I - Do objeto da penhora – arts. 831 a 836
Subseção II - Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito – arts. 837 a 844
Subseção III - Do lugar de realização da penhora – arts. 845 e 846
Subseção IV - Das modificações da penhora – arts. 847 a 853
Subseção V - Da penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira – art. 854
Subseção VI - Da penhora de créditos – arts. 855 a 860
Subseção VII - Da penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas – art. 861
Subseção VIII - Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes –
arts. 862 a 865
Subseção IX - Da penhora de percentual de faturamento de empresa – art. 866
Subseção X - Da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel – arts. 867 a
869
Subseção XI - Da avaliação – arts. 870 a 875
Seção IV - Da Expropriação de Bens
Subseção I - Da adjudicação – arts. 876 a 878
Subseção II - Da alienação – arts. 879 a 903
Seção V - Da Satisfação do Crédito – arts. 904 a 909
Capítulo V - Da Execução contra a Fazenda Pública – art. 910
Capítulo VI - Da Execução de Alimentos – arts. 911 a 913
Título III - Dos Embargos à Execução – arts. 914 a 920
Título IV - Da Suspensão e da Extinção do Processo de Execução
Capítulo I - Da Suspensão do Processo de Execução – arts. 921 a 923
Capítulo II - Da Extinção do Processo de Execução – arts. 924 e 925

O DPC VI também foi substancialmente alterado. Tendo-se em vista que deixa de existir livro específica tratando do processo cautelar, que, inclusive, deixa de existir como processo autônomo, o conteúdo referente ao estudo das tutelas de urgências fora integrado ao DPC IV, ocupando volume bastante reduzido de aulas.

Em contrapartida, o estudo da Execução de Títulos extrajudiciais e matérias correlatas que era abordado no DPC V – 7º período – migra para o DPC VI – 8º período – havendo pequena redução do volume de matérias, na medida em que ao se estudar liquidação e cumprimento de sentença., vários conteúdos típicos de execução foram antecipados para o 6º período.

Não há necessidade de adequação para este semestre, posto não contarmos com 8º período.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

As turmas que alcançarem o 8º períodos no segundo semestre de 2017 não terão necessidade de adequação, posto já estarem inseridas no NCPC.

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas a serem marcadas conforme calendário da instituição, e avaliações em sala de aula (exercícios, seminários etc).

6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

Código de processo civil. 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

NEGRÃO, Theotonio. **Código de Processo Civil e legislação processual em vigor**. 38 ed. São Paulo : Saraiva, 2007.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

WAMBIER, Luiz Rodrigues (Coordenador). **Curso avançado de processo civil**. 7. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2005.

7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVIM, Arruda. **Tratado de direito processual civil**. 2. ed. São Paulo: Revistas do Tribunais, 1996.

CALAMANDREI, Piero. **Direito processual civil**. Campinas: Bookseller, 1999.

CARNELUTTI, Francesco. **Instituições do processo civil**. São Paulo: Classic Book, 2000.

CARNELUTTI, Francesco. **Sistema de direito processual civil**. São Paulo: Classic Book, 2000.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo et. al. **Teoria geral do processo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro: teoria geral do processo a auxiliares da justiça**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

MARCATO, Antonio Carlos (Coordenador). **Código de processo civil interpretado**. São Paulo: Atlas, 2004.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de direito processual**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SILVA, Ovídio A. Baptista da & **GOMES**, Fábio. **Teoria geral do processo civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
8º	Direito Processual Penal III	72 h/a

EMENTA:

Da prisão e da liberdade provisória. Das citações e intimações. Das nulidades e dos recursos em geral. Da execução penal. Dos recursos cabíveis na execução penal.

OBJETIVO:

Compreensão dos procedimentos especiais (crimes de falência, responsabilidade dos funcionários públicos, contra a honra e propriedade imaterial. Visão atual do instituto da prisão, suas espécies e da liberdade provisória enfocando o garantismo penal e as providências adequadas a garantir a liberdade individual. Estudadas as formas de comunicação processual ressaltando as diferenças de citação, intimação e notificação. Difundir a sistemática constitucional e processual das nulidades absolutas e relativas e dos recursos focalizando pressupostos gerais dos recursos, seus efeitos e espécies, e estudos sistematizados de cada espécie recursal e dos seus efeitos, além de proceder a distinção de recurso e de ação de impugnação autônoma. O resultado final dos institutos da prisão e da liberdade provisória, citações, intimações e notificações e das nulidades processuais, recursos e ações de impugnação autônomas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Da Prisão.

1.1 – Considerações preliminares e conceito.

1.2 – Prisão, constituição Federal e Controle Jurisdicional. Espécies de Prisão.

1.3 – Da Prisão em flagrante delito.

1.3.1 – Pressupostos. Modalidades de flagrante delito (próprio ou real, impróprio, ficto ou presumido). Flagrante nos crimes permanentes, habituais e continuados. Sujeitos ativos e passivos do flagrante. Flagrante especial previsto no art. 307, do CPP (na presença de autoridade). Prisão efetuada fora do local onde o crime foi praticado.

1.3.2 – Auto de prisão em flagrante delito e suas formalidades. Nulidades do auto de prisão em flagrante delito. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito. Nota de culpa. Comunicação da prisão à autoridade judiciária. Comunicação da prisão ao Defensor Público (caso necessário). Formas do flagrante (preparado, esperado e forjado).

1.3.3 – Apresentação espontânea do agente do delito (art. 317, do CPP).

1.4 - Da prisão preventiva.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

1.4.1 – Prisão preventiva e Constituição federal. Prazo da prisão preventiva. Pressupostos. Fundamentos. Natureza Jurídica. Autoridade competente para decretar a prisão preventiva. Necessidade de fundamentação. Revogação e nova decretação.

1.4.2 – Da prisão Administrativa.

1.5 – Da prisão temporária.

1.5.1 – Natureza jurídica. Lei 7.960/89. Requisitos. Fundamentos. Rol dos crimes que admitem a prisão temporária. Provocação da prisão temporária. Decretação da prisão temporária. Fundamentação. Prazo da prisão temporária.

1.5.2 – Prisão temporária nos crimes hediondos e nos crimes equiparados aos hediondos. Prisão temporária no crime de tortura.

1.6 – Prisão decorrente de sentença penal condenatória recorrível.

1.7 – Prisão decorrente da sentença de pronúncia.

1.8 – Prisão especial.

1.9 – Disposições gerais sobre a prisão. Requisitos do mandado de prisão. Cumprimento da ordem de prisão.

2 . Da Liberdade Provisória.

2.1 – Considerações preliminares e conceito. Princípios Constitucionais (estado de inocência).

2.2 – Liberdade Provisória com fiança. Crimes afiançáveis. Crimes inafiançáveis. Valor da fiança. Fiança nos crimes apenados com detenção e fiança nos crimes apenados com reclusão. Autoridade competente para arbitrar. Valor da fiança. Impossibilidade financeira de prestar a fiança (pobreza). Liberdade Provisória com vinculação e sem vinculação.

2.3 – Liberdade Provisória sem fiança. Liberdade provisória nos crimes hediondos e nos equiparados. Liberdade provisória diante da constatação de organização criminosas (Li 9.034/95). Liberdade provisória no crime de racismo. Liberdade provisória nos crimes contra a economia popular e sonegação fiscal.

3 . Das Citações e Intimações Liberdade Provisória.

3.1 – Citação. Formas de citação. Citação por mandado. Requisitos da citação por mandado. Citação por edital. Hipóteses e requisitos da citação por edital. Suspensão do processo e do prazo prescricional. Citação mediante requisição do réu preso. Citação do servidor público. Citação do militar. Citação por carta precatória. Citação por carta rogatória. Revelia.

3.2 – Intimação e Notificação. Forma de intimação no CPP e no Juizado Penal Especial. Intimação de testemunhas, vítimas, acusado, servidor público, militar e preso. Intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente da acusação. Intimação do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Defensor nomeado. Intimação da sentença condenatória e absolutória. Intimação das sentenças das decisões do Tribunal do Júri.

4 . Das Nulidades e dos Recursos em geral.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

4.1 – Das Nulidades. O sistema das nulidades no CPP. Conceito de nulidade. Relação processual. Partes processuais. Pedido. Órgão investido de jurisdição. Atos processuais. Invalidez e ineficácia dos atos processuais. Ato processual nulo, irregular, inexistente, essencial, acidental. Nulidade absoluta. Nulidade relativa. Taxatividade das nulidades. Momento procedimental para argüição da nulidade. Nulidades quanto aos pressupostos de existência da relação processual. Nulidades das condições de procedibilidade da ação penal. Das nulidades em espécie (art. 564, do CPP). Revisão criminal. *Habeas corpus*. Mandado de segurança.

4.2 – Dos recursos. Duplo grau de jurisdição. Pressupostos recursais objetivos e subjetivos. Recurso voluntário. Recurso necessário. Juízo de admissibilidade. Deserção. Desistência. Efeitos dos recursos. Classificação dos recursos.

4.2.1 – Dos recursos em espécie. Recursos em sentido estrito. Hipóteses de cabimento (art. 581, do CPP). Enumeração taxativa. Interesse e legitimidade recursal. Prazo recursal e sua contagem. Forma de interposição. As razões e contra-razões recursais e prazo para apresentação. Competência para julgar o recurso. Efeitos. Procedimento. Sustentação oral.

4.2.2 – Da apelação. Hipóteses de cabimento (art. 593, do CPP). Decisões sujeitas à apelação. Apelação total e parcial. *Reformatio in pejus*. Prazo recursal e sua contagem. Forma de interposição. Apelação das decisões do Tribunal do Júri. As razões e contra-razões recursais e prazo para apresentação. Competência para julgar o recurso. Efeitos. Procedimento. Sustentação oral. Apelação nos Juizados Especiais Criminais. Suspensão do processo e recurso.

4.2.3 – Do Protesto por novo júri. Pressupostos objetivos, subjetivos e prazo recursal. Protesto por novo júri e apelação. Composição do conselho de sentença no segundo julgamento e dosimetria da pena. Recurso cabível da denegação do processo (carta testemunhável). Hipótese de desaforamento.

4.2.4 – Embargos infringentes e de nulidade. Pressupostos recursais objetivos, subjetivos, limites. Efeitos.

4.2.5 – Revisão criminal. Natureza jurídica (recurso ou ação de impugnação autônoma). Revisão *pro reo*. Prescrição da revisão *pro societate*. Hipóteses de cabimento e taxatividade. Legitimidade para requerer a revisão criminal. Reiteração do pedido de revisão criminal. Indenização e revisão criminal.

4.2.6 – Carta testemunhável. Definição. Pressupostos. Hipóteses de cabimento. Legitimidade. Efeitos.

4.2.7 – *Habeas corpus*. Natureza Jurídica. Recurso ou ação de impugnação autônoma. Cabimento. Procedimento. Pedido de liminar. Efeitos. Sujeitos. Competência. Recurso ordinário.

4.2.8 – Do mandado de segurança no juízo criminal. Pressupostos. Ilegalidade. Abuso de poder. Direito não amparado pelo *habeas corpus*.

5. Da execução Penal.

5.1 – O Código de Processo Penal e a Lei nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal. Dos órgãos da execução penal. Dos estabelecimentos penais. Da execução das penas em espécie. Do



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

regime Disciplinar Diferenciado (Lei nº 10.792/03). Da execução das medidas de segurança. Objetivos da execução penal. Ministério Público. Incidentes da execução penal. Recursos.

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: Avaliação permanente e continua durante o semestre, com ênfase para as provas escritas e orais sobre a matéria teórica e solução de casos práticos verificados na sociedade.

6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. BATISTA, Weber Martins. Direito penal e direito processual. 2.ed.. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
2. LOPES, Maurício Antônio Ribeiro (coordenador). Código de processo penal. 5.ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais.
3. ESPINOLA FILHO, Eduardo. Código de processo penal brasileiro anotado. Campinas: Bookseller, 2000.
4. MARQUES, José Frederico. Elementos de direito processual penal. 2.ed.. Campinas: Millennium, 2000.532.
5. ESPINOLA FILHO, Eduardo. Código de processo penal brasileiro anotado. Campinas: Bookseller, 2000.
6. BOAS, Marco Antônio Vilas. Processo penal completo: doutrina, formulários, jurisprudência e prática. São Paulo: Saraiva.
7. FERRI, Enrico. Defesas penais e estudos de jurisprudência. Campinas: Bookseller, 2002.
8. BERREZA FILHO, Aluízo. Lei de tóxicos anotada e interpretada [pelos tribunais]: doutrina, jurisprudência e processo penal.
9. ENCARNAÇÃO, João Bosco da. Prática de processo penal. Lorena: Stiliano, 1999.
10. COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda (coordenador). Crítica à teoria geral do direito processual. Rio de Janeiro: Renovar.
11. ASSIS, Araken de. Eficácia civil da sentença penal. 2.ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
12. LIMA, Marcellus Palostri. O processo penal dos crimes de trânsito. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001.
13. MARREY, Adriano; FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui. Teoria e prática do júri: doutrina, jurisprudência, questionários e roteiros práticos. 7. São Paulo: revista dos Tribunais, 2000.
14. SILVEIRA, Victor Hugo Machado da. Júri: casos concretos. São Paulo: Cultural Paulista, 1998.
15. TUCCI, Rogério Lauria (coordenação). Tribunal do Júri: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
16. NUCCI, Guilherme de Souza. Roteiro prático do júri. São Paulo: Oliveira Mendes, 1997.
17. PAIVA, Márcio Antônio Lobato de (coordenador). Temas atuais em direito e processo penal. Leme: de Direito, 2001.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

18. LIMA FILHO, Altamiro de Araújo, Novas alterações ao código penal, processual penal e legislação criminal. Araguaína: Araguaiana, 1999.
19. GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; FERNANDES, Antônio Scarone. Recursos no processo penal: teoria geral dos recursos, recursos em espécie, ações de impugnação, reclamação aos tribunais. 3.ed.. São Paulo: revista dos tribunais, 2001.
20. GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antônio Scarone; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. As nulidades no processo penal. 7.ed.. São Paulo: revista dos Tribunais, 2001.
21. MALATESTA, Nicola Framarino de. A lógica das provas em matéria criminal. Campinas: Bookseller, 2001.
22. CARNELUTTI, Francesco. Como se faz um processo. Belo horizonte: Líder Cultura Jurídica, 2001.
23. MILHOMENS, Jônatas; ALVES, Geraldo Magela. Manual da defesa em juízo: prática civil e penal. Rio de Janeiro: Forense:1999.
24. GRINOVER, Ada Pellegrini; BUSANA, Donte (coordenação). Execução penal: lei nº7. 210, de 11/07/1984 _ mesas de processo penal, doutrina, jurisprudência e súmulas. São Paulo: Max limonod, 1987.
25. BIASOTTI, Carlos. Lições práticas de processo penal: o caderninho do criminalista – modelos de petições. 2.ed.. Campinas: Millennium, 2001.
26. MORAES, Maurício Zanoide de. Interesse e legitimação para recorrer no processo penal brasileiro: análise doutrinária e jurisprudencial de suas estruturas. São Paulo: revista dos Tribunais, 2005.
27. NUCCI, Guilherme de Souza. O valor da confissão como meio de prova no processo penal. 2.ed.. São Paulo: revista dos Tribunais, 1999.
28. HADDAD, Carlos Henrique Borlido. O interrogatório no processo penal. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
29. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de processo penal. 22.ed.. São Paulo: Saraiva, 2001.
30. CARNELUTTI, Francesco. Direito Processual civil e penal. Campinas: Peritos, 2001.
31. SANTINI, Valter Poleto. O ministério público na investigação criminal. Bauru: Edipro, 2001.
32. SALLES JÚNIOR, Romeu de Almeida. Direito processual penal: para provas e concursos – indagações, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.
33. MIRABETE, Júlio Fabrini. Processo penal. 17.ed.. São Paulo: Atlas, 2005.
34. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 892 p. Revista, atualizada e aumentada.
35. FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo; FUHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. Resumo de processo penal. 11.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
36. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processo penal comentado art. 394 a 811 e legislação complementar. 8.ed. São Paulo: Saraiva,2004.
37. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processo penal comentado. 8.ed. São Paulo: Saraiva,2004.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

38. RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 9.ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005. 920 p. Revista, ampliada e atualizada à luz do(a): Estatuto do idoso lei nº10741/03. Estatuto do desarmamento lei nº10826/03. Violência doméstica lei nº10886-04 – Súmulas do STF.
39. ANGHER, Anne Joyce (coordenadora). Código Penal, Código de processo penal, constituição federal. 3.ed. São Paulo: Ridel, 2003.
40. ANGHER, Anne Joyce (coordenadora). Código penal militar, código de processo penal militar, constituição federal. 3.ed. São Paulo: Ridel, 2003.

7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. TORNAGHI, Hélio. Compêndio de Processo Penal. Rio de Janeiro: Forense.
2. NORONHA, Edgar Magalhães. Manual de Direito Processual. São Paulo: Saraiva.
3. JESUS, Damásio E. de. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo: Saraiva.
4. GRINOVER, Ada Pellegrini, Antônio Magalhães Gomes Filho e Antônio Fernandes. Recursos no Processo Penal. São Paulo. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais.
5. MUCCIO, Hidejalma. Prática de processo penal. Teoria e Prática. Bauru – SP. EDIPRO.
6. LINTZ, Breno Linhares. Prática processual penal: doutrina, jurisprudência e modelos. Belo Horizonte. Del Rey.
7. MOREIRA, Rômulo de Andrade. Rio de Janeiro: Forense.
8. LIMA, Marcellus Polastri. Curso de Processo Penal. Rio de Janeiro. Lumem Júris Editora.
9. JARDIM, Afrânio Silva. Direito Processual penal; estudos e pareceres. Rio de Janeiro. Forense.
10. CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo. Saraiva.
11. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. Belo Horizonte, Del rey.
12. Código de Processo Penal e sua interpretação jurisprudencial / coordenação Alberto Silva Franco, Rui Stoco. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais.
13. JR., Aury Lopes. Introdução Crítica do Processo Penal (Fundamentos da Instrumentalidade Garantista). Rio de Janeiro, 2004. Editora Lumem Júris.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
8º	Direito Societário II	72 h/a

EMENTA:

Títulos de Crédito: princípios e classificação; Letra de Câmbio; Nota Promissória; Duplicata; Cheque; Conhecimento de Transporte; Conhecimento de Depósito e Warrant; Títulos de Crédito Rurais, industriais e comerciais. Falência.

OBJETIVO E MÉTODOS:

Estudar o Direito Empresarial como o ramo autônomo do direito privado que regula a atividade do antigo comerciante e do moderno empresário, bem como as relações jurídicas firmadas durante o exercício profissional das atividades mercantis e empresariais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I – TEORIA GERAL DO DIREITO CAMBIÁRIO

1. Títulos de Crédito

1.1. Conceito

1.2. Princípios

1.3. Natureza da Obrigação

1.4. Classificação do Título de Crédito

2. Letra de Câmbio

2.1. Conceito

2.2. Legislação Aplicável.

3. Constituição e exigibilidade do Crédito Cambiário

3.1. Saque;

3.2. Aceite, endosso e aval;

3.3. Vencimento, pagamento e protesto;

3.4. Ação cambial.

4. Nota Promissória

4.1. Requisitos;

4.2. Regime jurídico.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

5. Cheque

- 5.1. Conceito;
- 5.2. Modalidades de Cheque;
- 5.3. Pagamento de Cheque;
- 5.4. Cheque sem Fundos.

6. Duplicata

- 6.1. Conceito;
- 6.2. Causalidade;
- 6.3. Aceite;
- 6.4. Protesto - 6.4.1. Protesto por indicação / - 6.4.2. Triplicata
- 6.5. Execução da duplicata mercantil

7. Títulos de Crédito Impróprios

- 7.1. Títulos Representativos
- 7.2. Títulos de Financiamento
- 7.3. Títulos de Investimentos

II – TEORIA GERAL DO DIREITO FALIMENTAR

8. Do Direito Falimentar

- 8.1. Devedor Sujeito a Falência
- 8.2. Insolvência

9. Processo Falimentar

- 9.1. Pedido de Falência
- 9.2. Sentença Declaratória e Denegatória da Falência
- 9.3. Administração da Falência
- 9.4. Apuração do ativo e Verificação de Crédito
- 9.5. Liquidação do Processo Falimentar
- 9.6. Reabilitação do Falido

10. Da Pessoa e Bens do Falido

- 10.1. Restrições Patrimoniais do Falido
- 10.2. Continuação Provisória da Empresa do Falido



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

10.3. Pedido de Restituição e Embargos de Terceiro

10.4. Patrimônio Separado

11. Do Regime Jurídico dos Atos e Contratos do Falido

11.1. Atos Ineficazes

11.2. Declaração Judicial da Ineficácia

11.3. Efeitos da Falência quanto aos Contratos do Falido

12. Do Regime Jurídico dos Credores do Falido

12.1. Credores Admitidos

12.2. Efeitos da Falência quanto aos Credores

12.3. Classificação dos Créditos

13. Da Recuperação Judicial

13.1. Viabilidade da Empresa

13.2. Meios de Recuperação da Empresa

13.3. Órgãos da Recuperação Judicial

13.3.1. Assembléia Geral

13.3.2. Administrador Judicial

13.3.3. Comitê

14.4. Processo de Recuperação Judicial

14.5. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

14.6. Convolação em Falência

15. Da Recuperação Extra Judicial

15.1. Requisitos

15.2. Homologação Facultativa e Obrigatória

15.3. Os Credores na Recuperação Extrajudicial

16. Da Liquidação Extra Judicial de Instituições Financeiras

16.1. A Liquidação Extrajudicial

16.2. Reorganização da Instituição Financeira

16.3. Responsabilidade dos Administradores



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

III – CONTRATOS MERCANTIS

17. Da Teoria Geral dos Contratos

17.1. Compra e Venda Mercantil

17.1.1. Natureza e Formação dos Contratos de Compra e Venda Mercantil

17.1.2. Responsabilidade das Partes

17.2. Contratos de Colaboração

17.2.2. Comissão, Representação e Concessão Comercial

17.2.3. Franquia

17.2.4. Distribuição

17.3. Contratos Bancários

17.3.1. Atividade Bancária

17.3.2. Operações Ativas e Passivas

17.3.3. Contratos bancários Impróprios

17.4. Contratos Intelectuais

18. Seguro

18.1. Sistema Nacional de Seguro Privado

18.2. Natureza do Contrato de Seguro

18.3. Obrigação das Partes

18.4. Seguro de: dano, pessoa e seguro saúde

18.5. Capitalização.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Será feita através de 02 (duas) provas e 03 (três) trabalhos, podendo ser alterada, a forma de avaliação, conforme necessidade das turmas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial, ed. Saraiva, 2005.

MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial, ed, Forense, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de Direito Comercial, ed. Atlas.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

CAMPINHO, Sérgio. Direito de Empresa à Luz do Novo Código Civil, ed. Renovar.

GUSMÃO, Mônica. Direito Empresarial, ed. Impetus.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial, ed. Saraiva.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
8º	Processo do Trabalho	36 h/a

EMENTA:

Teoria do processo do trabalho. Organização. Competência. Propositura da ação. Notificação. Audiência. Defesa. Proposta de conciliação. Instrução. Razões Finais. Sentença. Recursos no processo do Trabalho. Execução Trabalhista. Dissídios Coletivos. Ações de rito especial.

OBJETIVO:

Fornecer ao aluno subsídios para a aplicação do direito material do trabalho, que teve seu estudo nas disciplinas de direito do trabalho I e II.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Teoria do processo do trabalho. Organização da Justiça do Trabalho e de seus órgãos. Competência para julgamento das ações perante a justiça do trabalho. A Ação Trabalhista, o processo e o procedimento. Atos e nulidades. Das partes e de seus procuradores. Intervenção de terceiros. A petição inicial. Audiências. Resposta do reclamado. As provas no processo do trabalho. Sentença de 1ª instância. Teoria Geral dos Recursos e recursos em espécie; Recurso Ordinário; Embargos de declaração; Recurso de Revista; Agravo de Instrumento; Agravo de Petição. Execução Trabalhista. Embargos à execução. Procedimentos especiais e ações especiais.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas, conforme calendário da instituição e atividades em sala de aula (exercícios, seminários, etc) e participação dos alunos na montagem de uma reclamação trabalhista simulada, abrangendo todo o seu procedimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DELGADO**, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2005.
- MARTINS**, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 21. ed. São Paulo. Atlas, 2005.
- MARTINS**, Sergio Pinto. **Direito Processual do trabalho**. 17. ed. São Paulo. Atlas, 2002
- BARROS**, Maria Alice Monteiro de. **Compêndio de direito processual do Trabalho**. 2. ed. São Paulo. LTr, 2001.
- NASCIMENTO**, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual**. 21 ed. São Paulo. Saraiva. 2002.
- ALMEIDA**, Amador Paes. **Curso Prático de Processo do Trabalho**. 16 ed. São Paulo. Saraiva. 2005.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 4. ed. São Paulo. LTr, 2006.

COSTA, Armando Cassimiro. **CLT-LTr**. 33. ed. São Paulo. LTr, 2006.

GOMES, Orlando & **GOTTSCHALK**, Elson. **Curso de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Manual de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINS, Sérgio Pinto. **A Continuidade do contrato de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2000.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 1999.

NORRIS, Roberto. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Curso de direito individual do trabalho e noções fundamentais de direito do trabalho, sujeitos e institutos do direito individual**. São Paulo: LTr, 2000.

RODRIGUEZ, Américo Plá (Coordenador). **Estudos sobre as fontes de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

RUSSOMANO, Mozart Victor & **RUSSOMANO JÚNIOR**, Victor & **ALVES**, Geraldo Magela. **Consolidação das leis do trabalho anotada**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
8º	Prática em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho	75 h/a

EMENTA:

Procuração. Petição inicial. Contestação. Ações executivas. Embargos do devedor. Procedimentos Especiais. Recursos

OBJETIVO

O objetivo desta disciplina é oferecer ao alunado uma visão da prática do Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, a fim de prepará-los para a advocacia, privada ou pública.

Será desenvolvida nos alunos a habilidade de identificação e elaboração de peças processuais por meio da análise e síntese do conhecimento apreendido nas disciplinas da grade curricular, já ministradas no curso da graduação. Dessa forma, o aluno estará capacitado a: 1) identificar o problema jurídico (caso concreto); 2) identificar o instrumento jurídico-processual adequado para lidar com a questão em discussão; 3) redigir a peça processual cabível; 4) consultar a legislação pertinente ao caso e argumentar juridicamente com apoio na aludida legislação; 5) consultar e selecionar a jurisprudência relativa ao problema proposto; 6) redigir um texto que mostre o conhecimento da técnica profissional e a capacidade de interpretação e de exposição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Jurisdição trabalhista e organização judiciária e competência. 1.1. Processo e procedimentos processuais. 2. Petição Inicial. 3. Respostas do réu. 4. Audiência e prova no processo do trabalho. 5. Sentença. 6. Recursos no processo de conhecimento 6.1. Embargos declaratórios. 6.2. Recurso Ordinário. 6.3. Recurso de Revista. 6.4. Recurso de Embargos. 6.5. Agravo de instrumento. 7. Sustentação oral. 8. Liquidação de sentença. 9. Embargos à execução e Impugnação à sentença de liquidação. 10. Recursos no processo de execução 10.1. Agravo de Petição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIGLIO, Wagner D. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva.
MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Atlas.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Ísis de. Manual de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr.
COSTA, Coqueijo. Direito Processual do Trabalho. Rio de Janeiro: Forense.
PEIXOTO, Bolívar Viégas. Iniciação ao Processo Individual do Trabalho. Rio de Janeiro: Forense.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

PINTO, José Augusto Rodrigues. Execução Trabalhista: estática, dinâmica, prática. São Paulo: LTr.

TOSTES MALTA, Christóvão Piragibe. Prática de Processo Trabalhista. São Paulo: LTr.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
8º	Direito Tributário II	72 h/a

EMENTA:

O módulo Direito Tributário II abordará o Direito Tributário tendo como base, primeiramente, o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts. 145 a 162. Entretanto, o estudo do CTN, nesta reta complementar, se faz imprescindível.

A análise acadêmica dos tributos em geral, com ênfase nos impostos federais, estaduais e municipais será a tônica do período. Os graduandos terão oportunidade de estudar detidamente cada um dos impostos existentes no Sistema Tributário Nacional. Como não poderia deixar de ser, a ênfase será dada no aspecto jurídico, não sendo objeto da matéria em questão calcular tributos, mas sim, identificar sua exigibilidade.

OBJETIVO E MÉTODOS:

Aos graduandos será apresentada uma visão geral do sistema tributário brasileiro de modo que o compreendam, num primeiro momento, de acordo com o dispositivo constitucional e, posteriormente, no plano da legislação tributária.

Para tanto a explanação teórica verbal consistirá no meio mais freqüente para que os alunos alcancem o conteúdo da disciplina, sendo que outros meios áudios-visuais poderão, no decorrer do exercício dos trabalhos, ser utilizados.

A indicação de uma obra jurídica e a exigência do acompanhamento das aulas pelos graduandos com o texto constitucional e a legislação tributária atualizados em mãos serão essenciais para que os destinatários se conscientizem que a interpretação do que se lê é imprescindível para a compreensão real da ciência jurídica como um todo sistêmico.

Diante do exposto, o manuseio constante da Constituição Federal, do Código Tributário e da legislação tributária por cada aluno será exigido e, na esteira dessa conduta, textos diversos a respeito dos assuntos tratados e julgados dos tribunais de justiça dos estados (especialmente do Estado de Minas Gerais), Superior Tribunal de Justiça e, mais ainda, do Supremo Tribunal Federal consistirão em meios práticos para se alcançar a interpretação e compreensão plena de cada tema estudado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Responsabilidade Tributária;
2. Administração Tributária;
3. Ilícito Tributário;
4. Processo Administrativo Tributário;
5. Processo Judicial Tributário;
6. Impostos Federais;
7. Impostos dos Estados e do Distrito Federal;
8. Impostos dos Municípios;
9. Discriminação das Rendas Tributárias.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC n.º 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC n.º 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria n.º 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

A idéia inicial é avaliar os graduandos duas vezes por meio de prova mista, ou seja, uma primeira parte formada por questões objetivas e a parte final contendo uma ou duas questões subjetivas que exigirão, exclusivamente, o exercício da atividade interpretativa fomentada durante as aulas.

Textos de acórdãos e jurisprudências serão entregues aos alunos para interpretação de acordo com os temas já estudados e, certamente, serão avaliados, juntamente com exercícios de fixação que, preferencialmente, não serão resolvidos na sala de aula.

Trabalhos acadêmicos também poderão ser solicitados aos alunos, de modo que sua capacidade interpretativa aumente a cada dia, já que se mostra essencial ao profissional do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Os graduandos terão conhecimento da bibliografia antes disposta, que lhes será sugerida. Entretanto, consoante antes já mencionado, o acompanhamento das aulas munidos do texto constitucional completo e da legislação tributária atualizados será essencial para o desenvolvimento dos trabalhos, portanto, além dos títulos abaixo consignados, também a Constituição da República Federativa do Brasil e o Código Tributário Nacional serão utilizados quando da exposição da matéria.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. Malheiros Editores, 26ª edição, São Paulo, 2004.

SABBAG, Eduardo de Moraes. *Direito Tributário*. Editora DPJ, 5ª edição, São Paulo, 2004.

SPAGNOL, Werther Botelho. **Curso de Direito Tributário**. Editora Del Rey, Belo Horizonte, 2004.

ALEXANDRINO, Marcelo; e, **PAULO**, Vicente. **Manual de Direito Tributário I** Editora Impetus.

ALEXANDRINO, Marcelo; e, **PAULO**, Vicente. **Direito Tributário de Acordo com o STF**. Editora Impetus.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Tributário**. Editora Saraiva.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. Editora Forense.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC n°. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC n° 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
9º	Direito Internacional Público	36 h/a

EMENTA:

Direito Internacional Público: Noções Gerais; Relação com o Direito Interno; Fontes. Pessoas Internacionais: Estado; Organizações Internacionais; Indivíduo; outros atores. Domínio público internacional. Conflitos Internacionais: Solução pacífica; Sanções em direito internacional; Direito de Guerra.

OBJETIVOS:

Ministrar conhecimentos básicos sobre os princípios e normas jurídicas que regem a sociedade internacional, capacitando o aluno a utilizar as fontes de direito internacional público e de direito público interno para a solução de problemas que transcendem ao interesse exclusivo de uma única ordem estatal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. DIREITO INTERNACIONAL GERAL: (introdução e fontes)
 - 1.1. Importância do Direito Internacional nos dias atuais.
 - 1.2. Sociedade Internacional e Direito Internacional.
 - 1.3. Direito Internacional Público: Conceito. Denominação. Negadores. Fundamentos. Evolução. Divisão. Importância.
 - 1.4. Direito Internacional e Direito Interno: Teorias.
 - 1.5. Fontes do direito internacional - Conceito. Classificação. Espécies. Hierarquia. Codificação.
 - 1.6. Tratados internacionais: Conceito. Terminologia. Condições de validade. Classificação. Efeitos. Composição. Idiomas. Processo de conclusão. Cláusulas especiais. Execução. Interpretação. Extinção. Normas contraditórias entre dois tratados. Tramite perante o ordenamento brasileiro. Conflito entre tratado e o direito interno brasileiro. O tratado Internacional e a Emenda Constitucional n° 45/04.
2. PERSONALIDADE INTERNACIONAL
 - 2.1. O Estado: Conceito. Classificação. Elementos constitutivos. Reconhecimento do Estado e de Governo. Representação internacional. Direitos, deveres e Sucessão dos Estados. Condições Jurídicas do estrangeiro (Ingresso e permanência; Direito de Asilo); Deportação; Expulsão; (Extradição). Responsabilidade internacional do Estado.
 - 2.2. Organizações Internacionais: ONU (Teoria geral); Organizações Especializadas e Regionais.
 - 2.3. O indivíduo na Ordem Internacional.
 - 2.4. Outros atores.
3. DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL: Pólo Norte. Antártica. Águas interiores; Mar territorial e Zona contígua. Zona econômica exclusiva. Plataforma continental e fundos marinhos. Alto mar. Trânsito marítimo: estreito e canais. Espaço aéreo.
4. CONFLITOS INTERNACIONAIS
 - 4.1. Modos pacíficos de solução de conflitos: Meios Diplomáticos; Meios Políticos e Meios Jurisdicionais.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC n°. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC n° 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

4.2. Sanções de Direito Internacional

4.3. Direito de guerra.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas a serem marcadas conforme calendário da instituição, avaliações em sala de aula e trabalhos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASON, Gerson de Britto Mello. **Constitucionalização do Direito Internacional**. 3 ed. Belo Horizonte: Del-Rey, 1996

BASON, Gerson de Britto Mello. **Direito Internacional Público**. 3 ed. Belo Horizonte: Del-Rey, 2002

MAGALHÃES, José Carlos de. **O STF e o Direito Internacional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000

MELLO, Celso D. Albuquerque. **Direito Internacional Público: Tratados e Convenções**. 5 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997

PINHEIRO, Carla. **Direito Internacional e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2001

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 1996.

ARAÚJO, Luiz Ivani de Amorim. **Direito Internacional Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CHAUKR, Fauzi Hassan; AMBOS, Kai. **Tribunal Penal Internacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000

HUSEK, Carlos Roberto. **Elementos de direito internacional público**. São Paulo: Malheiros, 1995.

MAIA, Marielle. **Tribunal Penal Internacional**. Belo Horizonte: Del-Rey, 2002

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos e Relações Internacionais**. Campinas: Editora Agá Júris, 2000

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1998.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. **Direito constitucional internacional**. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1994.

MONCADA, Antônio Cabral de. **Curso de Direito Internacional Público**. v. 1, Coimbra: Livraria Almedina, 1988

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais**. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000

RIBEIRO, Patrícia Henriques. **As relações entre o direito internacional e o direito interno**. Belo Horizonte: Del-Rey, 2001

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. 2 ed. Belo Horizonte: Del-Rey, 2002

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais**. 2 ed. Belo Horizonte: Del-Rey, 2002



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
9º	Ética Geral e Ética Profissional	36 h/a

EMENTA:

O eticismo em geral. Ética e Moral. A relatividade histórica dos padrões éticos e seu condicionamento ideológico. A ética natural e o jusnaturalismo. A ética legal e o juspositivismo. Ética social liberal. Ética social marxista, Max Weber e Marx. A ética jurídica positivada no Brasil. O Código Profissional de Ética.

OBJETIVO:

Objetivo geral:

Oferecer aos acadêmicos do Curso de Direito uma visão geral da Ética de modo a contribuir com a formação humanista e assegurar o seu compromisso com a Ética nas suas atividades como profissional do Direito.

Objetivos específicos:

- Compreender os fundamentos da Ética;
- Perceber a importância da Ética na vida profissional do jurista;
- Despertar um compromisso ético com a Sociedade e a cidadania;
- Orientar para a formação ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Ética e Moral
2. Ética e Direito
3. Ética e ideologia
4. Ética e justiça
5. Ética e Constituição
6. Ética e Política
7. Bioética
8. História das idéias sobre ética
9. Ética profissional
10. Consciência ética do jurista
11. Estatuto da Ordem e dos advogados
12. Código de ética e disciplina dos advogados



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Duas provas dissertativas, um trabalho de aproveitamento, exercícios em sala de aula e fichamentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de Ética Jurídica**; Ética Geral e Profissional. São Paulo: Saraiva, 2005.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética**; Direito, Moral e Religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADEODATO, João Mauricio. **Filosofia do Direito**; uma crítica à verdade na Ética e na Ciência. São Paulo: Saraiva 2005.

BILLIER, Jean-Cassien; **MARYIOLI**, Aglaé. **História da Filosofia do Direito**. Tradução de Maurício de Andrade. Barueri – SP: Mnole, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Moral**. Tradução de Sandra Lippert. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. **Ética & Direito**. São Paulo: Loyola, 2002.

PERELMAN, Chaim. **Ética e Direito**. Tradução de Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZAN, Julio de. **La ética, los derechos y la justicia**. Montevideo: Fundação Konrad Adenauer, 2004.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
9º	Direito Civil IX (Responsabilidade Civil e Direitos Reais)	72 h/a

EMENTA

O módulo Direito Civil IX abordará, além do Capítulo destinado à Responsabilidade Civil, especificamente, o conteúdo dirigido aos Direitos Reais.

Melhor esclarecendo, o primeiro enfoque será dado ao tema tratado pelos arts. 186 a 188 do Código Civil, bem como ao Título IX do Livro I, “Da Responsabilidade Civil”, arts. 927 a 954.

Serão, de fato, considerados os conhecimentos prévios dos graduandos a respeito dos temas antes indicados, de modo que o conteúdo programático seja completado nos períodos disponíveis para tal, uma vez que a complementação do curso deverá se dar no 10º Período.

Outro aspecto importante é o enfoque constitucional destinado às disciplinas, com o objetivo único de fazer os espectadores entenderem também o Direito Civil (doutrinariamente classificado como Direito Privado) a partir de sua base constitucional, formando o que a doutrina moderna qualifica como Direito Civil Constitucional.

OBJETIVOS e MÉTODOS

Aos graduandos será apresentada uma visão geral do contexto da responsabilidade civil, da posse e da propriedade, de modo que compreendam, num primeiro momento, os significados das expressões, apreendam seus valores principiológicos e normativos, atingindo-se, ao final, a sistemática dos temas em cotejo, principalmente no que se refere ao restante do curso de Direito Civil que será concluído com a superação dessas duas últimas etapas (9º e 10º Período, respectivamente, Direito Civil IX e Direito Civil X).

Para tanto a explanação teórica verbal consistirá no meio mais freqüente para que os alunos alcancem o conteúdo da disciplina, sendo certo que outros meios áudio-visuais poderão, no decorrer do exercício dos trabalhos, ser utilizados.

A indicação de uma (ou mais) obras jurídicas e a exigência do acompanhamento das aulas pelos graduandos com o Estatuto Material Civil atualizado serão essenciais para que os destinatários se conscientizem que a interpretação do que se lê é imprescindível para a compreensão real da ciência jurídica como um todo sistêmico.

Diante do exposto, o manuseio constante do Código Civil por cada aluno será exigido e, na esteira dessa conduta, textos diversos a respeito dos assuntos tratados e julgamentos dos Tribunais de Justiça dos Estados (especialmente do Estado de Minas Gerais), Superior



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Tribunal de Justiça e, mais ainda, do Supremo Tribunal Federal consistirão em meios práticos para se alcançar a interpretação e compreensão plena de cada tópico estudado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Concluir o estudo do Direito Civil rememorando os arts. 186 a 188 e esmiuçando legal e doutrinariamente o tema “Da Responsabilidade Civil”.

Posteriormente, enfatizar o último módulo a ser cumprido pelos graduando, qual seja o tratado pelo Livro III da Parte Especial do Código Civil, “Dos Direitos das Coisas”, ou Direitos Reais.

Assim:

I - Direitos Reais:

1. Conceito
2. Características
 - 2.1. Absolutismo
 - 2.2. Seqüela
 - 2.3. Preferência
 - 2.4. *Numerus Clausus*
3. A Relação Jurídica de Direito Real
4. Classificação
5. Obrigações *Propter Rem*

II – Posse

1. Breve Histórico da Posse
 - 1.1. Teorias – *Savigny e Ihering*
2. Natureza da Posse
3. Função Social da Posse
 - 3.1. Função Social da Posse e o Direito Fundamental à Moradia (enfoque constitucional)
4. Objeto da Posse
5. Desdobramento da Posse
6. Composse
7. Detenção
 - 7.1. Classificação da Posse
8. Interversão da Posse
9. Modos de Aquisição e Perda da Posse
10. Efeitos
 - 10.1. Direito aos Frutos
 - 10.2. Direito às Benfeitorias
 - 10.2.1. As Benfeitorias e o Direito de Retenção



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

- 10.2.2. As Benfeitorias e a Posse Derivada de Relações Contratuais
- 10.3. Direito à Usucapião

III – Propriedade

1. A Estrutura do Direito de Propriedade
2. Faculdades Inerentes ao Direito de Propriedade
 - 2.1. Direito de Usar
 - 2.2. Direito de Gozar
 - 2.3. Direito de Dispor
 - 2.4. Direito de Reivindicar
3. A Extensão do Direito de Propriedade
4. Da Descoberta
5. Principais Atributos da Propriedade
 - 5.1. Exclusividade
 - 5.2. Perpetuidade
 - 5.3. Elasticidade e Consolidação
6. Função Social da Propriedade
 - 6.1. A Propriedade como Direito Subjetivo com Função Social
 - 6.2. A Propriedade como Relação Jurídica Complexa
 - 6.3. Função Social da Propriedade Urbana
 - 6.4. Função Social da Propriedade Rural
 - 6.5. Função Social das Diversas Propriedades
7. Modos de Aquisição da Propriedade Imobiliária
 - 7.1. Registro
 - 7.1.1. Princípios Regentes
 - 7.1.2. Da Relação Obrigacional para a Eficácia Real
 - 7.1.3. Aproximação entre o Título e o Modo
 - 7.1.4. Atributos do Registro
 - 7.1.5. Distinções Terminológicas
 - 7.2. Usucapião
 - 7.2.1. Breve Histórico
 - 7.2.2. Conceito e Natureza Jurídica
 - 7.2.3. Requisitos da Usucapião
 - 7.2.4. Usucapião Extraordinária
 - 7.2.5. Usucapião Ordinária
 - 7.2.6. Usucapião Especial Urbana
 - 7.2.7. Usucapião Rural
 - 7.2.8. Usucapião Coletivo (Estatuto da Cidade)
 - 7.2.9. Efeitos da Usucapião
 - 7.3. Acessão
 - 7.3.1. Acessão Natural
 - 7.3.2. Acessão Artificial



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

8. Modos de Perda da Propriedade
 - 8.1. Alienação
 - 8.2. Renúncia
 - 8.3. Abandono
 - 8.4. Perecimento
 - 8.5. Desapropriação
9. Modos de Aquisição da Propriedade Móvel
 - 9.1. Ocupação
 - 9.2. Achado do Tesouro
 - 9.3. Especificação
 - 9.4. Confusão, Comissão e Adjunção
 - 9.5. Usucapião
 - 9.6. Tradição
10. Propriedade Resolúvel e Ad Tempus
11. A Propriedade Aparente
 - 11.1. A Fragmentação do Direito de Propriedade
 - 11.2. O Significado da Propriedade Aparente
 - 11.3. Quatro Aplicações da Aparência no Direito de Propriedade
12. Propriedade Fiduciária
 - 12.1. Noções Introdutórias
 - 12.2. Conceito e Natureza Jurídica
 - 12.3. Características da Propriedade Fiduciária
 - 12.4. A Ação de Busca e Apreensão
 - 12.5. A Prisão do Depositário Infiel e a Constituição Federal
 - 12.6. A Propriedade Fiduciária de Bens Imóveis
 - 12.7. A Propriedade Fiduciária e o Arrendamento Mercantil
 - 12.8. Propriedade Fiduciária e Reserva de Domínio
13. Propriedade Superfideciária
 - 13.1. Conceito e Natureza Jurídica
 - 13.2. Conteúdo do Direito de Superfície
 - 13.3. Extinção do Direito de Superfície
 - 13.4. A Superfície e Outros Modelos Jurídicos

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas, conforme calendário da instituição e atividades em sala de aula (exercícios, seminários, etc).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FARIAS, Cristiano Chaves; e , ROSENVALD, Nelson – Direitos Reais. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

FIÚZA, César. Curso Completo de Direito Civil. 8ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

Vade Mecum Saraiva. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo – Direito Civil: Responsabilidade Civil. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VENOSA, Sílvio de Salvo – Direito Civil: Direitos Reais. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIÚZA, Ricardo – Novo Código Civil Comentado: Coordenação de Ricardo Fiúza. 5ª edição atualizada. São Paulo: Saraiva, 2006.

Novo código civil brasileiro: lei 10.460, de 10 de janeiro de 2002: estudo comparativo com o código civil de 1916, constituição federal, legislação codificada e extravagante. Prefácio do Prof. Miguel Reale. 3ª ed., revista e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SAMPAIO, Rogério Marrone de Castro. Direito Civil – Responsabilidade Civil. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
9º	Direito do Consumidor	72 h/a

EMENTA:

Direito do consumidor: Noções Introdutórias e conceitos básicos – Legislação Brasileira Específica – Os direitos do consumidor e sua proteção – A defesa do consumidor em juízo.

OBJETIVO:

Transmitir ao corpo discente noções e conceitos fundamentais do Direito do Consumidor; apresentar, do ângulo jurídico, o universo dos problemas das relações de consumo, qualificando os alunos para a atividade profissional pertinente e prepará-lo para julgamento crítico, instruindo-os de maneira a torná-lo capaz de utilizarem da doutrina, legislação e jurisprudência. Dar ao aluno informações sobre os fenômenos de consumo e sua tutela.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Código de defesa do consumidor, origem e tramitação legislativa, estrutura, abrangência e destinação do código. Conceitos fundamentais. Dos direitos do consumidor: disposições gerais, da política nacional das relações de consumo, dos direitos básicos do consumidor, da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação de danos, Das praticas comerciais, da proteção contratual, das sanções administrativas, das infrações penais, da defesa do consumidor em juízo, disposições gerais, ações coletivas, da coisa julgada, dos sistema nacional de defesa do consumidor, da convenção coletiva de consumo.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Serão realizadas provas de acordo com o calendário da instituição e atividades em sala de aula, tais como exercícios, seminários e debates sobre temas atuais relacionados ao tema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

GRINOVER, Ada Pellegrini. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. 8 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MARQUES, Cláudia Lima. Crontatos no Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. 5 ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

SOARES, Paulo Brasil Dill. Princípios Básicos de Defesa do Consumidor. São Paulo: Editora de Direito Ltda, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

IDEC, Instituto Brasileiro de defesa do consumidor. A proteção ao consumidor de serviços públicos. São Paulo: Max Limonad, 2002.

GOMES, Marcelo Kokke. Responsabilidade civil, dano e defesa do consumidor. Belo Horizonte: Del Rey editora, 2001.

MARQUES, Cláudia Lima. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 2 ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

NETO, Carlos Elmano de Oliveira. Roteiro Prático da Defesa do Consumidor em juízo. 1 ed., São Paulo: Editora Oliveira Mendes Ltda, 1998.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
9º	Direito Processual Civil VII	72 h/a

EMENTA:

Dos Procedimentos especiais. Dos procedimentos especiais de Jurisdição contenciosa.

OBJETIVO:

Dar continuidade ao estudo do Direito Processual Civil, sendo que neste período será estudado do artigo 890 ao 1.102, onde o aluno terá uma visão ampla do procedimento especial de jurisdição contenciosa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

PROCESSO CIVIL VII – 9º PERÍODO – CPC/2015:

1. Procedimentos especiais
(jurisdição contenciosa)
Dos Procedimentos Especiais
Da Ação de Consignação em Pagamento – arts. 539 a 549
Da Ação de Exigir Contas – arts. 550 a 553
Das Ações Possessórias
Disposições Gerais – arts. 554 a 559
Da Manutenção e da Reintegração de Posse – arts. 560 a 566
Do Interdito Proibitório – arts. 567 e 568
Da Ação de Divisão e da Demarcação de Terras Particulares
Disposições Gerais – arts. 569 a 573
Da Demarcação – arts. 574 a 587
Da Divisão – arts. 588 a 598
Da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade – arts. 599 a 609
Do Inventário e da Partilha
Disposições Gerais – arts. 610 a 614
Da Legitimidade para Requerer o Inventário – arts. 615 e 616
Do Inventariante e das Primeiras Declarações – art. 617 a 625
Das Citações e das Impugnações – arts. 626 a 629



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Da Avaliação e do Cálculo do Imposto – arts. 630 a 638

Das Colações – arts. 639 a 641

Do Pagamento das Dívidas – arts. 642 a 646

Da Partilha – arts. 647 a 658

Do Arrolamento – arts. 659 a 667

Disposições Comuns a Todas as Seções – arts. 668 a 673

Dos Embargos de Terceiro – arts. 674 a 681

Da Oposição – arts. 682 a 686

Da Habilitação – arts. 687 a 692

Das Ações de Família – arts. 693 a 699

Da Ação Monitória – arts. 700 a 702

Da Homologação do Penhor Legal – arts. 703 a 706

Da Regulação de Avaria Grossa – arts. 707 a 711

Da Restauração de Autos – arts. 712 a 718

Quanto ao DPC VII, 9º período, não há mudanças quanto ao conteúdo abordado – procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Havendo, tão somente pequena alteração de procedimentos, com o desaparecimento de alguns e inclusão de outros.

Não há necessidade de adequação para este semestre, posto que as duas turmas de 9º período não iniciaram o estudo dos procedimentos especiais.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas a serem marcadas conforme calendário da instituição, e avaliações em sala de aula e trabalhos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

Código de processo civil. 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

WAMBIER, Luiz Rodrigues (Coordenador). Curso avançado de processo civil. 7. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, Arruda. Tratado de direito processual civil. 2. ed. São Paulo: Revistas do Tribunais, 1996.

CALAMANDREI, Piero. Direito processual civil. Campinas: Bookseller, 1999.

CARNELUTTI, Francesco. Instituições do processo civil. São Paulo: Classic Book, 2000.

CARNELUTTI, Francesco. Sistema de direito processual civil. São Paulo: Classic Book, 2000.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo et. al. Teoria geral do processo. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: teoria geral do processo a auxiliares da justiça. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

MARCATO, Antonio Carlos (Coordenador). Código de processo civil interpretado. São Paulo: Atlas, 2004.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Temas de direito processual. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SILVA, Ovídio A. Baptista da & GOMES, Fábio. Teoria geral do processo civil. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
9º	Medicina Legal I	36 h/a

EMENTA: A Medicina Legal, como conjunto de conhecimentos médicos e paramédicos destinados a servir ao Direito, coopera na elaboração, auxilia a interpretação e colabora na execução dos dispositivos legais, constituiu estudo de relevante importância para o Direito.

OBJETIVO: Estudo e aprendizagem da Medicina Legal relacionados com os ramos do Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- I – INTRODUÇÃO (02 H)
Histórico; Definições; Importância; Relação com outras disciplinas e o Direito.
Divisão da Medicina Legal: Antropologia; Traumatologia; Infortunistica; Asfixiologia;
Sexologia; Tanatologia; Toxicologia; Psicopatologia; Jurisprudência Médico-Legal.
- II - NOÇÕES DE ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA (02 H)
Esqueleto; Sistemas Circulatório, Respiratório, Digestivo e Nervoso;
Órgãos Genitais; Órgãos do Sentido; Regiões Corpóreas;
- III – ANTROPOLOGIA (02 H)
Identificação Médico-Legal e Identificação Policial; Dactiloscopia.
- IV – TRAUMATOLOGIA FORENSE – 1ª parte (06 H)
Formas de Energia; Classificação dos Instrumentos;
Energias de Ordem Mecânica:
- Lesões Causadas pelos instrumentos cortantes e perfurantes;
- Lesões Causadas pelos instrumentos contundentes
- Síndrome da criança maltratada
- V – ASFIXIOLOGIA (06 H)
Energias de Ordem Físico-Química; Asfixias
- enforcamento, esganadura, estrangulamento
- sufocação direta (soterramento, confinamento)
- afogamento; asfixias por gases
- VI – SEXOLOGIA FORENSE - 1ª parte (06 H)



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Conceitos; Desvios do Instinto Sexual; Aberrações Sexuais

VII – INFORTUNÍSTICA - 1ª parte (04 H)

Acidentes do Trabalho;
Regulamento de Benefícios da Previdência Social

VIII – PSICOPATOLOGIA FORENSE - 1ª parte (04 H)

Normalidade e Anormalidade Psicológica;
Exame de Sanidade Mental; Periculosidade

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Três avaliações com notas de 0,0 (zero) á 10 (dez) sendo duas provas de múltipla escolha e, ou repostas objetivas e uma de conceito ou trabalho. As provas serão marcadas conforme calendário da instituição.

BIBLIOGRAFIA BASICA:

GOMES, Hélio , Medicina Legal 33ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

FÁVERO, Flamínio. Medicina Legal. 11ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. v. 1-2.

CROCE, Delton & **JÚNIOR**, Delton Croce. Manual de Medicina Legal. 5ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara – Medicina Legal – Saraiva, 2005.

DOUGLAS, William, ... et al. Medicina Legal: à luz do Direito Penal e Processual Penal. 6ª ed. rev. e atualizada. Niterói: Impetus, 2005.

CARVALHO, Hilário Veiga de, ... et al. Compêndio Medicina Legal. São Paulo: Saraiva, 1987.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
9º	Metodologia da Pesquisa em Direito / Monografia	36 h/a

EMENTA:

Elaboração de Trabalhos Científicos. Projeto e Planejamento. Elaboração de Monografia.

OBJETIVOS:

Desenvolver a capacidade de argumentação científico-acadêmica por escrito e oralmente. Elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso. Defender os argumentos constituintes do Trabalho de Conclusão de Curso em Grupo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1-Níveis do conhecimento científico;
- 2-Do mito à Ciência;
- 3- Hipótese e dedução;
- 4- Hipótese e indução;
- 5- Desenvolvimento do projeto;
- 6- Planejamento do TCC;
- 7- Estruturação do TCC;
- 8- Argumentação do TCC;
- 9- Defesa da Argumentação do TCC.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso e Defesa oral do tema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HENRIQUES, Antônio. *Monografia no curso de Direito*. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.

NUNES, Luís Antônio Rizzato. *Manual de Monografia jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1997.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
9º	Prática em Direito Penal e Processo Penal	75 h/a

EMENTA:

Procuração. Inquérito policial. Ação Penal em geral. Jurisdição e competência. Prisão e liberdade. *Habeas corpus*. Procedimentos. Recursos em geral. Execução penal. Reabilitação. Revisão criminal.

OBJETIVO

O objetivo desta disciplina é oferecer ao alunado uma visão da prática do Direito Penal e do Direito Processual Penal, a fim de prepará-los para a advocacia, privada ou pública.

Será desenvolvida nos alunos a habilidade de identificação e elaboração de peças processuais por meio da análise e síntese do conhecimento apreendido nas disciplinas da grade curricular, já ministradas no curso da graduação. Dessa forma, o aluno estará capacitado a: 1) identificar o problema jurídico (caso concreto); 2) identificar o instrumento jurídico-processual adequado para lidar com a questão em discussão; 3) redigir a peça processual cabível; 4) consultar a legislação pertinente ao caso e argumentar juridicamente com apoio na aludida legislação; 5) consultar e selecionar a jurisprudência relativa ao problema proposto; 6) redigir um texto que mostre o conhecimento da técnica profissional e a capacidade de interpretação e de exposição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Procuração

- 1.1 Instrumento público e particular
- 1.2 Especificidades da procuração para o processo penal
- 1.3 Substabelecimento e suas implicações éticas

2. Inquérito policial

- 2.1 Iniciativa e prazos
- 2.2 Comunicação de infrações
 - 2.2.1 Requerimento e requisição de instauração de inquérito policial e *notitia criminis*.
- 2.3 Implicações da Lei nº 9.099/95, da Lei nº 10.259/01 e da Lei nº 11.340/06.

3. Ação penal em geral e questões e processos incidentes com redação de peças processuais.

- 3.1 Queixa crime
- 3.2 Denúncia
- 3.2 Defesa preliminar
- 3.3 Memoriais orais ou por escrito
- 3.4 Exceções



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

4. Jurisdição e competência

- 4.1 Critérios de determinação de competência
- 4.2 Órgãos do Poder Judiciário
- 4.3 Organização da Justiça Criminal Estadual
- 4.4 Organização da Justiça Criminal Federal

5. Prisão e liberdade

- 5.1 Prisão
- 5.2 Implicações da Lei nº 8.072/90
- 5.3 Relaxamento de prisão, liberdade provisória com ou sem fiança. Revogação de prisão preventiva.

6. *Habeas corpus* nas diversas instâncias judiciárias.

7. Procedimentos processuais penais.

8. Recursos no processo penal.

9. Execução penal

- 9.1 Progressão de regime
- 9.2 Livramento condicional
- 9.3 Agravo

10. Reabilitação

11. Revisão criminal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Legislação Básica:

Constituição Federal. Constituição Estadual. Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/94). Código de Ética e Disciplina da OAB. Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB. Código Penal. Código de Processo Penal. Leis penais e processuais penais extravagantes. Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro. Regimentos Internos do TJ/RJ, do TRF da 2ª Região, do STJ e do STF.

Leitura Obrigatória:

TOURINHO, Fernando da Costa. Prática de Processo Penal. Ed. Saraiva.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

TOURINHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. Ed. Saraiva.
BITENCOURT. Cezar Roberto. Código Penal Comentado. Ed. Saraiva.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. Ed. RT.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALAMANDREI, Piero. Eles, os juízes, vistos por nós, os advogados.
LÔBO, Paulo. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB. Ed. Saraiva.
MESTIERI, João. BATISTA, Nilo. Advocacia Criminal. Rio de Janeiro.
MACHADO, Nélio. Liberdade, liberdade, *Habeas corpus* sobre nós.

Revista Brasileira de Ciências Criminais, publicação do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
– IBCCrim. Ed. RT.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC n°. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC n° 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
10º	Direito Internacional Privado	36 h/a

EMENTA:

Definição. Norma de Direito Internacional Privado e seu funcionamento. Nacionalidade e Condição dos estrangeiros no Brasil. Regime jurídico brasileiro em face do Direito Internacional Privado. Competência internacional. Sentenças estrangeiras e cartas rogatórias.

OBJETIVOS:

Estimular a percepção do aluno em relação às situações jurídicas privadas conectadas a mais de um sistema jurídico. Fornecer suporte teórico para analisar os casos que se apresentam e divisar a solução quanto à jurisdição competente e a lei aplicável a essas situações jurídicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Definição e noções fundamentais
2. Norma de Direito Internacional Privado e seu funcionamento
3. Objeto do Direito Internacional Privado
4. Denominação e seu conteúdo
5. Fontes do Direito Internacional Privado
6. Aplicação do direito estrangeiro e seu caráter
7. Circunstâncias de conexão
8. Qualificações
9. Personalidade – capacidade – incapacidade
10. Pessoas jurídicas e seu regime
11. Nacionalidade
12. Condição dos estrangeiros no Brasil
13. Lei aplicável às pessoas e bens, contratos internacionais, direito de família e sucessão internacional
14. Competência internacional
15. Cooperação judiciária internacional e regime das provas nos processos com conexão internacional
16. Cartas Rogatórias, e sentenças estrangeiras

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas a serem marcadas conforme calendário da instituição, avaliações em sala de aula e trabalhos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

AMORIM, Edigar Carlos de. **Direito Internacional Privado**. 7ª ed. Rio De Janeiro: Forense, 2000

RECHSTEINER, Walter Beat. **Direito Internacional Privado – Teoria e Prática**. São Pulo: Saraiva, 1998

DOLINGER, Jacob. **A evolução da Ordem Pública do Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro, Editora Gráfica Luna, 1979

TAMAGNO, Maristela Barro. **Da aplicação do direito estrangeiro pelo juiz nacional**. São Paulo: Saraiva, 1988

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMORIM, José E. **Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Forense, 2000

ARAÚJO, Nádia. **Contratos Internacionais: autonomia da vontade, Mercosul e Convenções Internacionais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997

ARAUJO, Nadia de, **Direito Internacional Privado - Teoria e Prática Brasileira**, 2ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Renovar, 2004

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado (Parte Geral)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002

DOLINGER, Jacob, **Direito Civil Internacional – A Família no Direito Internacional Privado**, Rio de Janeiro, Ed. Renovar, 1997

DEL'OMO, Florisbal. **Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Forense, 2001

FERRAZ, Daniel Amin. **Joint Venture e contratos internacionais**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001

PUCCI, Adriana N. **Arbitragem Comercial Internacional**. São Paulo: LTr, 1997



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
10º	Direito Ambiental	36 h/a

EMENTA:

O meio ambiente. O Direito Ambiental. Princípios gerais de Direito Ambiental A Constituição Federal e o meio ambiente. A competência ambiental da União e dos Estados. Sistema nacional do meio ambiente. A legislação ambiental em Minas Gerais. Infrações administrativas e sanções. Termo de Ajustamento de Conduta. O dano ambiental. Instrumentos preventivos: Estudo de Impacto Ambiental, Licenciamento ambiental. A responsabilidade civil por dano ambiental. Reparação do dano. Meios processuais para a defesa ambiental: ação popular, ação civil pública. A tutela penal do meio ambiente: aspectos gerais. A responsabilidade penal da pessoa jurídica. Áreas de preservação permanente - floresta e fauna: aspectos jurídicos. Reserva legal.

OBJETIVO:

Introduzir o aluno no conhecimento da legislação ambiental. Despertar no aluno o interesse por questões relacionadas à preservação da natureza. Incentivar a preservação do meio ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO AMBIENTAL

Apresentação do Curso
Divulgação dos temas de pesquisa e indicação bibliográfica.
Antropocentrismo x Egocentrismo.
Conceito.
Princípios.
Correlação com outras ciências e outros ramos do Direito.
Tipologia: Meio Ambiente Natural, Construído, Cultural e do Trabalho.
Direito Ambiental no Brasil. Nomenclatura.
Natureza jurídica, objetivos, princípios e fontes.

2. DIREITO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL

A Estrutura do Estado Brasileiro: Sistema federativo e repartição de Poderes.
Partilha das competências ambientais materiais e legislativas.
Conflito e cooperação das diversas esferas de governo na questão ambiental.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Pacto Federativo e o Meio Ambiente.
Autonomia Municipal. Evolução do enfoque constitucional do Meio Ambiente.
Instrumentos Constitucionais de Proteção e Tutela Ambiental.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

Política Nacional do Meio Ambiente.
Conceito. Princípios.
Objetivos. Instrumentos - SISNAMA- Sistema Nacional de Meio Ambiente.
Política Nacional de Educação Ambiental.
Direito do Desenvolvimento. Desenvolvimento Sustentável. Critérios de Ecoeficiência.
Política Estadual do Meio Ambiente – MG
Sistema Estadual do Meio Ambiente
Fundação Estadual do Meio Ambiente
Instituto Mineiro de Gestão das Águas
Instituto Estadual de Florestas

3.1 ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL

EPIA/RIMA. Obrigatoriedade.
Impacto Ambiental.
Termo de Referência. Equipe Multidisciplinar. Gestão Ambiental. Responsabilidade Profissional Ambiental.
Publicidade e Participação da Comunidade na elaboração e discussão do EPIA.

3.2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Poder de Polícia Ambiental.
Fases do Licenciamento. LP, LI e LO.
Licenciamento Único: vantagens e desvantagens

4. DANO AMBIENTAL

Conceito, história, espécies de responsabilidade;

5. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Ilícito Ambiental
Culpabilidade
Princípio da Legalidade
Poder de Polícia
Infrações
Sanções administrativas



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Defesa perante a administração
Termo de Ajustamento de Conduta.
Princípios da Razoabilidade e da Indisponibilidade.
Processo Administrativo Ambiental. Recursos Administrativos.
Conflitos entre os diversos órgãos ambientais..

6. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL

Responsabilidade. Conceitos, modalidades e princípios.
Responsabilidade Civil do Particular e do Estado por ação e por omissão.
Teorias do Risco.
Responsabilidade Civil Objetiva.
O problema do nexa causal diante de agentes indeterminados
Direitos Difusos e Direitos Individuais.
Dano Moral Ambiental.

7. DIREITO PENAL AMBIENTAL

Evolução do Direito Penal Ambiental.
O Direito Penal Mínimo.
Delitos Ambientais, contravenções e Crimes.
A Lei 9605.98.
A responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica A desconsideração da Personalidade Jurídica
Competência Penal Ambiental. Juizado especial Criminal. Justiça Comum e Justiça
Federal. Processo Penal Ambiental. Varas Especializadas.
Termo Circunstanciado. Inquérito policial.
Prisão em flagrante.
Ação Penal Pública e Subsidiária da Pública.. Penas Alternativas.

8. INSTRUMENTOS JUDICIAIS DE DEFESA AMBIENTAL

Histórico e evolução da Ação Civil Pública e do Inquérito Civil.
Processo e Medidas Cautelares.
Ação Popular Ambiental e o conceito de cidadania.
Mandado de Segurança Coletivo, Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação de
Inconstitucionalidade por Omissão.
Estudo de Casos.

9. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE –FLORESTAS

Áreas de preservação e o código florestal
O direito de propriedade e a função social
Reserva legal florestal



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Obediência às normas constantes do Regimento Interno.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Malheiros.

PRADO, Luiz Regis. *Direito penal do ambiente: meio ambiente patrimônio cultural, ordenação do território, biossegurança (com análise da Lei 11.105/2005)*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

FIORILLO, Celso A. Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2006

FREITAS, Gilberto Passos. *Ilícito penal ambiental e reparação do dano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FREITAS, Vladimir Passos de. **FREITAS**, Gilberto Passos de. *Crimes contra a natureza*. 8. ed. rev., atual, e ampl. São Paulo: Revista do Tribunais, 2006.

FREITAS, Vladimir Passos de. *Direito administrativo e meio ambiente*. 3. ed. rev, atual e ampl. Curitiba: Juruá, 2005

GALVÃO, Fernando. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2002.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2005.

MILARE, Edis e **COSTA JUNIOR**, Paulo José. *Direito penal ambiental: comentários à Lei nº 9.605/98*. São Paulo: Saraiva, 2002

PRADO, Luiz Regis. *Direito penal ambiental*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
10º	Direito Civil X (Direitos Reais)	72 h/a

72 horas/aula

EMENTA

O módulo Direito Civil X abordará, exclusivamente, o conteúdo dirigido aos Direitos Reais.

Serão, de fato, considerados os conhecimentos prévios dos graduandos a respeito do tema ante indicado, conhecimentos estes havidos durante o 9º período, de modo que o conteúdo programático referente à Disciplina do Direito Civil seja completado.

Outro aspecto importante é o enfoque constitucional destinado à disciplina, com o objetivo único de fazer os espectadores entenderem também o Direito Civil (doutrinariamente classificado como Direito Privado) a partir de sua base constitucional, formando o que a doutrina moderna qualifica como Direito Civil Constitucional.

OBJETIVOS e MÉTODOS

Aos graduandos será apresentada uma visão pormenorizada dos Direitos Reais de Garantia, Direito Real à Aquisição, Direitos Reais em Coisas Alheias, além do Condomínio e dos Direitos de Vizinhança, de modo que compreendam claramente cada um dos institutos, apreendam seus valores principiológicos e normativos, atingindo-se, ao final, a sistemática dos temas em cotejo.

Para tanto a explanação teórica verbal consistirá no meio mais freqüente para que os alunos alcancem o conteúdo da disciplina, sendo certo que outros meios áudio-visuais poderão, no decorrer do exercício dos trabalhos, ser utilizados.

A indicação de uma (ou mais) obras jurídicas e a exigência do acompanhamento das aulas pelos graduandos com o Código Civil atualizado serão essenciais para que os destinatários se conscientizem que a interpretação do que se lê é imprescindível para a compreensão real da ciência jurídica como um todo sistêmico.

Diante do exposto, o manuseio constante do Código Civil por cada aluno será exigido e, na esteira dessa conduta, textos diversos a respeito dos assuntos tratados e julgamentos dos Tribunais de Justiça dos Estados (especialmente do Estado de Minas Gerais), Superior Tribunal de Justiça e, mais ainda, do Supremo Tribunal Federal consistirão em meios práticos para se alcançar a interpretação e compreensão plena de cada tópico estudado.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Concluir o estudo do Direito Civil rememorando a matéria tratada no Direito Civil IX (9º Período) e apresentando o conteúdo restante, indicado abaixo.

Assim:

I – Direitos de Vizinhança

1. Uso Anormal da Propriedade
2. Árvores Limítrofes
3. Passagem Forçada
4. Da Passagem de Cabos e Tubulações
5. Das Águas
6. Limites Entre Prédios e Direito de Tapagem
7. Direito de Construir
 - 7.1. O Direito de Construir e a Função Social da Propriedade
 - 7.2. O Direito de Construir no Código Civil

II – Condomínio

1. Condomínio Ordinário
 - 1.1. Regras Gerais
 - 1.2. Extinção do Condomínio Voluntário
 - 1.3. Administração do Condomínio
 - 1.4. Condomínio Necessário
2. Condomínio Edilício
 - 2.1. Noções Gerais
 - 2.2. Natureza Jurídica
 - 2.3. Elementos Constitutivos
 - 2.3.1 Convenção de Condomínio
 - 2.3.2. Regimento Interno
 - 2.4. Direitos de Condôminos
 - 2.5. Deveres dos Condôminos
 - 2.6. Administração do Condomínio
 - 2.6.1. Síndico
 - 2.6.2. Assembléia Geral
 - 2.6.3. Conselho Fiscal
 - 2.7. Extinção do Condomínio

III – Direitos Reais em Coisa Alheia

1. A Função Social dos Direitos Reais Sobre Coisa Alheia
2. Direitos Reais de Fruição
 - 2.1. Enfitéuse
 - 2.1.1. Supressão do Instituto no Código Civil de 2002
 - 2.1.2. Noções Gerais
 - 2.1.3. Objeto



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

- 2.1.4. Modos de Aquisição
- 2.1.5. Conteúdo
- 2.1.6. Modos de Extinção (Art. 692 do CC/1916)
- 2.1.7. Peculiaridades
- 2.2. Servidão
 - 2.2.1. Breve Histórico
 - 2.2.2. Conceito e Natureza Jurídica
 - 2.2.3. Distinções Necessárias
 - 2.2.4. Classificação
 - 2.2.5. Modos de Constituição
 - 2.2.6. Exercício
 - 2.2.7. Extinção
 - 2.2.8. Tutela Processual das Servidões
- 3.3. Usufruto
 - 3.3.1. Conceito e Características
 - 3.3.2. Distinções Necessárias
 - 3.3.3. Objeto
 - 3.3.4. Modos de Constituição
 - 3.3.5. Direitos de Usufrutuário
 - 3.3.6. Obrigações do Usufrutuário
 - 3.3.7. Extinção
- 3.4. Direito Real de Uso
- 3.5. Direito Real de Habitação
- 4. Direitos Reais de Garantia
 - 4.1. Teoria Geral
 - 4.1.1. Características dos Direitos Reais de Garantia
 - 4.1.2. Princípios Básicos dos Direitos de Garantia
 - 4.1.3. Distinção Entre Direitos de Garantia e de Gozo
 - 4.2. Penhor
 - 4.2.1. Noções Introdutórias
 - 4.2.2. Características do Penhor
 - 4.2.3. Direitos e Obrigações do Credor Pignoratício
 - 4.2.4. Extinção do Penhor
 - 4.2.5. Modalidades de Penhor
 - 4.2.5.1. Penhor Rural
 - 4.2.5.2. Penhor Industrial e Mercantil
 - 4.2.5.3. Penhor de Direitos e Títulos de Crédito
 - 4.2.5.4. Penhor de Veículos
 - 4.2.5.5. Penhor Leal
 - 4.3. Hipoteca
 - 4.3.1. Modalidades de Hipoteca
 - 4.3.1.1. Hipoteca Convencional
 - 4.3.1.2. Hipoteca Legal



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

- 4.3.1.3. Hipoteca Judiciária
- 4.3.1.4. Hipotecas Especiais
- 4.3.1.5. Hipoteca Cedular
- 4.3.2. Remição da Hipoteca
- 4.3.3. Extinção da Hipoteca
- 4.4. Anticrese
- 5. Direito Real à Aquisição – Promessa de Compra e Venda
 - 5.1. A Promessa de Compra e Venda como Contrato
 - 5.2. A Promessa de Compra e Venda como Direito Real
 - 5.3. Temas Controvertidos sobre Promessa de Compra e Venda

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas, conforme calendário da instituição e atividades em sala de aula (exercícios, seminários, etc).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FARIAS, Cristiano Chaves; e , **ROSENVALD**, Nelson – Direitos Reais. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

FIÚZA, César. Curso Completo de Direito Civil. 8ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

Vade Mecum Saraiva. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo – Direito Civil: Direitos Reais. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIÚZA, Ricardo – Novo Código Civil Comentado: Coordenação de Ricardo Fiúza. 5ª edição atualizada. São Paulo: Saraiva, 2006.

Novo código civil brasileiro: lei 10.460, de 10 de janeiro de 2002: estudo comparativo com o código civil de 1916, constituição federal, legislação codificada e extravagante. Prefácio do Prof. Miguel Reale. 3ª ed., revista e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
10º	Direito Financeiro	72 h/a

EMENTA

Visa oferecer ao corpo discente: 01. Apresentar, do ângulo jurídico, o universo dos problemas econômicos, qualificá-lo para atividade profissional pertinente e prepará-lo para julgamento crítico. 02. Dar ao aluno noção do conjunto dos problemas jurídicos das Finanças Públicas. 03. Instruir o aluno de maneira a torná-lo capaz de utilizar-se da doutrina, legislação e jurisprudência. 04. Levar ao conhecimento do aluno as principais categorias jurídicas da matéria tributária e de sua problemática. 05. Dar informação sobre os fenômenos econômicos de consumo de massa, tutela da concorrência e defesa ecológica.

OBJETIVOS e MÉTODOS

Aos graduandos será apresentada uma visão geral do sistema financeiro brasileiro de modo que o compreendam, num primeiro momento, de acordo com o dispositivo constitucional e, posteriormente, no plano da legislação tributária.

Para tanto a explanação teórica verbal consistirá no meio mais frequente para que os alunos alcancem o conteúdo da disciplina, sendo que outros meios áudio-visuais poderão, no decorrer do exercício dos trabalhos, ser utilizados.

A indicação de uma obra jurídica e a exigência do acompanhamento das aulas pelos graduandos com o texto constitucional e a legislação tributária atualizados em mãos serão essenciais para que os destinatários se conscientizem que a interpretação do que se lê é imprescindível para a compreensão real da ciência jurídica como um todo sistêmico.

Diante do exposto, o manuseio constante da Constituição Federal e da legislação financeira por cada aluno será exigido e, na esteira dessa conduta, textos diversos a respeito dos assuntos tratados e julgados dos tribunais de justiça dos estados (especialmente do Estado de Minas Gerais), Superior Tribunal de Justiça e, mais ainda, do Supremo Tribunal Federal consistirão em meios práticos para se alcançar a interpretação e compreensão plena de cada tema estudado

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo: 1. Direito Financeiro. Noções introdutórias. 1.1. As necessidades públicas e a atividade financeiro do Estado. 1.2. Ciência das Finanças e Direito Financeiro. 1.3. O Direito



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Financeiro no quadro da Ciência do Direito 1.4. Definição e princípios. Conteúdo.1.5. Normas Gerais de Direito Financeiro2. Receita Pública2.1. Entradas e receitas. Classificação das receitas.2.2. Receitas derivadas. Receitas tributárias. Imposto. Taxa e contribuição de melhoria. Empréstimo compulsório. Contribuições. Repartição das receitas tributárias.2.3. Receitas originárias. Teoria dos preços. Taxa e preço.2.4. Federalismo fiscal.3. Despesa pública3.1. Conceito e características.3.2. Despesas obrigatórias, constitucionais, legais e facultativas. Despesas com pessoal (Lei de Responsabilidade Fiscal).3.3. Regime Jurídico.4. Orçamento4.1. Conceito. Origem.4.2. Regime jurídico do orçamento público. Direito Constitucional orçamentário. Princípios orçamentários.4.3. Leis orçamentárias. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária anual.4.4. O orçamento na Lei n. 4.320/64 e na Lei de Responsabilidade Fiscal.4.5. Tramitação legislativa. Iniciativa. Emendas. Promulgação.4.6. Orçamento Participativo.5. Fiscalização financeira e orçamentária.5.1. Tipos de controle5.2. Controle interno e externo6. Lei de Responsabilidade Fiscal6.1. Origem. O F.M.I e a exigência do controle.6.2. Federalismo. Normas nacionais.6.3. Receitas e despesas. Transferências voluntárias. Subvenções.6.4. Dívida e endividamento. As Resoluções do Senado.6.5. Operações de crédito. Garantia e contra-garantia.6.6. Restos a pagar.7. Precatórios judiciais. Emendas Constitucionais n.s 30/00 e 37/02.8. Tribunais de Contas. Organização.8.1. Função "jurisdicional" e controle judicial.8.2. Competência.8.3. Sigilo bancário.9. Crédito público. Natureza jurídica.9.1. Noções fundamentais.9.2. Empréstimos públicos e suas espécies.9.3. Limites do crédito.9.4. Resgate e extinção.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

A idéia inicial é avaliar os graduandos duas vezes por meio de prova mista, ou seja, uma primeira parte formada por questões objetivas e a parte final contendo uma ou duas questões subjetivas que exigirão, exclusivamente, o exercício da atividade interpretativa fomentada durante as aulas.

Textos de acórdãos e jurisprudências serão entregues aos alunos para interpretação de acordo com os temas já estudados e, certamente, serão avaliados, juntamente com exercícios de fixação que, preferencialmente, não serão resolvidos na sala de aula.

Trabalhos acadêmicos também poderão ser solicitados aos alunos, de modo que sua capacidade interpretativa aumente a cada dia, já que se mostra essencial ao profissional do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ATALIBA, Geraldo. Empréstimos públicos e seu regime jurídico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973;
BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. Rio de Janeiro: Forense;



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

BORGES, J. Souto Maior. Introdução ao Direito Financeiro. São Paulo: Max Limonad, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUJANDA, Fernando Sainz. Hacienda y Derecho. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1975;

CONTI, José Mauricio. Direito Financeiro na Constituição de 1988. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998;

CONTI, José Mauricio. Federalismo Fiscal e Fundos de Participação. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001;

DE JUANO, MANUEL, Curso de Finanzas y Derecho Tributário, ed., Molachino, Rosario, 1971;

DÓRIA, Antonio R. Sampaio. Discriminação de rendas tributárias. São Paulo: José Bushatsky, 1972;

FONROUGE, Carlos M. Giuliani. Derecho Financiero. Buenos Aires: Depalma, 1993;



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
10º	Direito Processual Civil VIII	72 h/a

EMENTA:

Dos Procedimentos especiais. Dos procedimentos especiais de Jurisdição Voluntária. Dos procedimentos especiais não previstos no CPC. Da legislação processual extravagante.

OBJETIVO:

Dar continuidade ao estudo do Direito Processual Civil, sendo que neste período será estudado do artigo 1.103 ao 1.220, com ênfase na legislação processual extravagante.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

PROCESSO CIVIL VIII – 10º PERÍODO – CPC/2015:

1. Dos Procedimentos de Jurisdição Voluntária

Disposições Gerais – arts. 719 a 725

Da Notificação e da Interpelação – arts. 726 a 729

Da Alienação Judicial – art. 730

Do Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio – arts. 731 a 734

Dos Testamentos e dos Codicilos – arts. 735 a 737

Da Herança Jacente – arts. 738 a 743

Dos Bens dos Ausentes – arts. 744 e 745

Das Coisas Vagas – art. 746

Da Interdição – arts. 747 a 758

Disposições Comuns à Tutela e à Curatela – arts. 759 a 763

Da Organização e da Fiscalização das Fundações – arts. 764 e 765

Da Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo – arts. 766 a 770

2. Das disposições finais e Transitórias – arts. 1.045 a 1.072

3- Legislação Processual extravagante – Lei 9.099/1995 parte Cível:



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Introdução e Princípios – arts. 1º e 2º
Estrutura e Competência – arts. 3º a 7º
Das partes – art. 8º a 11
Atos processuais – arts. 12 e 13
Fase postulatória – arts. 14 a 37
Fase instrutória e Julgamento – arts. 32 a 47
Recursos e execução – arts. 48 a 53
Despesas e disposições finais – arts. 54 a 59

Também não há alterações substanciais no DPC VIII, 10º período, sendo abordados os procedimentos de jurisdição voluntária, as disposições finais e a legislação extravagante, especificamente, Lei 9.099/1995.

Não há necessidade de adequação para este semestre, posto que não contaremos com 10º período.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Provas a serem marcadas conforme calendário da instituição, e avaliações em sala de aula e trabalhos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

Código de processo civil. 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

WAMBIER, Luiz Rodrigues (Coordenador). **Curso avançado de processo civil**. 7. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2005.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, Arruda. Tratado de direito processual civil. 2. ed. São Paulo: Revistas do Tribunais, 1996.

CALAMANDREI, Piero. Direito processual civil. Campinas: Bookseller, 1999.

CARNELUTTI, Francesco. Instituições do processo civil. São Paulo: Classic Book, 2000.

CARNELUTTI, Francesco. Sistema de direito processual civil. São Paulo: Classic Book, 2000.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo et. al. Teoria geral do processo. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: teoria geral do processo a auxiliares da justiça. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

MARCATO, Antonio Carlos (Coordenador). Código de processo civil interpretado. São Paulo: Atlas, 2004.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Temas de direito processual. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SILVA, Ovídio A. Baptista da & GOMES, Fábio. Teoria geral do processo civil. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC n°. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC n° 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
10º	Medicina Legal II	36h/a

EMENTA: A Medicina Legal, como conjunto de conhecimentos médicos e paramédicos destinados a servir ao Direito, coopera na elaboração, auxilia a interpretação e colabora na execução dos dispositivos legais, constituiu estudo de relevante importância para o Direito.

OBJETIVO: Estudo e aprendizagem da Medicina Legal relacionados com os ramos do Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I- PERÍCIAS E PERITOS (04 H)

Tipos de Perícias;
Legislação correlata
Documentos Médico-legais

II – TRAUMATOLOGIA FORENSE – 2ª parte (06 H)

Energias de Ordem Mecânica:
- Lesões Causadas pelos instrumentos perfuro-contundentes
- Balística; Projéteis de arma de fogo; Distância do Tiro
Energias de Ordem Física
Energias de Ordem Bioquímica e Biodinâmica

III – BIODIREITO (02 H)

Noções de Bioética

IV – SEXOLOGIA FORENSE - 2ª parte (04 H)

Gravidez, parto e puerpério
Impotências
Investigação de Paternidade;

V – INFORTUNÍSTICA - 2ª parte (04 H)

Segurança e Medicina do Trabalho
Insalubridade e Periculosidade

VI– PSICOPATOLOGIA FORENSE - 2ª parte (02 H)

Limites e Modificadores da Capacidade Civil e Penal
Psiquiatria Forense



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC n°. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC n° 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria n° 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

VII - TOXICOLOGIA FORENSE (04 H)
Farmacodependência ; Principais drogas
Alcoolismo, embriaguez e psicoses alcoólicas

VIII – TANATOLOGIA (06 H)
Tanatognose e cronotanatognose;
Diagnóstico Jurídico da Morte; Necropsia,
Eutanasia e Condições equiparadas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Três avaliações com notas de 0,0 (zero) á 10 (dez) sendo duas provas de múltipla escolha e, ou repostas objetivas e uma de conceito ou trabalho. As provas serão marcadas conforme calendário da instituição.

BIBLIOGRAFIA BASICA:

GOMES, Hélio , Medicina Legal 33ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

FÁVERO, Flaminio. Medicina Legal. 11ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. v. 1-2.

CROCE, Delton & **JÚNIOR**, Delton Croce. Manual de Medicina Legal. 5ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara – Medicina Legal – Saraiva, 2005.

DOUGLAS, William, ... et al. Medicina Legal: à luz do Direito Penal e Processual Penal. 6ª ed. rev. e atualizada. Niterói: Impetus, 2005.

CARVALHO, Hilário Veiga de, ... et al. Compêndio Medicina Legal. São Paulo: Saraiva, 1987.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite, ... et al. Biodireito - Ciência da Vida, os novos desafios. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
10º	Metodologia da Pesquisa em Direito / Monografia	36 h/a

EMENTA:

Elaboração de Trabalhos Científicos. Projeto e Planejamento. Elaboração de Monografia.

OBJETIVOS:

Desenvolver a capacidade de argumentação científico-acadêmica por escrito e oralmente. Elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso. Defender os argumentos constituintes do Trabalho de Conclusão de Curso em Grupo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1-Níveis do conhecimento científico;
- 2-Do mito à Ciência;
- 3- Hipótese e dedução;
- 4- Hipótese e indução;
- 5- Desenvolvimento do projeto;
- 6- Planejamento do TCC;
- 7- Estruturação do TCC;
- 8- Argumentação do TCC;
- 9- Defesa da Argumentação do TCC.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso e Defesa oral do tema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HENRIQUES, Antônio. *Monografia no curso de Direito*. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.

NUNES, Luís Antônio Rizzato. *Manual de Monografia jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1997.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
10º	Tópicos Especiais em Direito	36 h/a

EMENTA:

Disciplina de conteúdo variável, com abordagem de temas emergentes das várias áreas do Direito.

OBJETIVO:

Promover uma união sólida entre Direito e Realidade Social. Possibilitar aos alunos um debate em torno das pesquisas desenvolvidas pelos seus pares. Desenvolver a capacidade de argumentação a partir do debate de idéias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1-Responsabilidade da Pessoa Jurídica;
- 2-Crimes ambientais;
- 3-Responsabilidade pelo erro médico;
- 4-Maioridade Penal;
- 5- Legalização do Aborto;
- 6- Situação dos Presídios;
- 7- Trabalho Infantil;
- 8- Demais temas desenvolvidos através de TCC.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso e Defesa oral do tema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Conforme a pesquisa desenvolvida pelos alunos na confecção de seus TCC.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
10º	Processo Constitucional	75 h/a

EMENTA:

Estudo teórico e prático dos aspectos processuais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com ênfase nas ações constitucionais, nas garantias constitucionais processuais e na evolução e peculiaridades do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.

OBJETIVO

Proporcionar aos alunos a compreensão do direito constitucional positivo brasileiro e do seu papel dentro do ordenamento jurídico e da sociedade, especificamente no que tange aos aspectos processuais, habituando-os ao uso do texto constitucional como instrumento de trabalho e objeto de reflexão crítica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. PROCESSO CONSTITUCIONAL.

- 1.1. Constituição e Processo.
- 1.2. Garantias Constitucionais Processuais.

2. AÇÕES CONSTITUCIONAIS.

- 2.1. Habeas Corpus.
- 2.2. Habeas Data.
- 2.3. Mandado de Segurança individual e coletivo.
- 2.4. Mandado de Injunção.
- 2.5. Ação Popular.
- 2.6. Ação Civil Pública.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiziz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

2.7. As ações constitucionais na justiça eleitoral.

3. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.

- 3.1. Noção, evolução, modalidades.
- 3.2. Controle difuso.
- 3.3. Controle concentrado genérico.
- 3.4. ADIN.
- 3.5. ADC.
- 3.6. ADPF.
- 3.7. Controle concentrado por omissão.
- 3.8. Reclamação.
- 3.9. Representação interventiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIMOULIS, Dimitri e LUNARDI, Soraya. **Curso de Processo Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Luís Roberto. **O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAPPELETTI, Mauro. **O Controle Judicial de Constitucionalidade das Leis no Direito Comparado**. Porto Alegre: SAFE, 1992.

KELSEN, Hans. **Jurisdição Constitucional**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

MEIRELLES, H. L., MENDES, G. F. e WALD, A. **Mandado de Segurança e Ações Constitucionais**. São Paulo: Malheiros, 2012.

SARLET, I.W.; MARINONI, L.G.; MITIDIERO, D. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ

Entidade Mantenedora: Centro Educacional Aprendiz CNPJ – 03517381/0001-79
Rua Norma Stefani, 108 - Barbacena/MG - 36.200-022 – Telefax: (32) 3339-6850
Credenciamento: Portaria MEC nº. 215 de 25/01/2002, DOU de 29/01/2002
Reconhecimento: Portaria MEC nº 319 de 12/04/2007, DOU de 16/04/2007
Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 85 de 20/02/2019, DOU de 21/02/2019

Período	Disciplina	Carga
10º	Tópicos Especiais em Direito	36 h/a

EMENTA:

Disciplina de conteúdo variável, com abordagem de temas emergentes das várias áreas do Direito.

OBJETIVO:

Promover uma união sólida entre Direito e Realidade Social. Possibilitar aos alunos um debate em torno das pesquisas desenvolvidas pelos seus pares. Desenvolver a capacidade de argumentação a partir do debate de idéias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1-Responsabilidade da Pessoa Jurídica;
- 2-Crimes ambientais;
- 3-Responsabilidade pelo erro médico;
- 4-Maioridade Penal;
- 5- Legalização do Aborto;
- 6- Situação dos Presídios;
- 7- Trabalho Infantil;
- 8- Demais temas desenvolvidos através de TCC.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso e Defesa oral do tema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Conforme a pesquisa desenvolvida pelos alunos na confecção de seus TCC.